



Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020

**Grupo Público
Universidade
do Minho**

**Índice**

I – MENSAGEM DO REITOR.....	12
II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	19
1. GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	20
1.1. Identificação do Grupo Público UMinho.....	20
1.2. Breve resumo das entidades consolidadas.....	21
1.2.1. Universidade do Minho.....	21
1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho.....	23
1.2.3. Associação Centro de Medicina P5.....	24
1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga.....	24
1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho.....	25
1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos.....	26
1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho.....	27
1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.....	28
1.2.9. Instituto Confúcio.....	29
1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga.....	30
1.2.11. Centro de Computação Gráfica.....	31
1.2.12. Instituto de Design de Guimarães.....	32
1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães.....	33
1.2.14. Casa de Sarmento.....	33
1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros.....	34
1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho.....	35
1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes.....	36
III – RELATO FINANCEIRO.....	38
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	39
2.1. Enquadramento macroeconómico internacional.....	39
2.2. Enquadramento macroeconómico nacional.....	39
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA.....	40
3.1. Análise orçamental consolidada.....	40
3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados.....	40
3.1.2. Direitos e obrigações consolidados.....	42
3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados.....	44
3.2. Análise económica e financeira consolidada.....	44
3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado.....	45
3.2.1.1. Ativo consolidado.....	45
3.2.1.2. Património líquido consolidado.....	45
3.2.1.3. Passivo consolidado.....	46
3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada.....	46
3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados.....	47
3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados.....	47



3.2.3.	Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	48
3.2.4.	Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	49
3.3.	Análise de gestão consolidada	51
3.3.1.	Mapas da contabilidade de gestão consolidada	51
3.3.1.1.	Resultados por atividade.....	52
3.3.1.2.	Resultados da atividade de ensino	53
3.3.1.3.	Resultado da atividade de investigação	53
4.	Capacidade de endividamento	55
5.	Factos ocorridos após a data do balanço.....	56
6.	Obrigações de apresentação de contas consolidadas	56
7.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	56
8.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	57
8.1.	Demonstração consolidada do desempenho orçamental	57
8.2.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas	58
8.3.	Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas.....	59
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	60
9.1.	Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020.....	60
9.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020	61
9.3.	Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020	62
9.4.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020.....	63
9.5.	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2020	64
9.6.	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2020	65
IV –	DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	102
10.	Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	103
11.	Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	105

**Índice de tabelas**

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho	20
Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros	22
Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros	23
Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros	24
Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros	25
Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros	26
Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros	27
Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros	28
Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros	29
Tabela 10 - Indicadores IC, em euros	30
Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros	31
Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros	32
Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros	33
Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros	33
Tabela 15 - Indicadores CS, em euros	34
Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros	35
Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros	36
Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros	37
Tabela 19 - Desagregação dos recebimentos consolidados	40
Tabela 20 - Desagregação dos pagamentos consolidados	41
Tabela 21 - Desagregação dos direitos consolidados	42
Tabela 22 - Desagregação das obrigações consolidadas	43
Tabela 23 - Indicadores orçamentais, em percentagem	44
Tabela 24 - Estrutura do ativo consolidado, em euros	45
Tabela 25 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros	45
Tabela 26 - Estrutura do passivo consolidado, em euros	46
Tabela 27 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros	46
Tabela 28 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros	47
Tabela 29 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros	48
Tabela 30 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros	48
Tabela 31 – Rendimentos, em euros	52
Tabela 32 – Gastos, em euros	52
Tabela 33 - Resultados, em euros	52
Tabela 34 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros	53
Tabela 35 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros	53
Tabela 36 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros	54
Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade Interação com a Sociedade, em euros	54
Tabela 38 - Resultados por produtos/serviços SASUM, em euros	55
Tabela 39 - Resultados ambientais, em euros	55
Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros	56



Tabela 41 – Aplicação da FAQ 42, em euros.....	67
Tabela 42 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros.....	67
Tabela 43 - Vida útil do ativo fixo tangível	67
Tabela 44 - Vida útil das propriedades de investimento.....	68
Tabela 45 - Vida útil do ativo intangível.....	68
Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros.....	73
Tabela 47 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros.....	73
Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros	74
Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros.....	74
Tabela 50 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros	75
Tabela 51 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros.....	75
Tabela 52 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros.....	75
Tabela 53 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros	76
Tabela 54 - Descrição dos contratos de locação financeira	76
Tabela 55 - Locações operacionais – locatários, em euros.....	76
Tabela 56 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros.....	76
Tabela 57 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	77
Tabela 58 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros.....	77
Tabela 59 - VPT das propriedades de investimento, em euros.....	78
Tabela 60 - Inventários, em euros	78
Tabela 61 - Movimentos do período, em euros	78
Tabela 62 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros.....	78
Tabela 63 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros.....	79
Tabela 64 - Provisões, em euros	79
Tabela 65 - Identificação das provisões, em euros.....	79
Tabela 66 - Passivos contingentes, em euros	80
Tabela 67 - Investimentos financeiros, em euros	80
Tabela 68 – Aplicação do MEP, em euros	80
Tabela 69 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros	81
Tabela 70 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros	81
Tabela 71 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros	81
Tabela 72 - Outras contas a receber, em euros	81
Tabela 73 - Caixa e depósitos, em euros	82
Tabela 74 - Património líquido, em euros	82
Tabela 75 - Património líquido, em euros	82
Tabela 76 - Fornecedores, em euros	82
Tabela 77 - Estado e outros entes públicos, em euros	83
Tabela 78 - Outras contas a pagar, em euros	83
Tabela 79 - Benefícios dos empregados, em euros.....	83
Tabela 80 - Listagem de entidades controladas	84
Tabela 81 - Listagem de entidades associadas	84



Tabela 82 - Listagem de outras entidades relacionadas	84
Tabela 83 - Listagem de serviços e fundos autónomos	84
Tabela 84 - Listagem das unidades diferenciadas	85
Tabela 85 - Transações entre partes relacionadas, em euros	85
Tabela 86- Resultado da atividade de ensino, em euros	86
Tabela 87- Resultado da atividade de investigação, em euros	87
Tabela 88- Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros	87
Tabela 89- Execução do orçamento por grupo de fonte de financiamento, em euros	87
Tabela 90 – Perímetro de consolidação	93
Tabela 91 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho	94
Tabela 92 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros	96
Tabela 93 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros	97
Tabela 94 – Entidades associadas	97
Tabela 95 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros	98
Tabela 96 – Percentagem de interesse em outras entidades	98
Tabela 97 – Diferimentos, em euros	99
Tabela 98 - Resultados atividades, em euros	101
Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho	101



Índice de figuras

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido	50
Figura 2 - Rentabilidade do Ativo	50
Figura 3 - Rentabilidade Económica	50
Figura 4 - Margem EBITDA.....	50
Figura 5 - Solvabilidade.....	50
Figura 6 - Autonomia Financeira.....	51
Figura 7 - Liquidez Geral	51
Figura 8 - Grupo Público UMinho	65



Lista de abreviaturas e acrónimos

2CA-Braga	Centro Clínico Académico de Braga
ACMP5	Associação Centro de Medicina Digital P5
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
ADSE	Assistência na Doença a Servidores do Estado
ADVID	Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
AEDOAVE	Agência de Energia do Ave
AF	Ações de Formação
AFT	Ativos Fixos Tangíveis
AFTEBI	Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior
AMAVE	Associação dos Municípios do Vale do Ave
APCTP	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
APSI	Associação de Psicologia
Associação TECMEAT	Associação Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes
AVEPARK	Parque de Ciência e Tecnologia, S.A
B2E	Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul
B'ACIS	Associação Ciência, Inovação e Saúde
BICMinho	Oficina da Inovação - Empreendedorismo e Inovação Empresarial
BIORF	Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias
BLC3	Campus de Tecnologia e Inovação
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
BPB	Biblioteca Pública de Braga
BUILT CoLAB	Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro
CAF	Common Assessment Framework
CC	Conselho Cultural
CCG	Centro de Computação Gráfica
CCVG	Centro Ciência Viva de Guimarães
CECOLAB	Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy
CEER	Council of European Energy Regulators
CEIIA	Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CEJUR	Centro de Estudos Jurídicos do Minho
CeNTI	Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIBE	Classificador de Inventário dos Bens do Estado
CIIES	Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CITEVE	Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário
CNA	Concurso Nacional de Acesso
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
Colab4Food	Laboratório Colaborativo de Inovação na Indústria Alimentar
CS	Casa de Sarmento
CTIC	Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
CVR	Centro para a Valorização de Resíduos
DGS	Direção-Geral da Saúde
DTX	Laboratório Colaborativo em Transformação Digital
EA	Escola de Arquitetura
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EBT	<i>Earnings Before Taxes</i>
EC	Escola de Ciências
ED	Escola de Direito
EE	Escola de Engenharia
EEG	Escola de Economia e Gestão
EIT	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia
EM	Escola de Medicina
EP	Escola de Psicologia
ESE	Escola Superior de Enfermagem
FAMEST	Footwear, Advanced Materials, Equipment's and Software Technologies



FAQ	Frequently Asked Questions
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FITEC	Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fornecimento de Serviços Externos
Fundação CEER	Fundação Centro de Estudos Euroregionais
FURNISH	Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat
GG	Gastos Gerais
GPA	Gabinete de Processos Académicos
HSK	Exame Hanyu Shuiping Kaoshi
HSKK	Exame Hanyu Shuiping Kouyu Kaoshi
HSST	Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I3Bs	Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IC	Instituto Confúcio
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICVS	Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde
IDEGUI	Instituto de Design de Guimarães
IDITE Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IE	Instituto de Educação
IGAP	Instituto de Gestão e Administração Pública
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
ILCH	Instituto de Letras e Ciências Humanas
INESC TEC	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
INTEGRALAR	Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	International Organization for Standardization
ISPG	Instituto do Petróleo e Gás
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
Lab2Pt	Laboratório de Paisagens, Património e Território
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MIRRI	Infraestrutura de Investigação em Recursos Microbianos
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MOVBIO	Mobilização de biomassa de podas para valorização energética
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NCRF-ESNL	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo
OE	Orçamento do Estado
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
PAE	Plano de Ação Estratégico
PEVE	Processo Extraordinário de Viabilização de Empresas
PG	Pós-Graduações
PIB	Produto Interno Bruto
PIEP	Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros
POCER	Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos
POOLNET	Cluster de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling
PREVPAP	Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública
ProChild - CoLAB	Laboratório Colaborativo ProChild
PSEC	Prestações de Serviços Especializados à Comunidade
PSET	Prestações de Serviços Técnicos Especializados
PT	Portugal
PTAG	Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RDFGAS	Aproveitamento energético dos combustíveis derivados de resíduos e lamas secas
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RLP	Resultado Líquido do Período



RNAP	Reposição Não Abatida aos Pagamentos
RPG	<i>Recommended Practice Guideline</i>
RT	Reitoria
SASUM	Serviços de Ação Social da UMinho
SIGAQ-UM	Sistema Interno de Garantia da Qualidade
SMS	Sociedade Martins Sarmento
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SPINPARK	Centro de Incubação de Base Tecnológica
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SS	Segurança Social
TAG	Técnicos, Administrativos e de Gestão
TecMinho	Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
TERM	Tissues Engineering and Regenerative Medicine
TICE.PT	Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
UA	Unidade de Arqueologia
UC	Unidades Culturais
UD	Unidade Diferenciada
UE	União Europeia
UO	Unidade Orgânica
US	Unidades de Serviços
USAAE	Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação
USAPI	Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de Investigação
USDB	Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas
USGA	Unidade de Serviços de Gestão Académica
VARD 2015	Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
VPT	Valor Patrimonial Tributário



I – MENSAGEM DO REITOR



Nos termos dos Estatutos da Universidade, em janeiro de 2020, apresentei o Plano de Atividades para 2020 (www.uminho.pt) ao Conselho Geral da Universidade, que o aprovou.

Enquadrado pelo Plano de Ação 2017-2021 (www.uminho.pt), o Plano de Atividades encontrava-se estruturado em torno de objetivos programáticos e medidas de operacionalização correspondentes aos eixos de missão da Universidade – Educação, Investigação e Inovação, Interação com a Sociedade e Internacionalização – e às áreas de enquadramento da missão da Universidade do Minho (UMinho) – Qualidade Institucional, Qualidade de Vida nos *campi* e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira.

Entre os objetivos programáticos então fixados, cabe destacar:

- a) No domínio da *Educação*, a exploração de novas ofertas educativas, o reforço das relações entre práticas de educação e de investigação, o aprofundamento da qualidade da formação doutoral, através da criação de uma escola doutoral, a monitorização dos percursos académicos dos estudantes, prevenindo situações de insucesso e abandono e a promoção da qualificação pedagógica dos docentes, nomeadamente em função das características dos novos públicos da Universidade e das novas tecnologias educativas;
- b) No domínio da *Investigação e Inovação*, a melhoria da atividade científica em termos quantitativos e qualitativos, o reforço do corpo de investigadores, o aprofundamento das políticas e práticas de “ciência aberta” e a promoção da colaboração entre os centros de investigação da UMinho, assegurando a partilha efetiva de boas práticas;
- c) No domínio da *Interação com a Sociedade*, o reforço da interface entre os centros de investigação e os contextos de apropriação social do conhecimento produzido, a promoção de uma maior articulação com as autarquias e com os agentes sociais e económicos, a densificação da política cultural, o desenvolvimento de um programa editorial específico da UMinho, a valorização social e cultural do seu património e o reforço das relações interinstitucionais da UMinho nos planos da cultura e do desporto;
- d) No domínio da *Internacionalização*, o reforço da participação da UMinho em organizações internacionais de universidades relevantes, o estabelecimento de parcerias estratégicas bilaterais com universidades de referência, o alargamento do número de estudantes internacionais em cursos conferentes de grau e dos fluxos de mobilidade *incoming* e *outgoing* de estudantes, docentes e funcionários da Universidade e o incremento da presença da UMinho em iniciativas no âmbito dos programas europeus, designadamente do Horizonte 2020 e do *Erasmus+*, com liderança da Universidade;
- e) No domínio da *Qualidade Institucional*, a otimização do sistema interno de garantia da qualidade, a melhoria do sistema de avaliação dos docentes, o aprofundamento da modernização administrativa, a melhoria dos sistemas de informação e as ferramentas de gestão em uso na UMinho e o incremento da formação e a qualificação dos trabalhadores não docentes;
- f) No domínio das *Infraestruturas e Qualidade de Vida*, a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado dos *campi*, a modernização e requalificação dos espaços pedagógicos, a qualificação e valorização dos espaços exteriores dos *campi*, a conservação e qualificação do parque edificado e o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade ambiental e energética.

O Plano de Atividades inclui também um conjunto de *projetos institucionais transversais*, com impacto em múltiplos eixos de missão da Universidade, entre os quais cabe destacar: o reforço dos corpos de docentes e de investigadores e a redução do grau de precariedade das relações contratuais, a instalação da TERM (*Tissues Engineering and Regenerative Medicine*) Research Hub, do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, o desenvolvimento de projetos estratégicos com financiamento e envolvimento da sociedade, o reforço da comunidade *alumni* e o desenvolvimento de laboratórios colaborativos.

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas esteve sempre a necessidade de garantir para a Universidade a estabilidade e sustentabilidade financeiras.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, apresenta-se agora o Relatório de Atividades e Contas Consolidadas relativo a 2020, que contém elementos de informação relevantes para uma apreciação que se pretende clara e objetiva da atividade desenvolvida pelo Grupo Público UMinho no ano transato.

Um balanço sobre a atividade da UMinho e do Grupo Público UMinho no período em apreço não pode ignorar o facto de 2020 ter sido um ano profundamente marcado pela crise pandémica provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, que teve importantes impactos institucionais cuja ponderação é inevitável na apreciação do seu desempenho.

A pandemia deixou e continua a deixar marcas profundas no nosso viver coletivo, representando um poderoso desafio à coesão e solidariedade da nossa sociedade e à resiliência das nossas instituições. A UMinho e o Grupo Público UMinho não ficou imune a desafios de grande magnitude, a que teve que e soube responder.

Considerar, em particular, o percurso da Universidade em 2020 obriga a destacar a suspensão da atividade presencial da UMinho, tomada no dia 10 de março, como o momento mais crítico, pelas suas profundas consequências na vida



institucional, e a reação da comunidade académica à situação que desde então vivemos como a evidência mais significativa da nossa capacidade de enfrentar dificuldades incomuns.

Tendo como pano de fundo o desenvolvimento da crise pandémica, a Universidade do Minho continuou o seu percurso, em linha com o que havia sido definido no seu plano de atividades para 2020 e com aquilo que decorre da concretização da sua missão e objetivos, com os ajustamentos decorrentes da especificidade das circunstâncias.

Nesta nota introdutória ao Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020 da UMinho registamos alguns dos principais resultados da atividade da Universidade, resultados que podem ser aferidos com maior detalhe no Relatório de Atividades e Contas Separadas 2020.

No ano letivo de 2020-21, a Universidade colocou 3155 vagas a concurso, no âmbito do Concurso Nacional de Acesso (CNA) a licenciaturas e mestrados integrados, mais 240 que no ano anterior, aumento decorrente da resposta positiva da UMinho à proposta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) na sequência do acréscimo de candidatos ao ensino superior, desafio a que a UMinho, tendo presente a sua missão e os seus objetivos, não podia deixar de responder afirmativamente, pese embora o facto de a esta opção institucional não decorrer qualquer reforço do orçamento da Universidade.

Na 1.ª fase do CNA, ficaram preenchidas 98,4% das vagas, o que constituiu o melhor resultado de sempre da UMinho. Em 95% dos cursos oferecidos, a classificação do último candidato admitido foi superior à do ano anterior, e em 3 cursos - Medicina, Engenharia e Gestão Industrial e Engenharia Biomédica -, a classificação mínima de entrada foi superior a 18 valores. Estes resultados espelham bem a confiança dos candidatos na qualidade da oferta educativa da UMinho.

No final de 2020, a Universidade tinha inscritos cerca de 19 600 estudantes de grau, menos 100 que no ano anterior. Entre esses estudantes cerca de 2300 eram estrangeiros, o que representava uma redução de 2,5% dos estudantes estrangeiros face a 2019, uma perda verificada sobretudo nos mestrados e que é indissociável da pandemia da Covid-19 que se viveu.

Situação semelhante foi vivida nas mobilidades *outgoing* e *incoming* no âmbito do Programa Erasmus+, as quais sofreram uma quebra significativa.

No ano de 2020, a UMinho graduou cerca de 4 400 estudantes, 1 900 dos quais com o grau de mestre ou doutor. No ano letivo de 2020-21, a oferta educativa manteve-se relativamente estável face ao ano anterior, com 41 licenciaturas, 16 mestrados integrados, 104 mestrados e 58 doutoramentos. A UMinho tinha em funcionamento, em associação com outras instituições de ensino superior, 10 mestrados e 13 doutoramentos. Uma oferta educativa ampla, diversificada e com significativa expressão interinstitucional foram marca do portefólio de cursos da Universidade.

No quadro do regular desenvolvimento da acreditação dos seus cursos, a UMinho submeteu à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), no último ano, 36 novos cursos, 33 dos quais em resultado da reorganização dos mestrados integrados nas áreas da psicologia e da engenharia; requereu ainda a acreditação de 1 doutoramento e 2 mestrados no âmbito do projeto Universidade sem Fronteiras, o mais ambicioso programa de cooperação entre as universidades da Galiza e do Norte de Portugal até hoje ensaiado. No último ano, a Universidade viu ser acreditados 13 cursos novos e 78 que já se encontravam em funcionamento.

Durante o ano em apreço, no quadro de uma particular atenção à formação doutoral, na sequência da criação do Colégio Doutoral, em 2019, foram constituídos os seus órgãos de governo e de consulta e deu-se início à sua atividade.

A Universidade promoveu múltiplas iniciativas em torno dos percursos académicos dos nossos estudantes, do contacto com públicos pré-universitários até à transição para o mercado de trabalho.

Em 2020 tiveram lugar, em versão digital, as realizações Universidade de Portas Abertas e Melhor Estudante na UMinho, orientadas para estudantes de escolas e colégios do ensino secundário. O ObservatoriUM, projeto institucional orientado para a caracterização e a promoção de percursos académicos dos estudantes, desenvolveu, em 2020, um estudo longitudinal sobre prontidão de carreira, tendo os primeiros resultados servido de mote ao seminário que anualmente o ObservatoriUM realiza O Projeto Tutorias por Pares e Mentorias UMinho, orientado para a integração dos estudantes na Universidade (tutorias) e para a facilitação de transição para os contextos de trabalho (mentorias), em 2020, foi alargado aos estudantes de doutoramento, introduzindo-os em redes internacionais de investigação e inovação (mentoria internacional).

O acompanhamento de cerca de 200 estudantes com necessidades educativas especiais e a realização de ações de sensibilização da comunidade académica para as temáticas da deficiência deu corpo às políticas de inclusão que a Universidade persegue. Com a colaboração da sua rede de *alumni*, a UMinho lançou um Programa de Apoio Informático a Estudantes, que permitiu providenciar a todos os estudantes carenciados meios que lhes permitissem responder às exigências colocadas pela transferência da atividade letiva para plataformas informáticas.

O evoluir da situação pandémica veio colocar no centro das preocupações institucionais a formação pedagógica dos docentes. A reedição do Docência+, curso de formação realizado *on-line* em parceria com a Universidade de Aveiro, e as Jornadas Interinstitucionais de Desenvolvimento Pedagógico, alargadas a várias universidades e politécnicos,



permitiram consolidar este movimento à escala nacional, com liderança da UMinho, que, em paralelo, foi aprofundando as suas relações internacionais neste âmbito. Ainda neste contexto, foi promovida mais uma edição do concurso de Projetos de Inovação e Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem, aberto a todos os docentes da UMinho.

No domínio da investigação, em 2020, a UMinho teve aprovados 112 novos projetos, dos quais 15 projetos europeus, 37 projetos internacionais, 34 projetos no âmbito do PT 2020 e 26 outros projetos nacionais; o conjunto dos projetos europeus/internacionais ficou, pois, próximo de 50% do total. Os projetos financiados em 2020 têm um orçamento global de 36,7 M€. No final do ano, a Universidade tinha em desenvolvimento cerca de 650 projetos, no valor de cerca de 150 M€.

Estes projetos eram desenvolvidos por um largo corpo de docentes e investigadores, incluindo, além dos docentes, cerca de 380 investigadores contratados, 550 bolseiros e 480 bolseiros de doutoramento. Estes números representam uma alteração muito significativa relativamente aos anos anteriores, registando a Universidade, face a 2019, um crescimento de cerca de 30 investigadores contratados.

Respondendo às novas exigências colocadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no que concerne a formação dos bolseiros de investigação, a UMinho aprovou em 2020 um Curso de Formação Especializada em Fundamentos para a Investigação Científica.

Foi iniciada, em 2020, a sistematização da atividade científica da UMinho; a publicação *Research and Innovation* (<https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/16>), reportada à atividade da Universidade em 2018, dá conta da intensidade da investigação científica da Instituição e dos seus centros.

Foi lançada a primeira edição do Prémio de Iniciação à Investigação Científica, que mobilizou um elevado número de centros de investigação, com o objetivo permitir aos estudantes dos cursos de formação inicial uma oportunidade de aproximação a contextos reais de investigação científica e de inserção em equipas de investigação.

A Universidade prosseguiu, em 2020, a sua aposta no domínio da Ciência Aberta, com o lançamento do dataRepositóriUM, repositório de dados científicos da UMinho que permitirá partilhar, publicar e gerir dados de investigação. O financiamento do projeto PortAberta - Portal de Investigação para a Ciência Aberta, garantido em 2020, vai permitir reforçar a aposta da Universidade neste âmbito. A UMinho manteve participação ativa em importantes projetos europeus no domínio da ciência aberta, como o *OpenAIRE Advance*, o RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal e o PASTEUR4OA - *Open Access Policy Alignment Strategies for European Union Research*. A Universidade promoveu em 2020 dois eventos importantes neste domínio: a ConfOA Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta e o Fórum de Gestão de Dados de Investigação.

No plano regulamentar, foram aprovados o Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho e o Regulamento da Carreira, Recrutamento, Contratação e Avaliação do Desempenho do Pessoal Investigador em Regime de Direito Privado da Universidade de Minho; estes regulamentos são importantes instrumentos de enquadramento e regulação da atividade dos investigadores da UMinho.

A investigação conhece na UMinho um elevado grau de internacionalização; em 2020, cerca de 50% das publicações científicas indexadas na *Web of Science* foram realizadas no quadro de colaborações com investigadores de outros países; a UMinho participa num elevado número de projetos internacionais, sendo cada vez maior o reconhecimento dos seus investigadores e grupos de investigação no exterior; em 2019 a UMinho teve na lista dos *Highly Cited Researchers (Clarivate Analytics)* dois investigadores entre os dez portugueses constantes daquela lista.

A crise pandémica afetou a mobilidade de estudantes, docentes e trabalhadores não docentes no ano letivo de 2019/2020, que conheceu diversas perturbações, tendo-se registado uma diminuição nos números de mobilidades face ao ano anterior. Já no final de 2020, a UMinho recebeu o Prémio Boas Práticas da Agência Nacional Erasmus+, por um dos seus projetos institucionais de mobilidade e viu ser-lhe atribuída a *Erasmus Charter for Higher Education 2021-2027*, que acredita a Universidade para o desenvolvimento da sua atividade no âmbito do Programa Erasmus+ da UE.

Em 2020, a Universidade reforçou significativamente a sua participação em redes europeias de universidades, designadamente a European University Association, o Grupo Compostela de Universidades, o Grupo Santander de Universidades e a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa.

Materializando o eixo da sua missão de interação com a sociedade, a UMinho organizou, em 2020, um vasto número de projetos mobilizando um significativo número de membros da comunidade académica e de estruturas, de unidades culturais e diferenciadas a unidades de interface, incluindo ainda entidades integrantes do sistema científico e tecnológico nacional.

A colaboração entre a UMinho e os municípios tem, neste âmbito, particular expressão, como exemplificado nos projetos de intervenção social protagonizados pela Associação de Psicologia, o Laboratório Colaborativo ProChild - CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social e o Município de Guimarães, nos projetos de recuperação do património edificado, do Teatro Jordão e Garagem Avenida, em Guimarães, e do Convento de S. Francisco de Real, em Braga, de valorização do património arqueológico, na área das Carvalheiras - Braga, de projetos educativos como o mestrado em *media arts*, ou



de disseminação da cultura e do conhecimento científico através da rede de Casas do Conhecimento que envolve oito municípios dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

As unidades culturais e diferenciadas da Universidade do Minho promoveram, em 2020, um amplo e diversificado conjunto de projetos museológicos, expositivos, de intervenção científica e cultural, orientados para a conservação e valorização do património e a promoção do acesso a bens culturais.

A atividade da UMinho Editora (<https://editora.uminho.pt/pt>), que publicou 20 livros em 2020, afirmou-a como projeto vibrante de interação com a sociedade, acolhendo e editando, em acesso aberto, revistas publicadas na Universidade e livros físicos e eletrónicos, com temáticas relevantes para diferentes públicos.

Merece também realce a valorização do património da Universidade, com reforço da centralidade cultural do edifício do Largo do Paço, um processo iniciado em 2019 e continuado em 2020, até onde a pandemia o permitiu, designadamente através da atividade da Nova Galeria do Paço e da Loja Oficial da Universidade.

A colaboração com o setor empresarial, através de projetos copromovidos, teve expressão significativa na atividade da Universidade. A parceria entre a UMinho e a Bosch continuou a 3.ª fase da sua execução, com os projetos *SensibleCar*, *EasyRide* e *Factory of the Future*, projetos institucionais de grande dimensão, pelo volume dos financiamentos envolvidos, dos recursos humanos qualificados envolvidos e pelo impacto social e económico que deles resulta. A UMinho Exec deu continuidade à sua intensa atividade de formação de executivos e de quadros superiores.

Visando intensificar a participação direta em projetos de desenvolvimento, em articulação com entidades do setor económico e social, em 2020, a UMinho passou a integrar dois novos laboratórios colaborativos: Colab Vines & Wines, através da participação na ADVID - Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, e BUILT CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, passando a oito o número de estruturas do sistema científico e tecnológico nacional deste tipo em que participa.

No quadro do desenvolvimento da sua atividade de inovação, traduzida na geração, na economia e na sociedade, de novas ideias, produtos e processos, a Universidade tem no registo de patentes um indicador importante do seu impacto. O Barómetro Inventiva – Patentes Made in Portugal 2020 colocou a UMinho no topo das entidades requerentes com origem em Portugal.

No quadro da promoção do empreendedorismo, a Universidade atribuiu o selo de *spinoff* UMinho a 2 novas empresas: Electron SoftView e GreenADN. São hoje mais de 40 as empresas que possuem este selo, testemunhando este número a importância que a Universidade confere a esta dimensão da sua atividade.

Ao longo do ano transato, o desenvolvimento institucional foi assegurado pela concretização de importantes iniciativas.

A Universidade prosseguiu a qualificação dos seus corpos de trabalhadores, tendo sido abertos, no ano transato, 39 posições para docentes de carreira, 16 posições para investigadores de carreira, 98 posições a termo resolutivo para investigador, 6 posições por tempo indeterminado para trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão (TAG) e 36 posições a termo resolutivo para trabalhadores TAG.

A assinatura de um contrato-programa entre a Universidade e a Escola de Medicina abriu caminho para uma nova morfologia organizacional, com as unidades orgânicas a serem dotadas de maior autonomia na gestão de recursos, requerida pelo seu nível de maturidade e complexidade da sua atividade.

A Universidade concluiu o processo de revisão da orgânica das suas unidades de serviços. Foi um trabalho demorado, não isento de tensões, que se traduziu numa transformação significativa da forma de organização e de articulação das nossas unidades de serviços partilhados, que reconhecidamente necessitavam de uma adequação às novas circunstâncias da Universidade.

A Universidade viu recertificado o seu sistema interno de garantia de qualidade, um processo logo e exigente a que a Universidade soube responder com a responsabilidade que lhe advinha de ter sido a primeira instituição nacional a ter este sistema certificado. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior reconheceu o elevado grau de maturidade que o sistema da Universidade atingiu, apreciando-o muito positivamente, após um processo de avaliação exigente que contou com uma ampla participação das unidades orgânicas e de serviços da Universidade. Neste âmbito, foi promovido o Evento Anual da Qualidade, dedicado à discussão das novas versões dos instrumentos e mecanismos da vertente de Investigação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM).

Prosseguiu o trabalho de otimização dos processos organizacionais, visando a continuação da desmaterialização, a eficiência organizacional e a transparência dos circuitos de decisão, destacando-se o processo de provas públicas de mestrado e de doutoramento, bem como o processo de avaliação do pessoal técnico, administrativo de gestão (TAG).

Foram elaborados modelos de referência para abertura de concursos e fundamentação de decisões de júris relativos a carreiras docente e de investigação, bem como para a formulação e aferição de objetivos no âmbito da avaliação de trabalhadores TAG.

Prosseguiu a caracterização funcional e não-funcional das soluções informáticas atualmente em uso. Foram planeados e implementados mecanismos de cibersegurança que assegurem níveis adequados de confidencialidade, integridade



e disponibilidade de toda a informação crítica para a UMinho. Refira-se a produção de recomendações para a mitigação do risco cibernético associado à realização, por videoconferência, de provas públicas conducentes ao grau de mestre e doutor, bem como aos títulos de agregado e de especialista, e ainda de reuniões de júris de concursos para as carreiras docentes e de investigação.

Procedeu-se ao planeamento e introdução faseada de melhorias nas soluções informáticas relativas a processos académicos e à modernização das tecnologias de interação, tendo sido introduzida, no ecossistema tecnológico da UMinho, uma *App* para dispositivos móveis que agiliza o acesso a diversas funcionalidades do portal Académico e da Intranet da UMinho.

No plano das infraestruturas, em 2020 prosseguiu a obra de construção do edifício *TERM RES Hub* - Instituto Cidade de Guimarães, no AvePark. Foram concluídas as obras de beneficiação das instalações do MIT-Portugal, em Azurém, das salas de experimentação animal e terminal, na Escola de Medicina, e das obras de conversão de um espaço exterior da Escola de Arquitetura em espaço oficial, para alojamento provisório da Licenciatura em Artes Visuais.

No decurso do ano prosseguiram os estudos prévios conducentes a um Plano de Desenvolvimento Integrado do *campus* de Gualtar e à beneficiação da articulação do *campus* com a cidade de Braga. Em particular merece destaque o projeto relativo a uma intervenção a realizar na área norte do *campus*, no âmbito de um protocolo assinado com a Câmara Municipal de Braga, que envolve a reflorestação e requalificação de todo o espaço, dotando-o de condições de prática desportiva e de atividades de lazer.

Para acompanhamento da conceção e projeto do edifício da Nova Sede da AAUMinho, em Gualtar, foi constituído um Grupo de Trabalho e foi desenvolvido um estudo prévio pelos Serviços de Gestão dos Campi e Infraestruturas, em estreita articulação com o Centro de Estudos da Escola de Arquitetura.

Ainda em 2020 foram lançados os concursos para adaptação da clínica de Optometria, na Escola de Ciências, para alojamento em Gualtar da infraestrutura de investigação MIRRI e para a instalação de novos laboratórios pedagógicos da Escola de Enfermagem. Procedeu-se a um diagnóstico das necessidades relativas às condições gerais de Segurança e Saúde do Trabalho de todos os edifícios da UMinho.

Durante o ano transato, no quadro da colaboração com o Município de Vila Nova de Famalicão, a UMinho iniciou a instalação de um novo polo no edifício do CIIES - Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior, onde foram localizados laboratórios de Biotecnologia Alimentar e de Micro e NanoFabricação.

Ao longo de praticamente todo o ano, os Serviços de Gestão dos Campi e Infraestruturas estiveram particularmente ativos na implementação de medidas de mitigação e controlo da propagação do SARS-Cov-2.

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas esteve sempre a necessidade de garantir para a Universidade a estabilidade e a sustentabilidade financeiras.

No que diz respeito ao desempenho orçamental importa destacar que o orçamento inicial da UMinho em 2020 cifrou-se nos 151,8 M€, representando um aumento de cerca de 2,3% face ao ano de 2019, justificado essencialmente pelo aumento do número de projetos de I&D em execução.

Já no que diz respeito ao desempenho económico-financeiro é de assinalar o resultado líquido do período positivo na ordem dos 77,9 k€, tendo-se observado uma diminuição na ordem de 1,2 M€ face ao ano transato, decorrente da situação pandémica em que nos encontramos.

Importa ainda destacar em 2020 a continuidade na implementação da contabilidade de gestão na UMinho, a qual é indispensável à produção de informação relevante, por forma a satisfazer as necessidades de informação dos dirigentes sobre os rendimentos, gastos e resultados.

As demonstrações financeiras constantes do Relatório foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Em suma, durante o ano de 2020, apesar da dimensão dos desafios com que foi confrontada, designadamente por efeito da pandemia, em resultado do compromisso dos seus professores e investigadores, dos seus estudantes de todos os ciclos de estudos e dos seus trabalhadores técnicos administrativos e de gestão, a UMinho assegurou, com elevada qualidade, o essencial da sua missão, orientada para a educação de alto nível das novas gerações, para o alargamento das fronteiras do conhecimento humano e para a promoção do desenvolvimento social e económico da região e do País.

As atividades e contas da UMinho foram objeto do Relatório de Atividades e Contas Separadas da UMinho, aprovado pelo Conselho de Gestão da Universidade no dia 30 de abril de 2021 e, conseqüentemente, submetido ao Tribunal de Contas.

A UMinho é parte integrante e nuclear do Grupo Público UMinho, composto por 48 entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, nas quais a Universidade detém uma percentagem de controlo, consoante os direitos de votos. O envolvimento da UMinho em entidades participadas tem como critério essencial o da congruência da missão,



objetivos e modos de atuação destas entidades com os princípios estatutários que orientam a atividade da UMinho em todas as suas dimensões.

A realidade do Grupo Público UMinho exprime bem a densidade das relações que a Universidade foi construindo com múltiplos setores das esferas económica, social e cultural, traduzido na criação de entidades que vêm desempenhando um importante papel na promoção do progresso do país e da região.

A atividade da Universidade nas suas participadas encontra-se fortemente ancorada na atividade de ensino e de investigação que é desenvolvida pelas unidades orgânicas da Universidade, que têm encontrado na criação ou na adesão a estas entidades participadas uma forma muito qualificada de cumprirem o desígnio da interação com a sociedade, através de processos de transferência, recontextualização ou coconstrução de saberes.

O Relatório de Atividades e Contas Consolidadas do Grupo Público UMinho que, nos termos estatutários, deve ser presente ao Senado Académico e ao Conselho Geral, disponibiliza uma visão de conjunto do Universo UMinho, permitindo compreender e avaliar, em extensão e em intensão, a atividade da Instituição, nas suas múltiplas dimensões, ao longo de 2020. De entre as 48 entidades participadas antes referidas, o Relatório regista a atividade e as contas das 17 que fazem parte do perímetro de consolidação.

Ao nível do desempenho económico-financeiro, importa notar que globalmente as entidades participadas, naturalmente com variações a que não são indiferentes as suas áreas de atuação, apresentam resultados equilibrados que, também nesta perspetiva, legitimam as opções que a Universidade vem assumindo.

Apesar do exposto no parágrafo anterior, o resultado líquido consolidado do Grupo Público em 2020 sofreu uma variação negativa de 2,3 M€ quando comparado com o período homologado, essencialmente, justificada pela redução das vendas e das prestações de serviços, consequência direta das medidas de prevenção e controlo dos efeitos da pandemia Covid-19.

As demonstrações financeiras e orçamentais constantes do Relatório foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Rui Vieira de Castro

Reitor



II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO



1. GRUPO PÚBLICO UMINHO

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho

A interação com a sociedade representa uma das dimensões basilares de atividade da UMinho. Neste âmbito, a UMinho mantém uma forte colaboração com o tecido económico e social, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Esta interação implica um envolvimento expressivo na comunidade, o qual favorece o seu progresso económico, social e cultural, decorrente da aplicabilidade do conhecimento científico obtido nas atividades de ensino e investigação.

Decorrente do anteriormente exposto, o Grupo Público UMinho é constituído pela entidade-mãe, a UMinho, e pelas suas participadas, tal como evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho

Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2020	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
ENTIDADE-MÃE			
UMinho	—	SNC-AP	—
ENTIDADES CONTROLADAS			
SASUM	100,00	SNC-AP	Cons. Integral
ACMP5	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
B'ACIS	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
APsi	80,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
CVR	1,18	SNC	Cons. Integral
TecMinho	12,50	NCRF-ESNL	Cons. Integral
ENTIDADES ASSOCIADAS			
BLCS	50,00	SNC-AP	MEP
IC	50,00	SNC-AP	MEP
2CA-Braga	50,00	NCRF-ESNL	MEP
CCG	49,42	NCRF-ESNL	MEP
IDEGUI	34,09	NCRF-ESNL	MEP
CCVG	33,33	NCRF-ESNL	MEP
CS	33,33	NCRF-ESNL	MEP
PIEP	31,39	NCRF-ESNL	MEP
IDITE-Minho	25,45	NCRF-ESNL	MEP
CEJUR	25,00	NCRF-ESNL	MEP
CeNTI	19,05	NCRF-ESNL	MEP
OUTRAS PARTICIPADAS			
SPINPARK	14,29	—	Custo
BLC3	14,29	—	Custo
AVEPARK	10,61	—	Custo
IGAP	9,09	—	Custo
TECMEAT	8,33	—	Custo
B2E	7,69	—	Custo
Lab2Pt	8,33	—	Custo
DTX	7,58	—	Custo
CECoLab	7,14	—	Custo
ProChild CoLab	6,67	—	Custo
AFTEBI	6,35	—	Custo
INESC TEC	5,26	—	Custo
Colab4food	4,62	—	Custo
BIOREF	5,00	—	Custo
BUILT CoLAB	5,00	—	Custo
Fund. CEER	3,57	—	Custo
ISPG	3,34	—	Custo
APCTP	2,94	—	Custo
AEDOAVE	2,00	—	Custo
INTEGRALAR	0,86	—	Custo
TICE.PT	1,19	—	Custo
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00	—	Custo
OPEN	0,98	—	Custo



POOL-NET	0,98	—	Custo
VARD 2015	0,57	—	Custo
ADRAVE	0,44	—	Custo
CITEVE	0,15	—	Custo
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08	—	Custo
Fundação Portugal África	0,06	—	Custo
ADVID	<20	—	Custo

Da análise da Tabela 1 conclui-se que o Grupo Público UMinho é composto por 48 entidades, comprovando-se a forte interação da UMinho com a sociedade. Contudo, importa salientar que apenas 17 daquelas entidades fazem parte do perímetro de consolidação. Assim,

- nos casos em que a percentagem de controlo da UMinho é superior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de consolidação integral;
- nas situações em que a percentagem de controlo é superior a 20% e igual ou inferior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

No que respeita à entidade CeNTI, apesar da percentagem de controlo da UMinho ser inferior a 20%, esta foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, uma vez que da leitura dos seus estatutos verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, em virtude dos seus órgãos sociais serem constituídos por membros da UMinho.

Já no que diz respeito às entidades CVR e TecMinho, estas foram incluídas no perímetro de consolidação como entidades controladas pela UMinho pois, apesar dos direitos de voto serem inferiores a 50%, a UMinho detém o controlo destas entidades por via dos elementos que constituem os seus órgãos sociais.

Em relação ao IDITE Minho, em virtude deste Instituto se encontrar em processo de liquidação, a participação da UMinho não foi incluída no perímetro de consolidação, tendo sido constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação financeira.

Quanto às restantes entidades, uma vez que a percentagem de controlo da UMinho é inferior a 20%, a participação financeira detida foi mensurada ao custo de aquisição.

1.2. Breve resumo das entidades consolidadas

De seguida apresenta-se um resumo da atividade desenvolvida em 2020, por cada uma das 17 entidades incluídas no perímetro de consolidação.

1.2.1. Universidade do Minho

A UMinho, entidade-mãe do Grupo Público UMinho, é uma instituição de ensino superior público que tem como âmbitos principais da sua atividade, a Educação e a Formação, a Investigação e Inovação e a Interação com a Sociedade.

No final de 2020, a Universidade tinha inscritos cerca de 19 600 estudantes de grau, dos quais cerca de 2300 estrangeiros. No ano de 2020, a UMinho graduou cerca de 4 400 estudantes, cerca de 1 900 com o grau de mestre ou doutor.

No ano letivo de 2020-21, a oferta educativa foi constituída por 41 licenciaturas, 16 mestrados integrados, 104 mestrados e 58 doutoramentos. Ao longo do ano objeto, a UMinho submeteu à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), para acreditação, 36 novos cursos e viu serem acreditados 13 cursos novos e 78 que já se encontravam em funcionamento.

A Universidade promoveu múltiplas iniciativas orientadas para percursos académicos dos estudantes e a formação pedagógica dos docentes.

No domínio da investigação, em 2020, a UMinho teve aprovados 112 novos projetos, dos quais 15 projetos europeus, 37 projetos internacionais, 34 projetos no âmbito do PT 2020 e 26 outros projetos nacionais; o conjunto dos projetos europeus/internacionais ficou, pois, próximo de 50% do total. Os projetos financiados em 2020 têm um orçamento global de 36,7 M€. No final do ano, a Universidade tinha em desenvolvimento cerca de 650 projetos, no valor de perto de 150 M€.

Estes projetos eram desenvolvidos, para além dos docentes, por cerca de 380 investigadores contratados, 550 bolseiros e 480 bolseiros de doutoramento, registando a Universidade, face a 2019, um crescimento de cerca de 30 investigadores contratados.

A Universidade prosseguiu, em 2020, a sua aposta no domínio da Ciência Aberta, com o lançamento do dataRepositóriUM, repositório de dados científicos da UMinho.



A aposta da UMinho em 2020 no reforço da sua vertente de investigação e inovação contribuiu, iniludivelmente, para o fortalecimento, a nível internacional, da sua reputação.

Materializando o eixo da sua missão de interação com a sociedade, a UMinho desenvolveu, em 2020, um vasto número de projetos mobilizando um significativo número de membros da comunidade académica e de estruturas, de unidades culturais e diferenciadas a unidades de interface, incluindo ainda entidades integrantes do sistema científico e tecnológico nacional.

A colaboração entre a UMinho e os municípios teve, neste âmbito, particular expressão. As unidades culturais e diferenciadas da Universidade do Minho promoveram, em 2020, múltiplos projetos museológicos, expositivos, de intervenção científica e cultural, orientados para a conservação e valorização do património e a promoção do acesso a bens culturais.

A colaboração com o setor empresarial, através de projetos copromovidos, teve expressão significativa na atividade da Universidade. A parceria entre a UMinho e a Bosch continuou a 3.ª fase da sua execução, com os projetos *SensibleCar*, *EasyRide* e *Factory of the Future*, projetos institucionais de grande dimensão, pelo volume dos financiamentos envolvidos, dos recursos humanos qualificados envolvido e pelo impacto social e económico que deles resulta.

Em articulação com entidades do setor económico e social, em 2020, a UMinho passou a integrar dois novos laboratórios colaborativos: Colab Vines & Wines e BUILT CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, passando a oito o número de estruturas do sistema científico e tecnológico nacional deste tipo em que participa.

Ao nível da interação com a sociedade, a UMinho contribui, assim, de forma ativa, comprometida e crítica, para o progresso económico, social e cultural das populações, no sentido de criar uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

No plano das infraestruturas, em 2020 prosseguiu a obra de construção do edifício *TERM RES Hub* - Instituto Cidade de Guimarães, no AvePark. Foram concluídas as obras de beneficiação das instalações do MIT-Portugal, em Azurém, das salas de experimentação animal e terminal, na Escola de Medicina, e das obras de conversão de um espaço exterior da Escola de Arquitetura em espaço oficial, para alojamento provisório da Licenciatura em Artes Visuais.

Durante o ano de 2020, no quadro da colaboração com o Município de Vila Nova de Famalicão, a UMinho iniciou a instalação de um novo polo no edifício do CIIES - Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior, onde foram localizados diversos laboratórios de investigação.

Na tabela infra apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da UMinho, nos últimos dois anos, e respetiva variação.

Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	174 478 496,63	172 567 703,81	1 910 792,82
	Total do Passivo	46 837 137,65	44 565 155,84	2 271 981,81
	Total do Património Líquido	127 641 358,98	128 002 547,97	-361 188,99
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	148 683 876,72	145 648 035,97	3 035 840,75
	Total de Gastos	148 605 933,45	144 401 841,78	4 204 091,67
	Resultado Líquido do Período	77 943,27	1 246 194,19	-1 168 250,92
Indicadores	Autonomia Financeira	73,16%	74,18%	-1,02 p.p.
	Solvabilidade	272,52%	287,23%	-14,70 p.p.
	Liquidez Geral	96,22%	105,01%	-8,79 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	0,06%	0,97%	-0,91 p.p.

Da análise da Tabela 2 conclui-se que, em 31 de dezembro de 2020, se verifica uma variação positiva no passivo da UMinho, em relação ao período homólogo, na ordem dos 2,3 M€, justificada, essencialmente, pelo aumento nas rubricas de diferimentos e de outras contas a pagar.

A variação negativa registada no resultado líquido do período, no montante de 1,2 M€, justifica-se essencialmente por um aumento dos gastos com o pessoal, das transferências concedidas e das imparidades constituídas, nomeadamente, as reconhecidas em utentes.

Ao nível dos indicadores, é de realçar a variação negativa de 14,70 p.p. da solvabilidade, justificada pela redução do património líquido e pelo aumento do passivo, particularmente na rubrica de diferimentos e outras contas a pagar.



1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), os quais gozam de autonomia administrativa e financeira e têm como missão, de acordo com os seus Estatutos, proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência no ensino superior e de integração na vida social e académica, através da prestação de serviços nas áreas de alojamento, alimentação, desporto e cultura, apoio médico e psicológico, assim como, na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes mais carenciados. Importa realçar que é possibilitada a participação dos estudantes nas atividades dos SASUM, permitindo-lhes auferir contrapartidas pecuniárias, desde que o seu percurso académico não seja prejudicado.

Os SASUM dispõem de 10 residências universitárias - 6 em Braga e 4 em Guimarães - com uma capacidade de alojamento global de 1.399 camas, tendo-se verificado, sempre, nos últimos 5 anos letivos, taxas de ocupação superiores a 99%. No que diz respeito a refeições, durante o ano de 2020 foram servidas um total de 257.570 (subsidiadas e não subsidiadas), o que, face ao período homólogo, representa uma diminuição de 63,06%, justificada pelos constrangimentos provocados pela pandemia Covid-19.

Decorrente dos constrangimentos provocados pela COVID-19, a atividade do setor do desporto dos SASUM foi profundamente afetada ao longo do ano de 2020. Apesar dos diversos impedimentos à atividade, os SASUM prosseguiram a sua missão de promoção da prática desportiva, através da divulgação diária de planos de treino funcional, aulas de fitness, acompanhamento personalizado, dicas de nutrição e ginástica laboral, num total de mais de 600 publicações e de mais de 250 aulas disponibilizadas nas redes sociais. Importa realçar os resultados, no âmbito da competição universitária, no plano nacional, com a conquista de um total de 43 medalhas nos campeonatos nacionais universitários: 14 medalhas de ouro, 15 medalhas de prata e 14 medalhas de bronze.

Relativamente às atividades realizadas em 2020, destacam-se as seguintes:

- Potenciar parcerias estratégicas no âmbito do consórcio UNorte.pt e UOs da UMinho, tendo dois projetos em execução: CAF (*Common Assessment Framework*) e CO3. No ano de 2020 foi aprovado pela Agência para a Modernização Administrativa, o projeto POCER- Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos;
- Reforçar a identidade interna, valorizando os recursos humanos, através da abertura de um processo de mobilidades intercarreiras e intercategorias; e
- Reforçar a competitividade dos produtos e serviços prestados, relevando o investimento, como por exemplo, o início do processo de reconversão do espaço de *cycling* para *squash*, no complexo desportivo de Gualtar, e a aquisição de equipamento diverso, quer para o departamento alimentar, quer para o departamento de apoio social.

A Tabela 3 evidencia a evolução da posição e desempenho financeiro dos SASUM entre os anos de 2019 e de 2020.

Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	17 865 963,48	19 472 277,97	-1 606 314,49
	Total do Passivo	760 093,74	796 785,89	-36 692,15
	Total do Património Líquido	17 105 869,74	18 675 492,08	-1 569 622,34
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	5 843 000,11	9 710 219,33	-3 867 219,22
	Total de Gastos	7 071 848,82	9 511 943,34	-2 440 094,52
	Resultado Líquido do Período	-1 228 848,71	198 275,99	-1 427 124,70
Indicadores	Autonomia Financeira	95,75%	95,91%	-0,16 p.p.
	Solvabilidade	2250,49%	2343,85%	-93,36 p.p.
	Liquidez Geral	239,13%	343,91%	-104,78 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	-7,18%	1,06%	-8,25 p.p.

Da análise da Tabela 3, verifica-se uma diminuição significativa, tanto ao nível da posição financeira, como do desempenho financeiro dos SASUM.

No ano de 2020, todas as rubricas do ativo e do passivo sofreram uma diminuição, sendo que no ativo corrente estas variações denotam-se mais significativas. Quanto à diminuição no património líquido, no montante de 1,6 M€, esta deve-se essencialmente à variação negativa do resultado líquido do período.

A diminuição verificada no resultado líquido do período é justificada, essencialmente, pela diminuição de rendimentos reconhecidos em vendas e prestações de serviços (3,4 M€) e em transferências e subsídios correntes obtidos (409,1 k€).

No que concerne à análise dos principais indicadores, importa salientar a variação negativa da liquidez geral, a qual se deve, essencialmente, à redução na rubrica de caixa e depósitos, no montante de 783 k€. Ainda assim, pode-se



afirmar que este indicador se encontra bastante positivo, pelo que os SASUM conseguem liquidar todas as suas dívidas correntes, com recurso ao seu ativo corrente.

1.2.3. Associação Centro de Medicina P5

A Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5) é uma organização sem fins lucrativos, resultado de uma parceria entre a UMinho, através da sua Escola de Medicina, e os *Alumni* Medicina (Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho), e tem por objetivo o desenvolvimento de atividades orientadas para a promoção da saúde pública, através do recurso a novas tecnologias. Apesar da sua atividade apenas ter sido iniciada a 6 de fevereiro de 2019, a sua constituição remonta a 29 de dezembro de 2018.

No ano de 2020, e em resposta à pandemia de Covid-19, a ACMP5 procurou, de forma rápida, desenvolver soluções que ajudassem a população e aliviassem a pressão sobre o Sistema Nacional de Saúde. Assim, através do desenvolvimento e disponibilização de plataformas de esclarecimento de dúvidas e linhas de apoio psicológico, foi dado a conhecer a todo o país o projeto P5.

Ao longo do período em análise, a rede de atendimento da ACMP5 foi alargada aos municípios de Paredes de Coura e Guimarães, com a formalização de um protocolo que procura não só a prestação de cuidados de saúde, como também o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, bem como foi renovada a prestação de serviços de saúde à comunidade académica da UMinho.

Durante o ano de 2020, a ACMP5 apostou na consolidação de processos e serviços, tendo para o efeito desenvolvido e implementado o avaliador de sintomas P5, como aplicação móvel.

Os principais indicadores da atividade da ACMP5 dos últimos 2 anos são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	191 963,71 €	16 588,36	175 375,35
	Total do Passivo	102 040,40 €	3 226,28	98 814,12
	Total dos Fundos Patrimoniais	89 923,31 €	13 362,08	76 561,23
Desempenho Financeiro	Rendimentos	387 344,10 €	0,00	387 344,10
	Gastos	310 782,87 €	36 637,92	274 144,95
	Resultado Líquido do Período	76 561,23 €	-36 637,92	113 199,15
Indicadores	Autonomia Financeira	46,84%	80,55%	-33,71 p.p.
	Solvabilidade	88,13%	414,16%	-326,04 p.p.
	Liquidez Geral	181,41%	267,92%	-86,51 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	85,14%	-274,19%	359,33 p.p.

Da análise da Tabela 4 importa referir que a posição financeira da ACMP5 melhorou significativamente, sendo de realçar o aumento do ativo, em cerca de 175,4 k€, quando comparado com o ano transato, o qual se deve, essencialmente, ao aumento verificado nas rubricas de clientes (54,2 k€), caixa e depósitos bancários (100,4 k€).

Importa destacar que no seu segundo ano de atividade, a ACMP5 atingiu um resultado líquido no montante de 76,6 k€, sendo que as prestações de serviço atingiram um montante de 348,9 k€, os fornecimentos e serviços e externos o valor de 135,4 k€ e os gastos com o pessoal o montante de 160,7 k€.

Por último, e em relação aos indicadores apresentados, com a exceção da rentabilidade dos fundos patrimoniais, que é influenciado positivamente pelo resultado líquido do período, todos os restantes indicadores apresentam variações negativas, devido ao aumento do passivo. Finalmente, destaca-se ainda que a ACMP5 apenas consegue financiar 46,84% da sua atividade através de recursos próprios, devido ao aumento verificado do ativo.

1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga

A Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga (B'ACIS) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, e o Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Esta Associação tem por missão o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação através do fomento de atividades científico-tecnológicas, no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

A B'ACIS desenvolve atividades, como sejam a proteção e registo de propriedade intelectual, assim como a prestação de serviços, quer na vertente de cursos avançados e organização de eventos científicos, entre outros.



O ano de 2020 correspondeu ainda à fase de arranque, preparação, promoção, implementação e validação das estratégias da associação, sendo de realçar o processo de implementação de normas internacionais ISO, no âmbito da deteção de atividade viral e microbiana. Neste contexto, e a título de exemplo, durante o ano de 2020, a B'ACIS:

- Prestou serviços de alojamento de biotério e de validação, para uma empresa biotecnológica portuguesa, de kits comerciais de deteção do SARS-CoV-2, por RT-PCR;
- Submeteu a registo 7 patentes, sendo uma de diagnóstico e as restantes de terapêutica, uma das quais em conjunto com a Fundação Champalimaud. Para além destas, foram preparados os processos para a submissão de mais 6 patentes, sendo quatro delas de software;
- Em setembro de 2020, conseguiu atrair mais uma *startup*, a BestHealth4U, para além das *spin-offs* já constituídas; e
- Organizou 4 cursos de formação avançada, entre os meses de setembro e novembro de 2020.

A tabela 5 apresenta os principais indicadores económicos e financeiros, respeitantes à atividade da B'ACIS, nos dois últimos anos de atividade.

Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	205 911,63 €	65 993,46	139 918,17
	Total do Passivo	74 339,30 €	6 147,28	68 192,02
	Total dos Fundos Patrimoniais	131 572,33 €	59 846,18	71 726,15
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	234 088,31 €	18 750,00	215 338,31
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	162 362,16 €	8 903,82	153 458,34
	Resultado Líquido do Período	71 726,15 €	9 846,18	61 879,97
Indicadores	Autonomia Financeira	63,90%	90,69%	-26,79 p.p.
	Solvabilidade	176,99%	973,54%	-796,55 p.p.
	Liquidez Geral	237,78%	1052,56%	-814,78 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos patrimoniais	54,51%	16,45%	38,06 p.p.

No que diz respeito à posição financeira, importa destacar a variação positiva do ativo em 139,9 k€, a qual ascendeu ao montante de 205,9 k€, em 31 de dezembro de 2020, sendo a rubrica de caixa e depósitos bancários aquela que apresenta um maior peso na estrutura do ativo (cerca de 47,40%).

Ao nível do desempenho financeiro, salienta-se a melhoria significativa na estrutura de rendimentos, justificada, essencialmente, pelas prestações de serviços que, em 2020, atingiram o montante de 176,2 k€ (75,28% do total de rendimentos).

Por fim, destacam-se as variações negativas registadas nos indicadores de liquidez geral e de solvabilidade (814,78 p.p. e 796,55 p.p., respetivamente), as quais decorrem do aumento generalizado de todas as rubricas do passivo (68,2 k€). Apesar destas variações, a B'ACIS apresenta indicadores financeiros bastantes satisfatórios.

1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho

A Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi), constituída em 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia e dos SASUM, garantindo o desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados.

Este projeto, em atividade desde 2016, intervém na sociedade, através da prestação de serviços da área de psicologia, com o objetivo de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, apoiando pessoas carenciadas, referenciadas pelas entidades locais e institucionais (municípios e outras associações).

Em 2020 observou-se uma maior preocupação com a saúde mental em diversos contextos, pelo que a APsi vem desenvolvendo as seguintes atividades:

- Linha de Apoio Psicológico SOS Covid-19, a fim de prestar apoio psicológico imediato e gratuito aos estudantes e à comunidade académica;
- Modelo de intervenção em crise da linha de Apoio Psicológico SOS Covid-19 e criação de uma aplicação gratuita de intervenção psicológica em crise no contexto de pandemia; e
- Modelo integrado de intervenção nas crianças e famílias do município de Guimarães, desenhado pelo ProChild CoLAB, em estreita relação com a Câmara Municipal de Guimarães, e o Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho (CIPsi).



As variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos encontram-se evidenciadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	99 970,30	90 564,18	9 406,12
	Total do Passivo	47 442,54	37 798,09	9 644,45
	Total dos Fundos Próprios	52 527,76	52 766,09	-238,33
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	153 200,31	139 798,98	13 401,33
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	153 438,64	128 881,29	24 557,35
	Resultado Líquido do Período	-238,33	10 917,69	-11 156,02
Indicadores	Autonomia Financeira	52,54%	58,26%	-5,72 p.p.
	Solvabilidade	110,71%	139,60%	-28,89 p.p.
	Liquidez Geral	196,26%	214,66%	-18,40 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-0,45%	20,69%	-21,14 p.p.

Conforme se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2020, a posição financeira da APsi registou um aumento do passivo no montante de 9,6 k€, bem como um aumento do ativo, em cerca de 9,4 k€, relativamente ao período homólogo. As razões subjacentes a estas variações decorrem essencialmente das alterações verificadas nas rubricas de diferimentos e de créditos a receber, respetivamente.

Ao nível do desempenho, destaca-se o aumento dos gastos no montante de 24,6 k€, justificado fundamentalmente pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos (14,4 k€) e dos gastos com pessoal (12,2 k€).

Relativamente aos indicadores, todos apresentam variações negativas, devido ao aumento verificado no passivo, assim como ao facto de os fundos próprios não acompanharem a evolução positiva registada no ativo. Apesar das variações negativas referidas, importa referir que os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de liquidez geral, ainda se apresentam bastante positivos, uma vez que a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo, assim como financiar mais de metade da sua atividade através de recursos próprios.

1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos

O Centro para a Valorização de Resíduos (CVR), em atividade desde 2002, centrou a sua atividade, durante o ano de 2020, na realização de projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) centrada no estudo de processos, de produtos e serviços sustentáveis e de avaliação de ciclo de vida, com o objetivo de promover o tratamento e/ou valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente.

O ano de 2020 foi marcado pela velocidade de cruzeiro do Plano de Ação Estratégico (PAE-CVR) 2018-2021 do CVR, na sequência da assinatura do contrato com o Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular (FITEC), monitorizado e avaliado pela Agência Nacional de Inovação. O PAE-CVR abarca os domínios do Plano de Ação da UE para a economia circular, como resultado do trabalho anteriormente desenvolvido pelo CVR, nomeadamente, na execução de vários projetos de I&DT, relacionados com a valorização energética e valorização material de resíduos, com a promoção do ambiente e com a avaliação de ciclo de vida. O PAE-CVR, mais concretamente, o “EcoCircle CVR: Rumo a uma Economia Circular Eficiente” assenta:

- Na consolidação de meios do CVR em economia circular, cujo âmbito de trabalho foi desenvolvido nas áreas de avaliação do ciclo de vida (ThernFire4Woven), da valorização energética (RDFGAS e MOV BIO), agrícola (Res2ValHum e EcoGreenRoof) e material de resíduos (UMinhoTech, ValorMar, U2SCoffee, GeoDesign, EcoSustainableRail e Renew);
- Na utilização de modelos circulares na economia, promotores de um aumento da eficiência na transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado;
- Na promoção e internacionalização da I&DT do CVR; e
- No reforço da Gestão, Marketing e Cooperação Nacional.

Deve ainda ser destacado o reforço das parcerias já anteriormente estabelecidas, de forma a marcar presença nos eventos e grupos de trabalho promovidos no seio do Smart Waste Portugal e do CentroHabitat.



A Tabela 7 evidencia as variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos de atividade.

Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	3 070 506,81	2 686 954,52	383 552,29
	Total do Passivo	1 587 750,86	1 282 493,24	305 257,62
	Total do Capital Próprio	1 482 755,95	1 404 461,28	78 294,67
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	910 548,52	957 484,84	-46 936,32
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	832 965,61	918 114,98	-85 149,37
	Resultado Líquido do Período	77 582,91	39 369,86	38 213,05
Indicadores	Autonomia Financeira	48,29%	52,27%	-3,98 p.p.
	Solvabilidade	93,39%	109,51%	-16,12 p.p.
	Liquidez Geral	144,67%	154,71%	-10,05 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	5,23%	2,80%	2,43 p.p.

Como se pode aferir da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2020 verificou-se uma melhoria da posição financeira, justificada, essencialmente, pelo aumento das rubricas de outros créditos a receber e de caixa e depósitos bancários.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, destaca-se a variação positiva do resultado líquido do período no montante de 38,2 k€, para a qual muito contribuiu a variação negativa da rubrica de fornecimentos e serviços externo, no montante de 138,5 k€.

Ao nível dos indicadores, não se verificam variações relevantes entre os anos de 2019 e de 2020, sendo que todos os rácios se mantêm todos positivos.

1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho

A Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho (TecMinho) foi constituída em 24 de julho de 1990, no seio da UMinho.

Ao longo do ano de 2020, o Departamento de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo prosseguiu a sua atividade de identificação, promoção e consolidação de iniciativas de valorização dos resultados de investigação da UMinho, através de licenciamento, estabelecimento de parcerias com empresas (desde microempresas a multinacionais) e apoio à criação de novas empresas intensivas em conhecimento.

No que se refere à gestão da propriedade industrial, cabe destacar os resultados da atividade do Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial:

- 28 novos pedidos de patente;
- 4 sessões de divulgação de propriedade intelectual; e
- 109 contratos de consórcio analisados.

Na área de comercialização de Ciência e Tecnologia, foram identificadas 26 novas tecnologias/resultados de I&D da UMinho com potencial comercial, bem como foi efetuada a divulgação e *marketing* desses resultados. Identificaram-se, ainda, parceiros empresariais para exploração e negociação e gestão de acordos para a sua transferência. Em 2020, a TecMinho apresentou uma dinâmica relevante na participação em projetos nacionais e internacionais, centralmente geridos pela unidade de comercialização de ciência e tecnologia.

Na área do empreendedorismo, a TecMinho promoveu uma cultura empreendedora na UMinho e apoiou o lançamento de projetos empresariais de base tecnológica e conhecimento intensivo. Para tal promoveu:

- 15 aulas abertas;
- 91 reuniões com 130 empreendedores, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo – StarTecMinho;
- 14 projetos de negócio, no âmbito do Laboratório de Empresas; e
- Ideias de negócio, no âmbito do Laboratório de Ignição de Ideias de Negócio – IgniLab, entre outros.

Adicionalmente, colaborou ainda na criação de 3 novas *spin-offs*.

O Departamento de Formação Contínua realizou cursos de formação para os indivíduos em geral, sendo que relativamente às empresas e outras entidades, as intervenções foram desenvolvidas através de projetos integrados de formação, contemplando as necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores.

As atividades de formação do Departamento de Formação e Desenvolvimento inseriram-se nas seguintes tipologias:



- Formação interempresas;
- Formação intraempresas;
- Formação contínua para quadros superiores;
- Formação à distância;
- Seminários/ *workshops*;
- Projetos de desenvolvimento profissional e organizacional; e
- Projetos de investigação em educação e formação.

Em 2020, a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade (PSEC), processada via TecMinho, totalizou 88 serviços, o que corresponde a uma diminuição no volume de atividade desenvolvida, quando comparado com o ano de 2019, no qual foram levados a cabo 101 serviços.

As principais variações económico-financeiras da atividade da TecMinho, apresentam-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	2 420 299,96	2 663 513,76	-243 213,80
	Total do Passivo	1 905 101,12	1 856 874,10	48 227,02
	Total do Capital Próprio	515 198,84	806 639,66	-291 440,82
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 345 407,12	3 780 351,24	-1 434 944,12
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 636 847,94	3 858 671,69	-1 221 823,75
	Resultado Líquido do Período	-291 440,82	-78 320,45	-213 120,37
Indicadores	Autonomia Financeira	21,29%	30,28%	-9,00 p.p.
	Solvabilidade	27,04%	43,44%	-16,40 p.p.
	Liquidez Geral	106,94%	118,62%	-11,68 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	-56,57%	-9,71%	-46,86 p.p.

Da análise da tabela anterior verifica-se uma diminuição registada no capital próprio da entidade, no montante de 291,4 k€, decorrente, essencialmente, da diminuição verificada no resultado líquido do período no montante de 213,1 k€.

Ao nível do desempenho financeiro verificou-se uma diminuição acentuada tanto dos rendimentos (1,4 M€), como dos gastos (1,2 M€). Estas variações traduziram-se num resultado negativo de 213,1 k€, justificado, maioritariamente, pela redução dos rendimentos associados às prestações de serviços (517,2 k€) e aos subsídios à exploração (795,6 k€). Esta redução dos rendimentos foi compensada pela redução dos gastos associados à rubrica de fornecimentos e serviços externos, no montante de 1,2 M€.

Através da análise dos indicadores conclui-se que o ano de 2020 foi particularmente prejudicial para a atividade da TecMinho. Assim, apesar de o rácio de liquidez geral demonstrar que é possível à TecMinho, no curto prazo, liquidar todas as suas dívidas, da análise da informação podemos também concluir que o capital próprio da associação apenas consegue solver 27,04% do seu passivo e apenas consegue financiar 21,29% da sua atividade, o que demonstra uma excessiva dependência da entidade em relação a terceiros.

1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

O objetivo principal da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) é, nos termos dos seus estatutos, a “prestação de um serviço de leitura pública, desenvolvendo e prosseguindo as suas atribuições de acordo com a moderna conceção”. Assim, ao longo dos seus últimos 15 anos, a BLCS tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços a favor da comunidade local e regional, promovendo o desenvolvimento de diferentes literacias junto dos cidadãos, ligadas à leitura, escrita, informação, comunicação e cultura científica, para uma sociedade mais informada e inclusiva. Efetivamente a BLCS ambiciona destacar-se a nível nacional pela oferta de serviços e disponibilização de fundos bibliográficos diversificados, valorizando as novas tecnologias aplicadas aos diferentes serviços, de modo a potenciar a pesquisa e recuperação da informação de forma objetiva e eficiente junto dos seus utilizadores.

No ano de 2020, a BLCS continuou a manter o nível de qualidade dos serviços prestados, bem como, de iniciativas culturais e educativas. De modo a consolidar e alargar o seu papel na comunidade, a BLCS promoveu novos programas formativos, educativos e culturais, nomeadamente através da:

- Promoção e animação do livro, da leitura e da escrita;
- Realização de atividades de extensão cultural;



- Manutenção dos acordos e protocolos institucionais; e
- Criação de novas parcerias locais e regionais.

No que diz respeito à atividade da BLCS em 2020 deve ainda ser referido o seguinte:

- Foram disponibilizadas cerca de 460.304 existências bibliográficas inventariadas;
- Efetuados 119 pedidos/reservas de tratamento de exemplar no catálogo online da BLCS;
- Foram emprestados 5.520 manuais escolares, no âmbito da 8ª edição da Bolsa Solidária de manuais escolares usados, fruto da rede concelhia de parceiros sociais;
- Registou um total de 27.922 utilizadores inscritos;
- Realizou 31.701 empréstimos domiciliários; e
- Contabilizou 194.617 entradas/saídas de utilizadores do edifício, 7.240 acessos aos postos informáticos públicos, 194.914 acessos ao portal da biblioteca e 21.207 acessos ao catálogo *on-line*.

Os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da BLCS nos últimos dois anos, e respetiva variação, são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	108 877,25	98 291,50	10 585,75
	Total do Passivo	0,00	7 366,33	-7 366,33
	Total do Património Líquido	108 877,25	90 925,17	17 952,08
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	150 399,08	185 149,44	-34 750,36
	Total de Gastos	132 447,00	154 507,30	-22 060,30
	Resultado Líquido do Período	17 952,08	30 642,14	-12 690,06
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	92,51%	7,49 p.p.
	Solvabilidade	—	1234,33%	—
	Liquidez Geral	—	1178,77%	—
	Rentabilidade do Património Líquido	16,49%	33,70%	-17,21 p.p.

Da análise da Tabela 9, constata-se uma variação positiva da posição financeira, que poderá ser resumida da seguinte forma:

- Aumento do ativo em cerca de 10,6 k€, justificada, principalmente, pelo aumento da rubrica de caixa e depósitos bancários;
- Diminuição do passivo, o qual não apresenta qualquer valor em 31 de dezembro de 2020;
- Melhoria do património líquido em cerca de 18 k€, devido ao resultado líquido do período.

Ao nível do desempenho financeiro destaca-se a diminuição das transferências correntes recebidas (24,6 k€) e dos fornecimentos e serviços externos (23,1 k€).

Quanto aos Indicadores, importa referir que a autonomia financeira de 2020 se fixa nos 100%, devido à não existência de qualquer passivo.

1.2.9. Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio (IC), é uma unidade diferenciada da UMinho criada em associação com o *Hanban* – Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, e vocacionada para o desenvolvimento e aprofundamento dos Estudos Chineses e para a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região envolvente, tendo iniciado a sua atividade, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006.

Ao longo do ano de 2020, o IC promoveu uma série de atividades didáticas e culturais, especificamente no que se refere ao projeto “Ensino de Chinês nas Escolas”, em articulação com 17 escolas de ensino básico e secundário, privadas e públicas, compreendendo um universo de 451 alunos, distribuídos por 45 turmas em vários níveis de aprendizagem e aprofundamento de chinês. Ainda relacionado com este projeto foram reforçadas duas outras iniciativas de grande importância para o IC, designadamente: a *Confucius Classroom*, no colégio Luso-Internacional do Porto, inaugurado a 22 de novembro de 2019, e o Programa de Intercâmbio “Escolas-Irmãs Portugal-China”.

No quadro daquilo que constitui uma das missões do IC, destaca-se a divulgação da língua e cultura chinesas e a promoção da aproximação entre Portugal e a China, tendo sido novamente realizados, ao longo do ano de 2020, os ciclos de conferências intitulados “Património Cultural Chinês em Portugal” e “Grandes Vultos da Cultura Chinesa”.



Adicionalmente, ao longo de 2020, promoveu-se um vasto conjunto de “Oficinas” e “Cursos”, bem como a realização do Exame Oficial de Língua Chinesa – HSK e a realização do Exame Oficial de Oralidade de Língua Chinesa – HSKK.

Durante o ano de 2020, o IC voltou a organizar mais uma edição da Exposição de Literatura Infantil “Sonhos Coloridos do Oriente” e desenvolveu iniciativas tendentes a apoiar a comunidade chinesa em Portugal, facilitando a sua integração no nosso País.

A tabela seguinte apresenta os principais indicadores referentes à evolução da atividade do IC, entre os anos de 2019 e 2020.

Tabela 10 - Indicadores IC, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	151 746,44	128 484,65	23 261,79
	Total do Passivo	0,00	224,50	-224,50
	Total do Património Líquido	151 746,44	128 260,15	23 486,29
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	84 751,32	124 557,59	-39 806,27
	Total de Gastos	61 265,03	110 262,89	-48 997,86
	Resultado Líquido do Período	23 486,29	14 294,70	9 191,59
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	99,83%	0,17 p.p.
	Solvabilidade	—	57 131,47%	—
	Liquidez Geral	—	52 000,92%	—
	Rentabilidade do Património Líquido	15,48%	11,15%	4,33 p.p.

Da análise da Tabela 10, relativamente à posição financeira do IC, destaca-se o fato de no ano de 2020 o passivo não apresentar qualquer dívida a fornecedores, o que originou uma melhoria da liquidez geral e da solvabilidade.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, é de realçar o aumento do resultado líquido do período (9,2 k€), justificado essencialmente pelo aumento das prestações de serviços e da diminuição dos gastos relacionados com os fornecimentos e serviços externos.

Quanto aos indicadores, importa destacar que, em 2020, a autonomia financeira se fixou nos 100%, devido à existência de qualquer passivo.

1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga

O Centro Clínico Académico (2CA-Braga) resulta de uma parceria, sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto.

Durante o ano de 2020, para além da continuidade dos projetos em curso, iniciaram-se novos projetos de I&DT, projetos estes em copromoção e em parcerias internacionais, nomeadamente:

- SmartHealth4All;
- CovidVentilSupport;
- Mould2Protection;
- COUNTED;
- COVID2ndID;
- Masks4Safety;
- SM4S – Safety Materials;
- Sensebreath; e
- EHDEN.

O 2CA-Braga foi incluído no mapeamento das infraestruturas tecnológicas nacionais 2020, devido a uma candidatura ao Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia, de forma a aumentar a sua participação e a integrar projetos nacionais e internacionais de investigação clínica.

Durante o ano de 2020, a equipa do 2CA organizou, como habitualmente, as suas Jornadas “VII Jornadas de Investigação Clínica & Inovação”. O ano de 2020 foi pautado pela contínua divulgação junto dos *stakeholders* da Unidade de Fase 1, contribuindo para a participação em ensaios clínicos *Early Phase*.

O 2CA-Braga, no seu objetivo de promover, incentivar e suportar a qualidade na prática da investigação clínica, a nível nacional e internacional, tem conseguido alcançar uma boa dinâmica de projetos de investigação, sendo que, em



dezembro de 2020, se encontravam em execução 165 projetos de investigação clínica. Dos 187 ensaios clínicos aprovados pelo Infarmed a nível nacional, em 2020, 30% tiveram o 2CA-Braga, como centro clínico académico. Este valor torna-se mais significativo nos ensaios de fase 3, em que o 2CA-Braga participou em 45% dos estudos realizados em Portugal.

Relativamente ao aparelho de Ressonância Magnética Nuclear, de preferência 3 Tesla, adquirido em 2018, no ano de 2020 verificou-se um aumento da sua produtividade, tendo sido realizados um total 3.786 RMNs, tanto no âmbito da investigação clínica do 2CA-Braga, como pela atividade de prática clínica do Hospital de Braga.

A Tabela 11 demonstra a evolução da atividade do 2CA-Braga, tendo em consideração os principais indicadores da sua posição e do seu desempenho financeiro.

Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	2 058 456,30	1 964 919,05	93 537,25
	Total do Passivo	1 460 269,96	1 400 217,79	60 052,17
	Total dos Fundos Patrimoniais	598 186,34	564 701,26	33 485,08
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 296 177,35	1 487 997,11	-191 819,76
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	1 262 692,27	1 183 128,55	79 563,72
	Resultado Líquido do Período	33 485,08	304 868,56	-271 383,48
Indicadores	Autonomia Financeira	29,06%	28,74%	0,32 p.p.
	Solvabilidade	40,96%	40,33%	0,63 p.p.
	Liquidez Geral	110,34%	98,19%	12,15 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	5,60%	53,99%	-48,39 p.p.

Da análise da tabela conclui-se que a posição financeira do 2CA-Braga evoluiu positivamente em 2020, uma vez que se verificou um aumento dos fundos patrimoniais (33,5 k€), proporcionado pelo um aumento significativo no total do ativo (93,5 k€), nomeadamente nas rubricas de créditos a receber e de caixa e depósitos bancários.

No desempenho financeiro verificou-se uma evolução negativa do resultado líquido, na ordem dos 271,4 k€, principalmente, fruto da diminuição das prestações de serviços (262,7 k€). Importa referir que o aumento dos gastos, em cerca de 79,6 k€, é justificado, fundamentalmente, pelo aumento verificado na rubrica dos fornecimentos e serviços externos.

Relativamente aos indicadores apresentados, destaca-se o a melhoria verificada no rácio liquidez geral, o qual se situa acima dos 100%, decorrente da melhoria verificada nos fundos patrimoniais. Por sua vez, realça-se que, apesar do rácio de autonomia financeira ter registado um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, a atividade do 2CA-Braga é essencialmente financiada com recurso a fundos próprios, em 29,06%.

1.2.11. Centro de Computação Gráfica

O Centro de Computação Gráfica (CCG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1993, que atua como um Centro de Interface Tecnológico, responsável por desenvolver e fomentar processos de investigação e inovação, produzindo valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Durante o ano de 2020, centraram-se esforços na angariação e no desenvolvimento de projetos de I&DT. Ao nível do desenvolvimento de projetos, o CCG esteve fundamentalmente focado no seguinte:

- Desenvolvimento dos Projetos Mobilizadores ligados a diversos *clusters* setoriais portugueses, de que são exemplo o Texboost (*cluster* têxtil), o Produtech SIF (*cluster produtech*), o CHIC (mobilizador das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica) e o FAMEST (*cluster* do calçado);
- Arranque dos trabalhos dos projetos europeus, nomeadamente nos projetos 5G-Mobix e MIRRI2020, ambos com temáticas emergentes e com um papel predominante do CCG nas tarefas de I&DT; e
- Arranque da 3.ª fase dos projetos BOSCH, com os programas “Sensible Car”, “EasyRide” e “Factory of the Future”, e o arranque dos primeiros projetos do “Clube de Fornecedores BOSCH”, com as empresas Controlar, Neadvance e InsideLimits.

Em 2020, o CCG aumentou significativamente a sua presença em candidaturas e consórcios europeus e intensificou a sua presença e o seu papel no grupo GraphicsVision.ai, tendo, inclusivamente, organizado um dos seus encontros anuais. O ano de 2020 foi também um ano de aprofundamento do trabalho no projeto 5G-Mobix, com a angariação de novas responsabilidades, quer a nível do projeto, quer na interface com a Comissão Europeia. Nas relações intercontinentais, o CCG participou no congresso anual do CGAll, o parceiro chinês da rede GraphicsVision.ai, e numa



visita a centros de investigação e universidades chinesas. Desta visita resultou a contratualização de um projeto em prestação de serviços à Universidade de Wuyi, assim como a intenção de estabelecer protocolos de colaboração mais duradouros entre o CCG e Universidades e/ou Centros de Investigação da Chinese Great Bay Area (Guangdong, HongKong, Macau).

Na tabela seguinte são evidenciados os principais indicadores económico-financeiros, e respetiva variação, respeitantes ao CCG.

Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	10 618 057,63	8 906 674,98	1 711 382,65
	Total do Passivo	1 274 397,02	1 888 808,97	-614 411,95
	Total dos Fundos Próprios	9 343 660,61	7 017 866,01	2 325 794,60
Desempenho Financeiro	Rendimentos	2 445 910,20	2 212 498,63	233 411,57
	Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 307 118,41	2 142 887,89	164 230,52
	Resultado Líquido do Período	138 791,79	69 610,74	69 181,05
Indicadores	Autonomia Financeira	88,00%	78,79%	9,20 p.p.
	Solvabilidade	733,18%	371,55%	361,63 p.p.
	Liquidez Geral	542,66%	241,86%	300,80 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Próprios	1,49%	0,99%	0,49 p.p.

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2020 o ativo do CCG registou uma variação positiva de cerca de 1,7 M€ face a 31 de dezembro de 2019. Esta variação justifica-se essencialmente pelo aumento da rubrica de outros créditos a receber, no montante de 1,1 M€. A variação positiva verificada nos fundos patrimoniais, em cerca de 2,3 M€, deve-se ao aumento da rubrica de ajustamentos/outras variações no fundo patrimonial proveniente do reconhecimento, no período de 2020, de subsídios ao investimento.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o aumento verificado nos rendimentos, no montante de 233,4 k€, por via do aumento das vendas e serviços prestados (211,6 k€) e de outros rendimentos (236,6 k€), bem como da diminuição dos trabalhos para a própria entidade (213,5 k€) e dos subsídios, doações e legados à exploração (1,3 k€). Por sua vez, o aumento dos gastos em 164,2 k€ está, essencialmente, relacionado com as depreciações e amortizações registadas no período. Estas variações traduziram-se num resultado líquido do período positivo, em cerca de 138,8 k€.

Em resultado do anteriormente exposto, como se verificou uma melhoria tanto da posição como do desempenho financeiro do CCG, todos os indicadores apresentam uma franca recuperação, o que representa uma melhor performance da entidade, comparativamente ao período homólogo.

1.2.12. Instituto de Design de Guimarães

A Associação Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) foi constituída em 2012, para promover e apoiar a promoção de ações na área do *design*. A associação teve como génese a parceria existente entre o Município de Guimarães e a UMinho, no âmbito do projeto CAMPURBIS - Parceria para a Regeneração Urbana da Zona de Couros (2008 – 2012), alargada a um conjunto de sócios fundadores, onde se incluem as principais empresas industriais do concelho de Guimarães, com interesse no *design*.

Finalizado o plano de instalação da associação, na antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, o IDEGUI conta atualmente com áreas de formação, geridas pela UMinho, mas abertas a outras instituições de formação. Dispõe ainda de espaços propícios à realização de seminários profissionais e áreas expositivas e de divulgação.

A criação do IDEGUI na cidade de Guimarães permitiu, entretanto, dispor de um vasto conjunto de laboratórios e oficinas onde alunos, *designers* e investigadores, podem desenvolver a sua atividade num ambiente criativo, tirando partido dos mais diversos e modernos meios tecnológicos. O Mestrado em Design de Produto e Serviços e a Licenciatura em Design de Produto da UMinho são desenvolvidos nas instalações do IDEGUI.

O IDEGUI colaborou no projeto FURNISH – Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat, iniciativa do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). O projeto responde a um dos principais desafios identificados na cidade de Guimarães: manter a expressão cultural das festas Nicolinas no espaço público de modo seguro e encontrar-se em exposição no Instituto de Design de Guimarães, até ao dia 18 de dezembro.



A Tabela 13 apresenta a evolução da atividade do IDEGUI de 2019 para 2020.

Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	57 138,60	62 047,50	-4 908,90
	Total do Passivo	45 872,53	94 841,81	-48 969,28
	Total dos Fundos Patrimoniais	11 266,07	-32 794,31	44 060,38
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	177 952,08	189 590,37	-11 638,29
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	133 891,70	255 228,52	-121 336,82
	Resultado Líquido do Período	44 060,38	-65 638,15	109 698,53
Indicadores	Autonomia Financeira	19,72%	-52,85%	72,57%
	Solvabilidade	24,56%	-34,58%	59,14%
	Liquidez Geral	71,20%	44,67%	26,53%
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	391,09%	200,15%	190,94%

Da análise da Tabela 13, verifica-se que quanto à posição financeira denota-se uma variação negativa na maioria das rubricas do passivo no montante de 49 k€. No que diz respeito ao desempenho financeiro realça-se a melhoria do resultado líquido em 2020, no montante de 109,7 k€, devido, principalmente, a redução de gastos com o pessoal, em 104,6 k€.

No que diz respeito aos rácios, estes apresentam uma melhoria, comparativamente ao período de 2019, justificada, maioritariamente, pela melhoria dos fundos patrimoniais. Contudo, tanto a autonomia financeira, como a solvabilidade, ainda continuam com indicadores consideravelmente reduzidos.

1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães

A associação Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, com vista ao desenvolvimento e promoção de processos de investigação e inovação, de forma a produzir valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Em 2020 o CCVG teve a necessidade de adaptar a sua atividade ao contexto atual, e adotou práticas alternativas, tais como: ações nas plataformas digitais, arranque do projeto de visita virtual e a criação do Espaço Criativo, destinado a famílias, em complemento da Exposição Permanente, entre várias outras ações pontuais.

Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Ativo	85 803,13	123 936,61	-38 133,48
	Passivo	31 961,91	41 674,27	-9 712,36
	Fundo patrimonial	53 841,22	82 262,34	-28 421,12
Desempenho Financeiro	Rendimentos	141 232,55	74 283,59	66 948,96
	Gastos (inclui Imposto s/ Rendimento)	169 653,67	62 021,25	107 632,42
	Resultado Líquido do Período	-28 421,12	12 262,34	-40 683,46
Rácios	Autonomia Financeira	62,75%	66,37%	-3,62 p.p.
	Solvabilidade	168,45%	197,39%	-28,94 p.p.
	Liquidez Geral	264,64%	297,21%	-32,57 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	-52,79%	14,91%	-67,69 p.p.

Da análise da tabela anterior constata-se uma diminuição da posição financeira, através da diminuição do ativo em 38,1 k€, decorrente, essencialmente, da diminuição da rubrica de outros ativos correntes, e do fundo patrimonial em 28,4 k€, devido ao resultado líquido do período.

Quanto ao desempenho financeiro, verifica-se uma diminuição do resultado líquido do período em 40,7 k€, fruto do aumento significativo dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos.

De referir que, apesar de existir uma evolução negativa tanto da posição como do desempenho financeiro, os indicadores ainda proporcionam indicadores bastantes positivos, com a exceção da rentabilidade do património líquido.

1.2.14. Casa de Sarmento

A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património (CS) é uma Unidade Diferenciada (UD) da UMinho, instituída através de um protocolo de cooperação entre o Município de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) e a



UMinho. A sua principal missão consiste em estabelecer uma ligação mais profunda entre a Universidade e a comunidade vimaranense, assim como, apoiar o desenvolvimento da missão científica e cultural da SMS.

Na atividade desenvolvida por esta entidade, assume particular importância o tratamento, a catalogação e a divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS, assim como, a colaboração em projetos de investigação que valorizem o seu acervo.

De forma sucinta, descrevem-se em seguida as principais atividades da CS em 2020:

- Gestão de conteúdos na página da Internet da CS, nomeadamente a digitalização de publicações/documentos solicitados pelos investigadores;
- Digitalização de arquivos, tratamento de imagens e publicação na web, tais como, a conclusão da digitalização da Hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento, a digitalização da coleção de manuscritos de João Lopes de Faria, e a transcrição das efemérides de João Lopes de Faria;
- Higienização, inventário e descrição de arquivos;
- Organização e participação em eventos científicos, como a apresentação do Repositório Genealógico no Arquivo Regional da Horta e no Ecomuseu do Corvo, entre outros;
- Realização de 7 publicações, próprias e em colaboração com outras entidades;
- Colaboração em vários projetos de investigação e divulgação;
- Desenvolvimento do Repositório Genealógico Nacional;
- Desenvolvimento de software relativamente aos seguintes pontos:
 - Gestão de conteúdos OMEKA-S, por forma a facilitar a visualização da informação;
 - Para a publicação de conteúdos para os bombeiros voluntários de Vizela; e
 - Novas funcionalidades para o projeto Repositório Genealógico.

A Tabela 15 apresenta, de forma resumida, a evolução da posição e do desempenho financeiro da CS entre os anos de 2019 e 2020.

Tabela 15 - Indicadores CS, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	75 188,05	77 006,69	-1 818,64
	Total do Passivo	2 965,35	5 429,20	-2 463,85
	Total do Capital Próprio	72 222,70	71 577,49	645,21
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	92 000,55	89 077,16	2 923,39
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	91 355,34	79 353,70	12 001,64
	Resultado Líquido do Período	645,21	9 723,46	-9 078,25
Indicadores	Autonomia Financeira	96,06%	92,95%	3,11 p.p.
	Solvabilidade	2 435,55%	1 318,38%	1 117,17 p.p.
	Liquidez Geral	1 793,02%	940,92%	852,10 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	0,89%	13,58%	-12,69 p.p.

Da análise à Tabela 15 denota-se uma variação negativa no total do passivo, dado que todas as suas rubricas sofreram uma redução. Relativamente ao desempenho, salienta-se que o resultado líquido do período teve uma variação negativa em 9 k€, decorrente de um aumento acentuado, verificado na rubrica de gastos com o pessoal (17,3 k€).

Relativamente aos indicadores, à exceção da rentabilidade do capital próprio, todos apresentam variações positivas, particularmente os rácios de solvabilidade e de liquidez geral, decorrente da contração registada no passivo.

1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros

O Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) é uma associação de direito privado, de matriz marcadamente tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial. O PIEP foi criado em 2001, por iniciativa da indústria e em colaboração com o Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho, com o objetivo de dar resposta às necessidades de I&DT das empresas do setor, desenvolvendo novos materiais e apoiando a criação de produtos inovadores, tecnologias de processamento e ferramentas produtivas. O PIEP pretende também contribuir na vertente da formação, apoiando o desenvolvimento de recursos humanos, com capacidade e experiência em inovação industrial na área da engenharia de polímeros. Atendendo à multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP está envolvido, a sua interação com a UMinho tem sido extensível a outros departamentos da Universidade, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial.



Para além desta privilegiada relação com a UMinho, o PIEP tem criado parcerias com diversas redes nacionais e internacionais, pólos de competitividade e instituições que lhe permitem poder contribuir, em articulação com os diferentes atores, para a definição de estratégias para a inovação e potenciação de negócio, em diversas áreas.

O PIEP encerrou o ano de 2020 com mais 2 empresas associadas ao segmento industrial, sendo este segmento o mais significativo, com 44 empresas associadas registadas. Já o segmento das associações setoriais e o segmento público são compostos por 4 entidades cada.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas durante 2020 traduziu-se num volume de negócios de, aproximadamente, 2 M€, valor que traduz uma variação positiva de 2,64%, face a 2019.

O conjunto alargado de iniciativas e oportunidades concretizadas durante o período anterior, consolidado com as novas candidaturas apresentadas e aprovadas nos exercícios seguintes, permitiram o arranque de diversos projetos em co-promoção, entretanto aprovados, o que justifica o aumento de 67% na componente de subsídios à exploração.

A Tabela 16 apresenta a variação dos principais indicadores referentes à evolução da atividade do PIEP, registada em 2020, face a 2019.

Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	6 555 112,00	5 926 406,00	628 706,00
	Total do Passivo	4 337 684,00	4 276 185,00	61 499,00
	Total dos Fundos Patrimoniais	2 217 428,00	1 650 221,00	567 207,00
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 227 550,00	2 061 042,00	166 508,00
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 084 242,00	2 039 711,00	44 531,00
	Resultado Líquido do Período	143 309,00	21 331,00	121 977,00
Rácios	Autonomia Financeira	33,83%	27,85%	5,98 p.p.
	Solvabilidade	51,12%	38,59%	12,53 p.p.
	Liquidez Geral	98,76%	80,82%	17,94 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	6,46%	1,29%	5,17 p.p.

Conforme evidencia a Tabela 16, ao nível da posição financeira, é de destacar o aumento do ativo em cerca de 628,7 k€ e dos fundos patrimoniais na ordem dos 567 k€, justificados, essencialmente, pelo aumento dos subsídios ao investimento.

Relativamente ao desempenho financeiro, verificou-se um aumento do resultado líquido do período em 44,5 k€, devido, maioritariamente, ao aumento das prestações de serviços e à redução dos fornecimentos e serviços externos.

Relativamente aos indicadores, todos registaram variações positivas, sendo de realçar os rácios de liquidez geral e o de solvabilidade, em que ambos sofreram uma melhoria significativa, como resultado do aumento dos fundos patrimoniais.

1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho

O Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR) é uma pessoa coletiva de utilidade pública, fundada a 26 de novembro de 1993, que tem como associados a UMinho, a Associação Industrial do Minho, o Município de Braga, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Associação de Municípios do Vale do Ave e a Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho. A sua principal missão consiste no desenvolvimento de estudos jurídicos, promovendo para o efeito as iniciativas que entende mais convenientes, como por exemplo, a constituição de grupos de estudo e a realização de conferências e seminários.

No ano de 2020, o CEJUR conseguiu manter o seu nível de atividade, centrada, fundamentalmente, na publicação de revistas e na oferta formativa, bem como, na atualização da sua página web. Sendo assegurada a publicação das seguintes revistas:

- Cadernos de Justiça Administrativa;
- Cadernos de Direito Privado; e
- Cadernos de Justiça Tributária.

Em 2020, foram ainda realizadas várias ações de formação à distância, tais como:

- A sessão de esclarecimento Covid-19 | *Layoff* Simplificado;
- Os seminários:
 - (In)Justiça em tempos de pandemia: a manifesta inadaptação;



- O estado da administração da justiça em Portugal em tempos de Covid 19 - diálogo sobre o durante e o depois; e
- O PEVE: o que é e o que podia ter sido.
- Os cursos intensivos de Preparação para o acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, e o curso de Justiça Administrativa e Tributária (para a preparação do acesso aos Tribunais Administrativos e Fiscais).

Toda a atividade do CEJUR foi divulgada através do seu site e da *newsletter*, que conta com mais de 2.600 subscritores (mais 1.000 do que em 2019).

A tabela seguinte apresenta a evolução da atividade do CEJUR de 2019 para 2020.

Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	144 398,05	96 166,57	48 231,48
	Total do Passivo	20 427,10	22 013,93	-1 586,83
	Total dos Fundos Patrimoniais	123 970,95	74 152,64	49 818,31
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	117 477,57	64 877,59	52 599,98
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	67 659,26	85 531,77	-17 872,51
	Resultado Líquido do Período	49 818,31	-20 654,18	70 472,49
Indicadores	Autonomia Financeira	85,85%	77,11%	8,75 p.p.
	Solvabilidade	606,89%	336,84%	270,05 p.p.
	Liquidez Geral	706,89%	436,84%	270,05 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	40,19%	-27,85%	68,04 p.p.

Da análise da tabela anterior, verifica-se uma variação positiva da posição financeira do CEJUR, como resultado do:

- aumento do ativo em 48,2 k€, devido, essencialmente, à variação positiva da rubrica de caixa e depósitos bancários; e
- aumento dos fundos patrimoniais em 49,8 k€, decorrente do resultado líquido do período.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, regista-se uma variação positiva em 52,6 k€, resultante do aumento reconhecido nas prestações de serviços da entidade.

Consequentemente, os diferentes indicadores traduzem uma melhoria tanto do desempenho como da posição financeira da entidade.

1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

O Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI) é um Instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, e resulta de uma intensa parceria de 3 Universidades, 2 Centros Tecnológicos e 1 Instituto de Novas Tecnologias: a UMinho, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, o CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e o CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel.

O ano de 2020 ficou marcado pelos desafios colocados pela pandemia. No entanto, e em comparação com o período homólogo, verificou-se um crescimento sustentado das equipas, em articulação com a expansão de atividades do CeNTI. Foi ano de arranque de um conjunto de projetos I&DT de dimensão marcadamente estruturante para a economia portuguesa e ao mesmo tempo para o CeNTI, destacando-se:

- O desenvolvimento de projetos de investigação e inovação tecnológica com empresas, com o objetivo de criar soluções no combate à pandemia COVID-19;
- A intensificação da exploração de novas tecnologias nas áreas da sustentabilidade e dos novos processos de reciclagem e recuperação de materiais, em particular, através da transformação de resíduos em matérias-primas (com enfoque particular para materiais derivados da celulose), para o desenvolvimento de novas tecnologias de automação e sustentabilidade de componentes para o interior automóvel, ou, ainda, o desenvolvimento de novas nanoestruturas, com aplicações na área da eletrónica e microeletrónica; e
- A participação do CeNTI em grandes programas para a definição de linhas de desenvolvimento económico sustentável, em áreas ligadas aos setores industriais e de atividade económica.



Na tabela infra apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros, à data de 31 de dezembro 2020 (comparativamente ao ano de 2019).

Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros

Principais Indicadores		2020	2019	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	21 619 270,15	11 001 575,42	10 617 694,73
	Total do Passivo	15 646 674,47	5 760 197,80	9 886 476,67
	Total dos Fundos Patrimoniais	5 972 595,68	5 241 377,62	731 218,06
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	3 851 700,77	3 578 251,90	273 448,87
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	3 640 853,12	3 305 519,39	335 333,73
	Resultado Líquido do Período	210 847,65	272 732,51	-61 884,86
Indicadores	Autonomia Financeira	27,63%	47,64%	-20,02 p.p.
	Solvabilidade	38,17%	90,99%	-52,82 p.p.
	Liquidez Geral	118,22%	136,62%	-18,40 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	3,53%	5,20%	-1,67 p.p.

Da análise da Tabela 18, relativamente à posição financeira, é de destacar a variação positiva registada tanto no ativo (10,6 M€) como no passivo (9,9 M€), resultante, essencialmente, de montantes recebidos, no âmbito de projetos de I&D, os quais terão de ser reembolsados no período de 2021.

Relativamente ao desempenho financeiro é de sublinhar a diminuição do resultado líquido do período, em cerca de 61,9 k€, justificado pelo aumento dos gastos (335,3 k€), maioritariamente através da rubrica de gastos com pessoal (291,2 k€), os quais não foram compensados pelos rendimentos (273,4 k€).

Ao nível dos indicadores verificam-se variações negativas, sendo de destacar a diminuição ao nível da solvabilidade, da liquidez geral e da autonomia financeira, as quais se justificam pelo reconhecimento, em 2020, de montantes associados a projetos de I&D, a transferir em 2021.



III – RELATO FINANCEIRO



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. Enquadramento macroeconómico internacional

É inegável que a atividade económica mundial de 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19 e, passado mais de um ano, após a deteção dos primeiros casos de Covid-19, ainda existe bastante incerteza relativamente à retoma económica.

As últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas no *World Economic Outlook: Managing Divergent Recoveries* – de abril de 2021, apontam para uma contração da economia global, em 2020, de 3,3% e uma recuperação, para 2021, com um crescimento estimado de 6%. No que concerne à área do euro, espera-se uma deterioração da atividade económica mais acentuada, com o Produto Interno Bruto (PIB) a contrair 6,6% e uma taxa de desemprego que deverá situar-se nos 7,9%. Na área euro espera-se também uma retoma da atividade económica para o ano de 2021, a níveis mais moderados do que os mundiais, com o PIB a crescer 4,4%.

A possibilidade de inoculação das populações veio aumentar a esperança, uma vez que permite o levantamento das medidas de contenção. Contudo, a incerteza associada à sua eficácia nas novas variantes do vírus poderá agravar severamente o cenário de recuperação económica.

Para além daquela incerteza, antevê-se que a dinâmica de recuperação da atividade económica não seja homogênea devido às diferentes taxas de inoculação. Esta divergência de acesso a vacinas e de recuperação económica poderá levar a um agravamento das desigualdades económicas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

2.2. Enquadramento macroeconómico nacional

Ao longo do ano de 2020, à semelhança do que aconteceu em todo o mundo, as projeções para a economia portuguesa revelaram-se particularmente complexas devido à elevada incerteza subjacente aos exercícios previsionais.

O Banco de Portugal (BdP), no seu Boletim Económico de março de 2020, logo após o início da pandemia, apontava para uma descida do PIB, no cenário favorável, de 3,7% e de 5,7%, no cenário adverso. As oscilações das previsões foram tão expressivas durante o ano de 2020 que apenas três meses depois, no Boletim Económico de junho, a projeção para a atividade económica foi revista em baixa, antecipando-se uma redução de 9,5% do PIB.

Em março de 2021, o Banco de Portugal fixou a taxa de variação do PIB de 2020 em -7,6%. A reação da economia portuguesa à pandemia foi também acompanhada por descidas no consumo privado (-5,9%), na formação bruta de capital fixo (-2,2%), nas exportações (-18,6%) e pelo aumento da taxa de desemprego que atingiu em 2020 os 6,8%.

A evolução da economia nacional e internacional permanece rodeada de incerteza e de riscos elevados, o que afeta significativamente as projeções de curto e longo prazo. Assim, o Boletim Económico do BdP de março de 2021, apresenta dois cenários para a economia portuguesa, que assentam em hipóteses favoráveis ou adversas, de acordo com os progressos no controlo da pandemia.

Em ambos os cenários, a projeção para 2021 conta com um crescimento significativo do PIB português – no cenário favorável uma variação positiva de 7,1% e no adverso de 4%.

De realçar que, ao contrário de anos anteriores, existe incerteza no curto e no médio prazos, sendo que no primeiro, a incerteza deriva da evolução da pandemia e do processo de vacinação e, no segundo, tal incerteza está relacionada com a reação endógena dos agentes económicos, em particular com as alterações no comportamento das famílias e a resiliência das empresas.



3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA

3.1. Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível da ótica financeira, nomeadamente quanto às liquidações e obrigações, e da ótica monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, procedeu-se à consolidação orçamental através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação os SASUM.

3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados

A tabela infra apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 19 - Desagregação dos recebimentos consolidados

RECEBIMENTOS	31/12/2020		31/12/2019		Variação 2020-2019	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Receita Corrente	138 388 381,50	91,43	126 205 220,47	87,79	12 183 161,03	9,65
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e out. penal.	22 037 144,28	14,56	24 765 797,20	17,23	-2 728 652,92	-11,02
R4 Rend. de propriedade	0,00	0,00	277,88	0,00	-277,88	-100,00
R5 Transferências Correntes	110 133 951,58	72,76	90 602 756,53	63,02	19 531 195,05	21,56
R51 Administrações Públicas	69 865 535,06	46,16	71 634 609,42	49,83	-1 769 074,35	-2,47
R511 Adm. Central - Estado	66 817 249,00	44,14	63 305 312,00	44,03	3 511 937,00	5,55
R512 Adm. Central – Out. ent.	3 041 959,14	2,01	8 329 297,42	5,79	-5 287 338,28	-63,48
R513 Segurança Social	6326,92	0,00	0,00	0,00	6326,92	-
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	0,00	0,00	22 750,00	0,02	-22 750,00	-100,00
R52 Exterior - U.E	36 823 585,68	24,33	16 125 159,80	11,22	20 698 425,88	128,36
R53 Outras	3 444 830,84	2,28	2 820 237,32	1,96	624 593,53	22,15
R6 Vendas de bens e serviços	6 214 218,93	4,11	10 833 345,26	7,54	-4 619 126,33	-42,64
R7 Outras receitas correntes	3 066,71	0,00	3043,6	0,00	23,11	0,76
Receita de capital	12 926 749,23	8,54	16 764 312,69	11,66	-3 837 563,46	-22,89
R8 Vendas de bens de invest.	58,45	0,00	2960	0,00	-2 901,55	-
R9 Transferências de capital	12 921 085,40	8,54	16 755 403,92	11,65	-3 834 318,52	-22,88
R91 Administrações Públicas	12 893 732,25	8,52	15 577 674,25	10,84	-2 683 942,00	-17,23
R911 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R912 Adm. Central – Out. ent.	12 893 732,25	8,52	15 577 674,25	10,84	-2 683 942,00	-17,23
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R92 Exterior - UE	4 264,54	0,00	18 304,39	0,01	-14 039,85	-76,70
R93 Outras	23 088,61	0,02	1 159 425,28	0,81	-1 136 336,67	-
R10 Outras receitas de capital	5 605,38	0,00	5948,77	0,00	-343,39	-
R11 RNAP	47 927,41	0,03	793 876,86	0,55	-745 949,45	-93,96
R12 Rec. c/ ativos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R13 Rec. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Recebimentos	151 363 058,14	100,00	143 763 410,02	100,00	7 599 648,12	5,29



Conforme se pode observar pela análise da tabela anterior, a variação apurada dos montantes recebidos entre 2020 e o período homólogo foi de 5,29%.

No que diz respeito aos recebimentos correntes, estes representam 91,43% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, sendo de realçar o aumento das verbas provenientes de instituições da União Europeia, em cerca de 20,7 M€ e a diminuição das verbas transferidas por Serviços e Fundos Autónomos em cerca de 5,3 M€, os quais estão associados à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

Importa ainda destacar que as taxas, multas e outras penalidades sofreram uma redução do seu peso face às receitas totais do Grupo, em aproximadamente 11,02%. Este decréscimo é explicado essencialmente pela redução da arrecadação de receita relativa às propinas dos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021, face ao praticado em anos letivos transatos, decorrente do estabelecido na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 2/2020, de 31 de março. Contudo, denota-se que a dotação do OE, no montante de 66,8 M€, representa 44,14% do total da receita arrecadada, e obteve um ligeiro aumento de 5,55% face a 2019.

No que diz respeito aos recebimentos de capital, em 31 de dezembro de 2020, estes representam apenas 8,54% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, verificando-se uma variação negativa de 22,89%, quando comparado com 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição verifica-se em todas as rubricas e justifica-se essencialmente pela redução de verbas classificadas como capital associadas à atividade de I&D do Grupo Público.

A tabela 20 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 20 - Desagregação dos pagamentos consolidados

PAGAMENTOS	31/12/2020		31/12/2019		Variação 2020-2019	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Despesa Corrente	144 048 336,89	94,68	138 599 426,11	96,10	5 448 910,78	3,93
D1 Despesas com o pessoal	99 419 733,02	65,35	93 555 923,88	64,87	5 863 809,14	6,27
D11 Rem. Certas e Permanentes	79 389 562,36	52,18	74 309 805,45	51,52	5 079 756,91	6,84
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 289 608,74	0,85	1 745 700,73	1,21	-456 091,99	-26,13
D13 Segurança Social	18 740 561,92	12,32	17 500 417,70	12,13	1 240 144,22	7,09
D2 Aquisição de bens e serviços	23 995 232,49	15,77	29 392 304,87	20,38	-5 397 072,38	-18,36
D3 Juros e outros encargos	159 501,21	0,10	348,80	0,00	159 152,41	-
D4 Transferências correntes	19 210 803,82	12,63	15 338 348,00	10,63	3 872 455,83	25,25
D41 Administrações Públicas	2 292 937,03	1,51	1 143 634,25	0,79	1 149 302,78	100,50
D411 Adm. Central — Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D412 Adm. Central – Out. ent.	2 292 937,03	1,51	1 143 634,25	0,79	1 149 302,78	100,50
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	2 121 039,32	1,39	1 118 133,11	0,78	1 002 906,22	89,69
D43 Famílias	9 647 118,62	6,34	10 661 490,72	7,39	-1 014 372,10	-9,51
D44 Outras	5 149 708,85	3,38	2 415 089,92	1,67	2 734 618,93	113,23
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D6 Outras despesas correntes	1 263 066,35	0,83	312 500,56	0,22	950 565,80	304,18
Despesas de capital	8 034 238,75	5,28	5 533 937,51	3,84	2 500 301,25	45,18
D7 Investimento	8 034 238,75	5,28	5 533 937,51	3,84	2 500 301,25	45,18
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D812 Adm. Central – Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D9 Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D10 Desp. com ativos financ.	62 000,00	0,04	95 500,00	0,07	-33 500,00	-35,08
D11 Desp. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Despesa	152 144 575,64	100,00	144 228 863,62	100,00	7 915 712,02	5,49



No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, e em comparação com o ano de 2019, verificou-se uma variação positiva, de aproximadamente 5,49%, atingindo em 2020 um total de pagamentos no montante de 152,1 M€.

Tal como verificado no ano anterior, em 2020, os pagamentos relacionados com as despesas correntes representam quase a totalidade (94,68%) dos pagamentos do Grupo Público. Destes, destacam-se as despesas com pessoal que aumentaram 5,9 M€, fruto da integração de recursos humanos, essencialmente afetos à atividade de investigação, e PTAG. Por outro lado, realçam-se os pagamentos efetuados com a aquisição de bens e serviços correntes, os quais sofreram uma variação negativa de 5,4 M€, situação que se encontra relacionada com a interrupção de parte das atividades da UMinho durante o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19.

Relativamente às despesas de capital, apesar de representarem uma pequena parte (5,28%) dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho, estas sofreram um aumento de 2,5 M€, devido principalmente à aquisição de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público.

3.1.2. Direitos e obrigações consolidados

A Tabela 21 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos, bem como à variação entre períodos.

Tabela 21 - Desagregação dos direitos consolidados

DIREITOS	31/12/2020		31/12/2019		Variação 2020-2019	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Direitos Correntes	137 930 133,49	91,40	123 685 177,28	87,96	14 244 956,21	11,52
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e out. penal.	20 726 117,40	13,73	22 077 136,10	15,70	-1 351 018,70	-6,12
R4 Rend. de propriedade	0,00	0,00	277,88	0,00	-277,88	-100,00
R5 Transferências Correntes	110 108 901,13	72,97	90 589 314,07	64,43	19 519 587,06	21,55
R51 Administrações Públicas	69 865 535,06	46,30	71 674 109,42	50,97	-1 808 574,35	-2,52
R511 Adm. Central - Estado	66 817 249,00	44,28	63 305 312,00	45,02	3 511 937,00	5,55
R512 Adm. Central - Out. ent.	3 041 959,14	2,02	8 329 297,42	5,92	-5 287 338,28	-63,48
R513 Segurança Social	6 326,92	0,00	0,00	0,00	6 326,92	0,00
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515 Administração Local	0,00	0,00	39 500,00	0,03	-39 500,00	-100,00
R52 Exterior - U.E	36 836 096,05	24,41	16 227 726,87	11,54	20 608 369,18	126,99
R53 Outras	3 407 270,02	2,26	2 687 477,79	1,91	719 792,23	26,78
R6 Vendas de bens e serviços	7 092 048,25	4,70	11 015 405,63	7,83	-3 923 357,38	-35,62
R7 Outras receitas correntes	3 066,71	0,00	3 043,60	0,00	23,11	0,76
Direitos de capital	12 926 690,78	8,57	16 121 393,14	11,47	-3 194 702,36	-19,82
R8 Vendas de bens de invest.	0,00	0,00	3 018,45	0,00	-3 018,45	-100,00
R9 Transferências de capital	12 921 085,40	8,56	16 112 425,92	11,46	-3 191 340,52	-19,81
R91 Administrações Públicas	12 893 732,25	8,54	15 577 674,25	11,08	-2 683 942,00	-17,23
R911 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912 Adm. Central - Out. ent.	12 893 732,25	8,54	15 577 674,25	11,08	-2 683 942,00	-17,23
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92 Exterior - UE	4 264,54	0,00	18 304,39	0,01	-14 039,85	-76,70
R93 Outras	23 088,61	0,02	516 447,28	0,34	-493 358,67	0,00
R10 Outras receitas de capital	5 605,38	0,00	5 948,77	0,00	-343,39	0,00
R11 RNAP's	48 810,19	0,03	801 184,22	0,57	-752 374,03	-93,91
R12 Rec. ativos financ.	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	0,00
R13 Rec. passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Direitos	150 905 634,71	100,00	140 607 754,64	100,00	10 297 880,07	7,32



Como se pode verificar da análise da Tabela 21, os direitos correntes representam aproximadamente 91,40% (87,96% em 31/12/2019) dos direitos totais do Grupo Público UMinho, onde se destaca a rubrica de transferências correntes, em particular aquela respeitante ao OE, cujo peso é de, aproximadamente, 44,28%.

Nos direitos correntes é de destacar a diminuição de, aproximadamente, 5,3 M€ na rubrica de outras entidades da administração central (verbas associadas aos Serviços e Fundos Autónomos, conforme análise dos recebimentos consolidados), assim como, a diminuição de cerca de 3,9 M€ relacionados com vendas e serviços prestados pelo Grupo Público UMinho.

Em coerência com o apresentado nos recebimentos consolidados, os direitos correntes consolidados de instituições da UE sofreram uma variação positiva em cerca de 20,6 M€. Contudo, as transferências de capital de instituições da UE diminuíram em 14 k€ e as transferências de capital dos Serviços e Fundos Autónomos em 2,7 M€. Estes decréscimos estão relacionados com direitos referentes à atividade de I&D do Grupo Público.

Com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, apresentam-se na Tabela 22 as obrigações consolidadas, discriminadas por rubrica orçamental.

Tabela 22 - Desagregação das obrigações consolidadas

OBRIGAÇÕES	31/12/2020		31/12/2019		Variação 2020-2019	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Obrigações Correntes	149 303 927,38	93,87	145 649 784,58	95,90	3 654 142,80	2,51
D1 Despesas com o pessoal	102 613 341,76	64,52	96 806 147,47	63,74	5 807 194,29	6,00
D11 Rem. Certas e Perman.	81 328 065,75	51,13	76 279 290,51	50,23	5 048 775,24	6,62
D12 Abonos Var. ou Eventuais	1 293 232,97	0,81	1 752 343,53	1,15	-459 110,56	-26,20
D13 Segurança Social	19 992 043,04	12,57	18 774 513,43	12,36	1 217 529,61	6,49
D2 Aquisição de bens e serv.	26 004 648,74	16,35	32 719 228,09	21,54	-6 714 579,35	-20,52
D3 Juros e outros encargos	160 065,35	0,10	348,80	0,00	159 716,55	45 790,30
D4 Transferências correntes	19 223 893,65	12,09	15 750 549,73	10,37	3 473 343,93	22,05
D41 Administrações Públicas	2 294 795,58	1,44	1 404 589,72	0,92	890 205,86	63,38
D411 Adm. Central -- Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412 Adm. Central - Out. ent.	2 294 795,58	1,44	1 404 589,72	0,92	890 205,86	63,38
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	2 121 083,74	1,33	1 231 743,32	0,81	889 340,43	72,20
D43 Famílias	9 658 305,48	6,07	10 687 106,44	7,04	-1 028 800,96	-9,63
D44 Outras	5 149 708,85	3,24	2 427 110,25	1,60	2 722 598,60	112,17
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6 Outras despesas correntes	1 301 977,88	0,82	373 510,50	0,25	928 467,39	248,58
Obrigações de capital	9 681 028,79	6,09	6 122 279,97	4,03	3 558 748,83	58,13
D7 Investimento	9 681 028,79	6,09	6 122 279,97	4,03	3 558 748,83	58,13
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D812 Adm. Central - Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Desp. c/ ativos financ.	62 000,00	0,04	98 500,00	0,06	-36 500,00	-37,06
D11 Desp. c/ passiv. financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Obrigações	159 046 956,17	100,00	151 870 564,55	100,00	7 176 391,62	4,73

Quanto às obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, e na linha do que foi referido nos pagamentos consolidados, estas também sofreram uma variação positiva (4,73%) em 2020, sendo as obrigações correntes as mais significativas, as quais representam cerca de 93,87% (95,90% em 31/12/2019) do total das obrigações do Grupo.

Tal como nos pagamentos consolidados, o aumento na rubrica de despesas com o pessoal é justificado com a integração de recursos humanos, essencialmente afetos à atividade de investigação, mas também devido aos PTAG.



Quanto à rubrica de aquisições de bens e serviços, esta registou uma variação negativa de cerca de 6,7 M€, dos quais 1,5 M€ verificou-se na rubrica deslocações e estadas, decorrente das medidas de restrição à circulação, no país e no mundo, devido à situação pandémica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez, em Portugal, no início de março de 2020. A rubrica de encargos com as instalações também apurou uma redução de aproximadamente 0,3 M€, em consequência do ensino à distância adotado, como medida de mitigação da pandemia.

O aumento verificado na rubrica de transferências correntes em cerca de 3,5 M€, face ao ano de 2019, é justificado pelo aumento das verbas transferidas para entidades parceiras, no âmbito da atividade de investigação desenvolvida pelo Grupo Público UMinho.

As obrigações de capital, tal como justificado nos pagamentos consolidados, sofreram uma variação positiva de 3,5 M€ essencialmente para fazer face a aquisições de ativos de capital duradouros, referentes à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados

Em resumo, considera-se pertinente destacar como é evidenciado pela Tabela 23, os indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho, no período de 2020:

- Os recebimentos consolidados totais registados em 2020, cifraram-se em cerca de 151,4 M€, sendo que em 2019 apenas se haviam registado, aproximadamente, 143,8 M€. Verifica-se assim uma variação positiva de receita arrecadada pelo Grupo Público, no montante de 7,6 M€;
- Os recebimentos correntes continuam a representar a maior fatia dos recebimentos totais do Grupo Público, tendo-se verificado um aumento, face ao ano de 2019, na ordem dos 9,65%, uma vez que em 2019 representavam 87,79%, enquanto que em 2020 passaram a representar 91,43%;
- No ano de 2020, os pagamentos consolidados totais ascenderam a 152,1 M€, enquanto que no ano transato haviam rondado os 144,2 M€. Tal como exposto anteriormente, este aumento, no montante de 7,9 M€, justifica-se essencialmente pela contratação de novos recursos humanos, em grande parte afetos à atividade de I&D;
- Tal como já verificado em 2019, os pagamentos correntes consolidados em 2020, continuaram a representar quase a totalidade (94,68%, 144 M€) dos pagamentos do Grupo Público; e
- Importa salientar que as obrigações consolidadas em 2020, ascenderam a 159 M€, enquanto que os pagamentos consolidados ascenderam a 152,1 M€, pelo que existe um diferencial de 6,9 M€ de obrigações, que serão pagas com recurso a rendimentos de 2021.

Na Tabela 23 destacam-se alguns dos principais rácios associados à execução orçamental.

Tabela 23 - Indicadores orçamentais, em percentagem

Indicadores	31/12/2020	31/12/2019
Recebimentos correntes/Recebimentos totais	91,43	87,79
Pagamentos correntes/Pagamentos totais	94,68	96,10
Direitos correntes/Direitos totais	91,40	87,96
Obrigações correntes/Obrigações totais	93,87	95,90

Da análise da tabela anterior, constata-se que tanto os recebimentos/direitos correntes como os pagamentos/obrigações correntes, representam a maior fatia da atividade orçamental do Grupo Público UMinho.

3.2. Análise económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (SASUM, ACMP5, B'ACIS, APsi, CVR e TecMinho) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (BLCS, IC, 2CA-Braga, CCG, IDEGUI, CS, PIEP, CCVG, CeNTI e CEJUR). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.



3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado

3.2.1.1. Ativo consolidado

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas do ativo a 31 de dezembro de 2020, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 24 - Estrutura do ativo consolidado, em euros

ATIVO	31/12/2020		31/12/2019 reexpresso		Variação 2020-2019	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Ativo não corrente	146 380 551,61	74,38	143 378 302,54	73,20	3 002 249,07	2,09
Dev. p/ transf. e subs. não reemb.	10 697 790,80	5,44	9 797 580,09	5,00	900 210,71	9,19
Clientes, contribuintes e utentes	21 879 924,35	11,12	24 069 023,48	12,29	-2 189 099,13	-9,10
Outro ativo corrente	864 203,52	0,44	1 424 849,97	0,73	-560 646,45	-39,35
Caixa e depósitos	16 990 811,77	8,63	17 194 091,02	8,78	-203 279,25	-1,18
Total	196 813 282,05	100,0	195 863 847,10	100,0	949 434,95	0,48

Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2020 e 2019, é possível destacar as seguintes variações nos elementos do ativo:

- O total do ativo do Grupo Público UMinho ascendeu, em 2020, a 196,8 M€, o que representa um aumento de, aproximadamente, 949,4 k€, em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pela aquisição de ativos fixos e de ativos intangíveis, mas também pela aplicação do MEP aos investimentos financeiros do Grupo Público UMinho;
- A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou uma diminuição de cerca de 2,2 M€, essencialmente decorrente do reconhecimento de perdas por imparidade nos créditos a receber, relacionados com as propinas dos alunos, mas também com a diminuição do valor da propina estabelecida para o ano letivo de 2020/2021, por parte da entidade-mãe.
- A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público reflete um aumento em cerca de 900,2 k€, respeitante a dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, dos quais cerca de 778,9 k€ referem-se a um aumento verificado na entidade-mãe, justificado pelo reconhecimento de novos contratos de I&D.

3.2.1.2. Património líquido consolidado

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020, face a 31 de dezembro de 2019, é apresentada na tabela seguinte:

Tabela 25 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2020		31/12/2019 reexpresso		Variação 2020-2019	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Património	140 621 464,39	96,44	140 621 464,39	95,41	0,00	0,00
Resultados transitados	-68 279 641,64	-46,83	-68 736 475,84	-46,64	456 834,20	-0,66
Ajustamentos em ativos financeiros	5 154 061,43	3,53	3 144 224,36	2,13	2 009 837,07	63,92
Excedentes de revalorização	3 975,46	0,00	98 569,09	0,07	-94 593,63	-95,97
Outras variações no património líquido	68 531 723,96	47,00	70 142 597,11	47,59	-1 610 873,15	-2,30
Resultado líquido do período	-1 129 971,21	-0,77	1 134 221,44	0,77	-2 264 192,64	-199,63
Interesses que não controlam	906 502,74	0,62	977 966,88	0,66	-71 464,15	-7,31
Total	145 808 115,13	100,00	147 382 567,43	100,00	-1 574 452,30	-1,07

Conforme evidenciado na tabela anterior, o montante do património líquido consolidado ascendeu a 145,8 M€ (-1,07%), o qual evidencia uma redução de aproximadamente de 1,6 M€ face a 31 de dezembro de 2019, correspondendo a uma redução de 1,07%, que decorre fundamentalmente do seguinte:

- De em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho ter apresentado um resultado líquido negativo que ascendeu a 1,1 M€, decorrente da sua atividade, o que representa uma variação negativa de cerca de 2,3 M€ (-199,63%) face ao período homólogo, sendo que esta variação diz respeito essencialmente à entidade mãe (diminuição de 1,2 M€) e à entidade filha SASUM (1 M€);



- Do decréscimo registado na rubrica outras variações no património líquido, na ordem dos 1,6 M€ (-2,3 M€), em consequência do reconhecimento em rendimentos do período de 2020 dos subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes;
- A rubrica dos ajustamentos em ativos financeiros sofreu um aumento na ordem dos 2 M€ (63,92%), decorrente da aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho.

3.2.1.3. Passivo consolidado

Em 2020, o passivo do Grupo Público UMinho registou um aumento no montante de 2,5 M€ (5,21%), conforme evidenciado na tabela infra.

Tabela 26 - Estrutura do passivo consolidado, em euros

PASSIVO	31/12/2020		31/12/2019 reexpresso		Variação 2020-2019	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Passivo não corrente	916 889,22	1,80	862 312,38	1,78	54 576,84	6,33
Fornecedores	2 098 315,93	4,11	3 709 657,14	7,65	-1 611 341,21	-43,44
Estado e outros entes públicos	3 841 282,72	7,53	3 546 067,96	7,31	295 214,76	8,33
Outras contas a pagar	21 797 671,68	42,74	20 554 102,56	42,40	1 243 569,12	6,05
Diferimentos	20 385 698,68	39,97	18 856 687,17	38,89	1 529 011,51	8,11
Outro passivo corrente	1 965 308,69	3,85	952 452,46	1,96	1 012 856,23	106,34
Total	51 005 166,92	100,00	48 481 279,67	100,00	2 523 887,25	5,21

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:

- A rubrica de diferimentos registou um aumento na ordem dos 1,5 M€ (8,11%), decorrente, essencialmente, da especialização dos contratos-programa celebrados com a FCT;
- A dívida a fornecedores no final do ano 2020 registava uma diminuição de aproximadamente 1,6 M€ (-43,44%), face ao período homólogo;
- Atendendo ao preconizado na FAQ 42, emitida pela CNC, a 22 de dezembro de 2020, a rubrica de outras contas a pagar apresentava uma variação positiva de 1,2 M€, em virtude do reconhecimento das importâncias recebidas, no âmbito de financiamento de projetos de I&D, a título de adiantamento, para as quais ainda não se verificaram as condições de reconhecimento do ativo; e
- O aumento de 1 M€ verificado em outro passivo corrente, justificado, maioritariamente, pelo aumento das dívidas a fornecedores de investimento.

3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

Em 2020, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período negativo, na ordem de 1,2 M€ (1,1 M€ em 2019), tendo-se verificado uma variação negativa face ao ano anterior, em aproximadamente 2,3 M€ (-208,59%), conforme apresentado na tabela infra.

Tabela 27 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros

RUBRICA	31/12/2020	31/12/2019	Variação	
			(€)	(%)
Impostos e taxas	23 520 650,85	26 079 486,53	-2 558 835,68	-9,81
Vendas	733 938,58	1 992 378,43	-1 258 439,85	-63,16
Prestações de serviços	8 206 422,81	10 498 843,18	-2 292 420,37	-21,83
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	116 640 623,21	113 682 164,53	2 958 458,68	2,60
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	207 028,11	229 342,76	-22 314,65	-9,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-810 874,88	-2 114 534,83	1 303 659,95	-61,65
Fornecimentos e Serviços Externos	-23 321 171,67	-30 208 807,82	6 887 636,15	-22,80
Gastos com pessoal	-101 267 359,70	-96 783 245,29	-4 484 114,41	4,63
Transferências e subsídios concedidos	-19 069 479,08	-15 611 004,19	-3 458 474,89	22,15
Prestações sociais	-5 883,68	-9 842,90	3 959,22	-40,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 609 070,43	77 934,57	-1 687 005,00	-2 164,64
Provisões (aumentos/reduções)	-194 428,75	-90 003,00	-104 425,75	116,02



RUBRICA	31/12/2020	31/12/2019	Variação	
			(€)	(%)
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-30 510,00	-4 987,97	-25 522,03	511,67
Aumentos/reduções de justo valor	73,49	0,00	73,49	-
Outros rendimentos e ganhos	7 740 467,64	5 971 753,44	1 768 714,20	29,62
Outros gastos e perdas	-3 199 568,63	-4 525 645,16	1 326 076,53	-29,30
EBITDA	7 540 857,87	9 183 832,28	-1 642 974,41	-17,89
Depreciações e amortizações	-8 523 312,53	-8 047 258,73	-476 053,80	5,92
Resultado operacional (EBIT)	-982 454,66	1 136 573,55	-2 119 028,21	-186,44
Resultado financeiro	-174 622,19	-8 192,10	-166 430,09	2 031,59
Resultado antes de impostos (EBT)	-1 157 076,85	1 128 381,45	-2 285 458,30	-202,54
Imposto sobre o rendimento	-51 530,40	-15 378,16	-36 152,24	235,09
Resultado líquido do período	-1 208 607,25	1 113 003,29	-2 321 610,54	-208,59
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe	-1 129 971,21	1 134 221,44	-2 264 192,64	-199,63
Interesses que não controlam	-78 636,04	-21 218,15	-57 417,89	270,61

3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público UMinho é apresentada na Tabela 28, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução negativa de aproximadamente 1,8 M€ (-1,11%), face ao período de 2019. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- À diminuição dos rendimentos da área da educação (2,6 M€), das vendas e das prestações de serviços (3,6 M€) do Grupo Público;
- Ao aumento de cerca de 3 M€ na rubrica transferências e subsídios correntes obtidos, devido, essencialmente, ao reforço de OE para a compensação da redução de propinas, para a integração de recursos humanos no âmbito do PREVPAP e para a regularização de posições remuneratórias; e
- Ao aumento dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento, por via da depreciação dos ativos subjacentes aos mesmos (cerca de 1,8 M€).

Tabela 28 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros

RENDIMENTOS	31/12/2020		31/12/2019		Variação	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Impostos e taxas	23 520 650,85	14,96	26 079 486,53	16,40	-2 558 835,68	-9,81
Vendas	733 938,58	0,47	1 992 378,43	1,25	-1 258 439,85	63,16
Prestações de serviços	8 206 422,81	5,22	10 498 843,18	6,60	-2 292 420,37	21,83
Transferências e subsídios correntes obtidos	116 640 623,21	74,19	113 682 164,53	71,51	2 958 458,68	2,60
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	209 057,38	0,13	246 130,09	0,15	-37 072,71	15,06
Reversões de imparidades	170 498,92	0,11	511 799,28	0,32	-341 300,36	66,69
Aumentos de justo valor	73,49	0,00	0,00	0,00	73,49	-
Outros rendimentos e ganhos	7 740 467,64	4,92	5 971 753,44	3,76	1 768 714,20	29,62
Juros e rendimentos similares obtidos	324,12	0,00	304,34	0,00	19,78	6,50
Total	157 222 057,00	100,00	158 982 859,82	100,00	-1 760 802,82	-1,11

3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados

No período de 2020, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, apresentada na Tabela 29, evidencia uma variação total positiva de cerca de 524,7 k€, que se justifica pelo:

- Aumento dos gastos com o pessoal, no montante aproximado de 4,5 M€, justificado por:
 - 4,2 M€ decorrentes da contratação de investigadores e de PTAG; e
 - 305,7 k€ decorrente da contratação de vários trabalhadores.
- Aumento das transferências e subsídios concedidos, em 3,5 M€, decorrente, essencialmente, das transferências para parceiros do Grupo Público UMinho, no âmbito da sua atividade de investigação;



- Aumento das perdas por imparidade e provisões no montante de 1,5 M€, principalmente relacionado com os direitos a receber de utentes;
- Aumento dos gastos com as depreciações e amortizações (0,5 M€), maioritariamente relacionados com os ativos adquiridos no âmbito da atividade de investigação;
- Diminuição dos gastos com fornecimento e serviços externos, no montante de 6,9 M€, como consequência direta da pandemia de Covid-19, em virtude da interrupção da atividade presencial letiva, de investigação e empresarial.
- Verificou-se ainda uma diminuição acentuada na rubrica de custos das matérias primas e matérias consumidas e de outros gastos e perdas, no montante de 2,6 M€, também justificados pela pandemia de Covid-19.

Tabela 29 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros

GASTOS	31/12/2020		31/12/2019		Variação	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 029,27	0,00	16 787,33	0,01	-14 758,06	-87,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	810 874,88	0,51	2 114 534,83	1,34	-1 303 659,95	-61,65
Fornecimentos e serviços externos	23 321 171,67	14,72	30 208 807,82	19,14	-6 887 636,15	-22,80
Gastos com o pessoal	101 267 359,70	63,94	96 783 245,29	61,31	4 484 114,41	4,63
Transferências e subsídios concedidos	19 069 479,08	12,04	15 611 004,19	9,89	3 458 474,89	22,15
Perdas por imparidade	1 810 079,35	1,14	438 852,68	0,28	1 371 226,67	312,46
Prestações sociais	5 883,68	0,00	9 842,90	0,01	-3 959,22	-40,22
Provisões	194 428,75	0,12	90 003,00	0,06	104 425,75	116,02
Outros gastos e perdas	3 199 568,63	2,02	4 525 645,16	2,87	-1 326 076,53	-29,30
Gastos de depreciação e amortização	8 523 312,53	5,38	8 047 258,73	5,10	476 053,80	5,92
Juros e gastos similares suportados	174 946,31	0,11	8 496,44	0,01	166 449,87	1 959,05
Total	158 379 133,85	100,00	157 854 478,37	100,00	524 655,48	0,33

3.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

O Grupo Público UMinho, no período de 2020, registou uma variação de caixa e seus equivalentes negativa, em cerca de 146 k€, conforme se demonstra na tabela seguinte:

Tabela 30 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS	31/12/2020	31/12/2019	Variação 2020-2019	
			(€)	(%)
Recebimentos Provenientes de:				
Atividades Operacionais	103 684 654,16	120 551 414,61	-16 866 760,45	-13,99
Clientes	8 924 704,87	55 715 249,09	-46 790 544,22	-83,98
Utentes	22 037 144,28	24 764 238,12	-2 727 093,84	11,01
Outros recebimentos/ pagamentos	72 722 805,01	40 071 927,40	32 650 877,61	81,48
Atividades de Investimento	40 232,30	24 813,05	15 419,25	62,14
Ativos fixos tangíveis	5 663,83	8 908,77	-3 244,94	-36,42
Subsídios ao investimento	34 548,52	15 599,94	18 948,58	121,47
Juros e rendimentos similares	19,95	304,34	-284,39	-93,44
Atividades de Financiamento	2 500,00	101 000,00	-98 500,00	-97,52
Realização de capital e outros instrumentos de capital	2 500,00	101 000,00	-98 500,00	-97,52
Total de Recebimentos	103 727 386,46	120 677 227,66	-16 949 841,20	-14,05
Pagamentos Respeitantes a:				
Atividades Operacionais	108 787 372,83	115 220 361,16	-6 432 988,33	-5,58
Fornecedores	25 207 078,72	36 033 578,37	-10 826 499,65	-30,05
Pessoal	83 580 294,11	79 186 782,79	4 393 511,32	5,55
Atividades de Investimento	8 238 614,92	5 770 772,57	2 467 842,35	42,76
Ativos fixos tangíveis	7 736 511,28	5 521 761,03	2 214 750,25	40,11
Ativos intangíveis	466 549,31	236 688,72	229 860,59	97,12
Investimentos Financeiros	35 554,33	7 507,43	28 046,90	373,59
Outros ativos	0,00	4 815,39	-4 815,39	-100,00
Atividades de Financiamento	6 047,10	35 453,38	-29 406,28	-82,94



Financiamento obtidos	1 843,65	6 545,99	-4 702,34	-71,84
Juros e gastos similares	2 415,21	531,12	1 884,09	354,74
Redução de capital e de outros instrumentos de capital	1 788,24	28 376,27	-26 588,03	93,70
Total de Pagamentos	117 032 034,85	121 026 587,11	-3 994 552,26	-3,30
Fluxo das Atividades Operacionais	-5 102 718,67	5 331 053,45	-10 433 772,12	-195,72
Fluxo das Atividades de Investimento	4 722 702,78	-5 745 959,52	10 468 662,30	-182,19
Fluxo das Atividades de Financiamento	176 736,64	65 546,62	111 190,02	169,64
Varição de caixa e seus equivalentes	-203 279,25	-349 359,45	146 080,20	-41,81

Os recebimentos provenientes das atividades operacionais representam 99,96% da totalidade dos recebimentos (103,7 M€), enquanto os provenientes das atividades de investimento corresponderam a 0,04% (40,2 k€). Quanto aos recebimentos de atividades de financiamento, estes ascenderam a 2,5 k€, o que não tem representatividade no total dos recebimentos.

No que se refere aos pagamentos respeitantes às atividades operacionais, estes representam 92,96% da globalidade dos pagamentos do Grupo Público UMinho, sendo que 76,83% referem-se a pagamento de despesas com o pessoal, em aproximadamente 83,6 M€. Por sua vez, os pagamentos respeitantes às atividades de investimento representaram 7,04%, atingindo cerca de 8,2 M€. Por fim, os pagamentos de atividades de financiamento ascenderam a 6 k€, o que não tem qualquer representatividade nos pagamentos totais do Grupo Público UMinho.

Importa salientar que a variação negativa verificada nos recebimentos de clientes (-83,98%), é compensada pela variação positiva registada nos outros recebimentos (81,48%) das atividades operacionais, por via da reclassificação dos montantes respeitantes ao recebimento de transferências e subsídios correntes no âmbito da atividade de investigação do Grupo Público.

De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

3.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, em 2020, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 196,8 M€ (195,9 M€ em 2019);
- O passivo consolidado rondou os 51 M€ (48,5 M€ em 2019);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 145,8 M€ (147,4 M€ em 2019), dos quais, 906,5 k€ (978 k€ em 2019) são relativos a interesses não controlados;
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 157,2 M€ (159 M€ em 2019);
- Os gastos consolidados ascenderam a 158,4 M€ (157,9 M€ em 2019);
- O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 1,2 M€ negativos (1,1 M€ positivos em 2019);
- O EBITDA do período rondou os 7,5 M€ (9,2 M€ em 2019).

Importa referir que o *International Public Sector Accounting Standard Board*, no RPG 3 – *Reporting Service Performance Information*, recomenda que, em complemento às demonstrações financeiras, as entidades divulguem, no relatório de gestão, informação sobre o seu desempenho. Em sintonia com este organismo internacional, a UniLEO, no Modelo de Prestação de Contas das Entidades Públicas, refere que tal informação complementar é um precioso auxílio aos diferentes utilizadores, dado que, tratando-se de informação relevante, não só contribui para a compreensão do resultado da entidade, como possibilita avaliar a extensão, a eficiência e a eficácia do desempenho da organização na alocação de recursos que faz na prossecução da sua atividade e, por consequência, apurar responsabilidades e tomar decisões.

Na sequência do exposto, são apresentados de seguida os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho, com referência a 31 de dezembro de 2020, bem como, a variação dos mesmos, face ao período homólogo:

Rentabilidade do património líquido e rentabilidade do ativo

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido



Figura 2 - Rentabilidade do Ativo

No que respeita à rentabilidade do património líquido (resultado líquido/património líquido) em 2020 verificou-se uma diminuição de 1,54 p.p.. Por sua vez, a rentabilidade do ativo (resultado líquido/ativo) registou uma redução de 1,15 p.p.. Ambas as variações negativas são justificadas pelo resultado líquido consolidado negativo do período.

Rentabilidade Económica

Figura 3 - Rentabilidade Económica

O indicador da rentabilidade económica (EBITDA/Ativo) apresenta uma diminuição de 0,86 p.p., face ao período homólogo, atingindo os 3,83% em 2020, face a 4,69% em 2019. Esta diminuição indica que a atividade do Grupo Público UMinho não foi capaz de financiar o seu ativo total com a mesma capacidade que em 2019.

Margem EBITDA

Figura 4 - Margem EBITDA

A margem EBITDA (EBITDA/vendas, serviços prestados e impostos e taxas) traduz a relação do EBITDA nas vendas e serviços prestados e impostos e taxas. Como se pode observar, a percentagem da margem EBITDA em 2020 atingiu os 23,23%, representando uma ligeira redução de 0,58 p.p. face ao ano 2019, justificado essencialmente pela diminuição do EBITDA do Grupo Público UMinho em 1,6 M€.

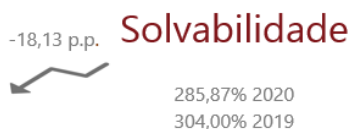
Solvabilidade

Figura 5 - Solvabilidade

O indicador de solvabilidade (património líquido/passivo total) permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se um decréscimo da solvabilidade apresentada em 18,13 p.p..



Autonomia Financeira



Figura 6 - Autonomia Financeira

A autonomia financeira (património líquido/ativo total) avalia a capacidade do património líquido consolidado financiar o seu ativo total consolidado. Assim, no período em análise o Grupo Público apresenta uma redução na capacidade de financiar as suas atividades através de recursos próprios, na ordem de 1,16 p.p. (de 75,25% em 31/12/2019, para 74,08 % em 31/12/2020).

Liquidez Geral

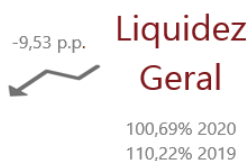


Figura 7 - Liquidez Geral

O indicador da liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) traduz a capacidade que o Grupo Público UMinho tem para solver os seus compromissos no curto prazo. Como se pode observar, a percentagem de liquidez geral em 2020 atingiu os 100,69%, correspondendo a um decréscimo de 9,53 p.p., justificada pela diminuição do ativo corrente do Grupo Público em aproximadamente 2 M€.

3.3. Análise de gestão consolidada

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2019, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão e decorrente das necessidades de reporte interno e externo do Grupo Público UMinho, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos imputados às atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho. Neste sentido, torna-se necessário divulgar que as atividades do Grupo Público UMinho, foram estabelecidas de acordo com os Estatutos da UMinho, desagregando-se em:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação; e
- Atividade de interação com a sociedade.

A análise de gestão que se expõe neste ponto, teve em consideração as contas apresentadas por todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, pelo que se incluem todos os rendimentos e gastos das entidades filhas na atividade de interação com a sociedade.

3.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada

Em 2020, foram imputados os rendimentos e gastos por atividades do Grupo Público UMinho. Contudo, uma vez que estas não são coincidentes com as apresentadas em 2019, não se efetuou o respetivo comparativo com período homólogo.

Em conformidade com o preceituado no §35 da NCP 27, para além de se apresentar os resultados pelas atividades acima mencionadas, apresentam-se ainda os resultados pelos seguintes indicadores:

- Por aluno;
- Por atividade de apoio aos estudantes, a qual fornece resultado por:
 - Departamento de Alimentação;
 - Departamento de Apoio Social;
 - Departamento de Desporto e Cultura.



3.3.1.1. Resultados por atividade

De acordo com a NCP 27, a apresentação dos resultados por atividades, tem como objetivo prestar informação sobre o resultado líquido do período aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade, assim como, proceder à divulgação dos rendimentos gerais e gastos não incorporados às respetivas atividades.

Os rendimentos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades de acordo com a tabela infra:

Tabela 31 – Rendimentos, em euros

Atividades	Rendimentos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	91 039 191,72	821 088,75	91 860 280,47
Investigação	50 014 382,93	477 523,26	50 491 906,19
Interação com a sociedade	14 724 369,10	57 471,50	14 781 840,61
Rendimentos incorporados	155 777 943,75	1 356 083,52	157 134 027,27
Rendimentos gerais	88 029,73	0,00	88 029,73
Rendimentos antes de impostos	155 865 973,48	1 356 083,52	157 222 057,00

O Grupo Público UMinho obteve em 2020 um montante total de rendimentos de 157,2 M€, sendo importante referir que deste valor:

- Foram imputados às atividades um total de 157,1 M€; e
- Existem rendimentos gerais não incorporados no montante de 88 k€, os quais correspondem a 0,06% do total dos rendimentos antes de imposto.

Por sua vez, os gastos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades conforme exposto na tabela seguinte:

Tabela 32 – Gastos, em euros

Atividades	Gastos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	82 972 103,90	6 706 827,71	89 678 931,61
Investigação	48 254 356,83	3 900 511,67	52 154 868,50
Interação com a sociedade	15 489 350,90	469 439,48	15 958 790,38
Gastos incorporados	146 715 811,63	11 076 778,85	157 792 590,49
Gastos não incorporados	586 543,36	0,00	586 543,36
Gastos antes de impostos	147 302 354,99	11 076 778,85	158 379 133,85

Da análise da tabela anterior, verifica-se que os gastos em 2020 ascenderam a 158,4 M€, sendo de realçar que:

- Foram imputados às atividades um total de 157,8 M€; e
- Existem gastos não incorporados, que incluem os gastos ambientais, administrativos, financeiros e outros, no montante de 586,5 k€, os quais correspondem a 0,37% do total dos gastos antes de impostos.

Assim, importa referir que o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período negativo de aproximadamente 1,2 M€, conforme demonstra a tabela infra:

Tabela 33 - Resultados, em euros

Atividades	Total
Ensino	2 181 348,86
Investigação	-1 662 962,30
Interação com a sociedade	-1 176 949,77
Resultados das atividades	-658 563,21
Rendimentos gerais	88 029,73
Gastos não incorporados	586 543,36
Resultado antes de impostos	-1 157 076,84

Atrás da análise da tabela anterior, e tendo em consideração os resultados por funções apresentados nas contas separadas da entidade mãe, importa realçar a variação negativa na atividade de interação com a sociedade nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, devido, essencialmente, ao resultado líquido do período negativo apresentados pelos SASUM, em 2020.

Importa referir que, o resultado negativo da atividade de investigação é, essencialmente, justificado pela aplicação da FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”, emitida pela CNC, em 22 de dezembro de 2020, tal como explicado no ponto 3.3.1.3. “Resultado da atividade de investigação”.



3.3.1.2. Resultados da atividade de ensino

O resultado da atividade de ensino foi obtido através das UO pertencentes ao Grupo Público UMinho, apurando-se um resultado positivo de cerca de 2,2 M€, conforme tabela infra.

Acresce referir que, o resultado da atividade de ensino advém da entidade-mãe do Grupo Público UMinho, sendo considerados como rendimentos a dotação do OE, a propina e outras taxas cobradas aos alunos, assim como, a especialização dos subsídios aos edifícios e os rendimentos das unidades que auxiliam na atividade ensino.

No que diz respeito aos gastos, são considerados os vencimentos pagos por dimensões centrais, os gastos de funcionamento das unidades de ensino, os gastos das unidades que auxiliam a atividade de ensino e os gastos gerais da UMinho, ponderados pelo peso dos gastos totais afetos a cada atividade e pelo peso do aluno equivalente.

Tabela 34 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EA	2 458 252,99	2 369 583,19	88 669,80
EC	13 707 602,82	13 362 392,73	345 210,09
ED	4 194 536,81	3 924 313,34	270 223,47
EE	29 153 558,68	27 896 099,16	1 257 459,52
EEG	9 097 164,45	8 642 547,69	454 616,76
EM	9 695 443,24	10 916 647,79	-1 221 204,55
EP	2 996 619,80	2 841 404,43	155 215,37
ESE	4 034 523,08	4 035 393,23	-870,15
ICS	5 206 137,05	5 051 087,42	155 049,63
IE	5 586 479,60	4 874 687,31	711 792,29
ILCH	5 464 319,85	5 281 867,97	182 451,88
I3Bs	265 642,11	482 907,34	-217 265,23
Total UMinho	91 860 280,47	89 678 931,61	2 181 348,86

Tendo em consideração os rendimentos e gastos presentes na tabela anterior e o número de alunos equivalentes por cada UO, apurou-se o seguinte rendimento/gasto médio por aluno.

Tabela 35 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros

Aluno	2020				
	Rendimentos (€)	Gastos (€)	Nº de alunos equiv.	Rendimento médio aluno	Gasto médio aluno
EA	2 458 252,99	2 369 583,19	498,77	4 928,63	4 750,85
EC	13 707 602,82	13 362 392,73	2 791,35	4 910,74	4 787,07
ED	4 194 536,81	3 924 313,34	1 450,56	2 891,67	2 705,38
EE	29 153 558,68	27 896 099,16	5 889,05	4 950,47	4 736,94
EEG	9 097 164,45	8 642 547,69	2 719,55	3 345,10	3 177,93
EM	9 695 443,24	10 916 647,79	964,32	10 054,18	11 320,57
EP	2 996 619,80	2 841 404,43	625,72	4 789,07	4 541,02
ESE	4 034 523,08	4 035 393,23	559,19	7 214,94	7 216,50
ICS	5 206 137,05	5 051 087,42	1 428,11	3 645,47	3 536,90
IE	5 586 479,60	4 874 687,31	1 213,27	4 604,48	4 017,81
ILCH	5 464 319,85	5 281 867,97	1 482,80	3 685,14	3 562,09
I3bs	265 642,11	482 907,34	59,32	4 478,12	8 140,72
Total UMinho	91 860 280,47	89 678 931,61	19 682,00	4 667,22	4 556,39

3.3.1.3. Resultado da atividade de investigação

Os resultados da atividade de investigação, têm em consideração a informação presente nas contas separadas da entidade mãe, pelo que para a determinação deste resultado foram tidos em conta todos os rendimentos e gastos das dimensões presentes no módulo de gestão de projetos da UMinho, assim como, os rendimentos e gastos da USAPI, por se considerar que a sua atividade se destina diretamente à investigação. Na sequência do exposto, a tabela seguinte apresenta a desagregação dos rendimentos e gastos afetos à atividade de investigação do Grupo Público UMinho.



Tabela 36 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EA	118 548,93	0,00	118 548,93
EC	5 052 180,71	5 384 395,86	-332 215,16
ED	156 595,08	91 406,46	65 188,61
EE	21 691 659,03	22 467 555,05	-775 896,02
EEG	470 928,51	619 465,18	-148 536,66
EM	4 444 937,20	4 631 159,93	-186 222,72
EP	472 158,06	805 871,03	-333 712,97
ESE	69 411,98	21 866,07	47 545,91
ICS	483 386,96	1 194 822,65	-711 435,69
IE	321 563,71	430 330,96	-108 767,24
ILCH	145 695,61	182 830,28	-37 134,67
i3Bs	3 623 864,32	5 685 619,79	-2 061 755,46
Rt+US+UCI+UD	13 440 976,09	10 639 545,24	2 801 430,86
Total UMinho	50 491 906,19	52 154 868,50	-1 662 962,30

No que diz respeito aos resultados da atividade de investigação importa referir que decorrente da aplicação da FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”, emitida pela CNC, em 22 de dezembro de 2020, o reconhecimento dos direitos a receber relativos aos contratos de financiamento referentes a projetos de I&D, não são efetuados pela assinatura do contrato, mas pela submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho entende que se encontram cumpridas as condições para o reconhecimento do ativo. Consequentemente, o reconhecimento do rendimento está associado ao momento de submissão do pagamento, o qual difere do momento em que os bens e/ou serviços são consumidos pelo Grupo Público.

Resultado da atividade interação com a sociedade

Nesta atividade estão incluídos todos os rendimentos e gastos apresentados nas contas separadas da UMinho (nomeadamente: prestações de serviços), assim como, os rendimentos e gastos de todas as entidades filhas pertencentes ao Grupo Público UMinho.

Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade Interação com a Sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EA	12 412,72	52 649,61	-40 236,89
EC	68 870,67	106 514,59	-37 643,92
ED	39 642,30	24 227,52	15 414,78
EE	164 149,46	484 576,88	-320 427,42
EEG	223 132,52	397 468,35	-174 335,83
EM	556 256,27	1 243 728,18	-687 471,91
EP	351 097,65	425 103,20	-74 005,55
ESE	7 389,34	21 825,42	-14 436,08
ICS	77 453,29	113 947,29	-36 493,99
IE	35 097,55	86 889,02	-51 791,46
ILCH	235 901,09	268 873,58	-32 972,48
i3Bs	40 158,47	30 753,94	9 404,54
Rt+US+UCI+UD	4 496 125,68	3 020 453,36	1 475 672,32
SASUM	5 241 530,40	6 442 984,85	-1 201 454,45
ACMP5	29 088,18	10 731,56	18 356,62
B'ACIS	-19 220,98	-42 361,54	23 140,57
APsi	135 698,68	135 746,35	-47,67
CVR	856 232,34	805 106,48	51 125,86
TECMINHO	2 209 890,73	2 329 571,76	-119 681,03
Instituto Confúcio	11 743,15	0,00	11 743,15
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	8 976,04	0,00	8 976,04
Casa Sarmento	215,05	0,00	215,05
Total UMinho	14 781 840,61	15 958 790,38	-1 176 949,77

Tendo em consideração que os SASUM apresentam os seus resultados desagregados por diversos produtos/serviços (alimentação, apoio social e desporto e cultura), considera-se pertinente expor os mesmos. Neste sentido, a tabela seguinte apresenta estes mesmos resultados sem qualquer ajustamento de consolidação.



Tabela 38 - Resultados por produtos/serviços SASUM, em euros

Produtos/Serviços	Rendimentos	Gastos	Resultado Bruto	Unid. de imputação	Nº unid. de imputação	Gastos por unid.	Res. por unid. de imp.
Alimentação	3 116 863,86	3 950 492,84	-833 628,98	—	—	—	—
Bares	1 426 214,15	1 541 504,70	-115 290,55	N.º Atendimentos	495 758	2,88	3,11
Cantinas	1 137 136,22	1 650 070,13	-512 933,91	N.º Refeições	206 733	5,50	7,98
Restaurantes	235 519,30	367 032,94	-131 513,64	N.º Refeições	5 206	45,24	70,50
Grill's	317 994,19	391 885,07	-73 890,88	N.º Refeições	34 617	9,19	11,32
Apoio social	2 070 542,94	1 982 411,17	88 131,77	—	—	—	—
Alojamento	1 730 640,45	1 500 525,03	230 115,42	N.º Camas	1 293	338,47 ¹	1 160,50
Bolsas	234 721,09	385 334,38	-150 613,29	N.º Candidatos	6 742	34,81	57,15
Apoio ao bem-estar do estudante	105 181,40	96 551,76	8 629,64	N.º Consultas	1 004	104,76	96,17
Desporto e cultura	591 566,62	1 047 523,87	-455 957,25	—	—	—	—
Atividade desportiva	591 566,62	918 358,14	-326 791,52	N.º Usos Instalações	76 646	7,72	11,98
Atividade cultural	0,00	129 165,73	-129 165,73	N.º Grupos Culturais	15	0,00	8 611,05
Total	5 778 973,42	6 980 427,88	-1 201 454,46				

Da análise da tabela anterior, verifica-se que as atividades de alojamento e de apoio ao bem-estar do estudante são as únicas que apresentam um resultado bruto positivo. Por sua vez, importa realçar as atividades com maior resultado bruto negativo, nomeadamente, as cantinas, o desporto e o apoio à cultura, devido ao encerramento das mesmas, por força das orientações internas e externas no combate à pandemia de Covid-19.

Rendimentos e gastos ambientais

Tendo em consideração o §38 da NCP 27, no período de 2020 o Grupo Público UMinho suportou 26,4 k€ com gastos ambientais. Além disso, foram reconhecidos como rendimentos ambientais 151 €, pelo que o resultado ambiental rondou os 26,3 k€ negativos.

Tabela 39 - Resultados ambientais, em euros

Rendimentos e Gastos Ambientais	Total
Rendimentos Ambientais	151,00
Gastos Ambientais	-26 422,83
Resultado Ambiental	-26 271,83

Rendimentos gerais e gastos gerais não incorporados

Os rendimentos gerais (88 k€) têm carácter excepcional, logo não foram imputados a qualquer atividade e respeitam a:

- Reposições não abatidas nos pagamentos (17,7 k€);
- Rendimentos obtidos no âmbito da pandemia Covid-19 (6,2k€);
- Rendimentos ambientais (0,2 k€);
- Colaborações de estudantes (21,1 k€);
- Encargos administrativos (2,1 k€);
- Reversões de imparidades (38,4 k€);
- Outros (2,3 k€).

Por sua vez, os gastos não incorporados (586,5 k€) subdividem-se em:

- Administrativos, relacionados com pessoal e atividades de apoio à gestão (354,3 k€);
- Gastos financeiros (10 k€);
- Gastos no âmbito da pandemia Covid-19 (83,2 k€); e
- Outros gastos, que se relacionam com restituições de verbas a terceiros, matérias consumidas, gastos gerais de funcionamento, transferências e subsídios concedidos (139 k€).

4. Capacidade de endividamento

À data de 31 de dezembro de 2020, a UMinho não tinha qualquer dívida bancária. Contudo, a sua capacidade de endividamento, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, aferida em sede das demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 36,9 M€ (36,8 M€ em 31 de dezembro de 2019), conforme evidenciado na Tabela 40.



Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019 (reexpresso)
Ativo	196 813 282,05	195 863 847,10
Endividamento	186 829,72	8 389,63
+ Financiamentos bancários	331 051,07	262 772,31
- Locações financeiras	144 221,35	254 382,68
Património Líquido	145 808 115,13	147 382 567,43
Cash-flow	9 227 350,50	9 198 536,57
Grau de autonomia financeira	74,08%	75,25%
Quádruplo do Cash-flow	36 909 402,00	36 794 146,28

Apesar de não se mostrar cumprido o limite de 75% estabelecido para o grau de autonomia financeira (74,08% em 31/12/2020), a UMinho, nos termos do n.º 2 do art.º 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), pode recorrer ao crédito, em conformidade com o preceituado na Lei, mediante autorização, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela.

5. Factos ocorridos após a data do balanço

Após o encerramento do período, à data de 31 de dezembro de 2020, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

De referir que o Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes, seguindo as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como de outras entidades com responsabilidade para o efeito. Todavia, face ao atual cenário de incerteza e à rápida evolução da pandemia, em virtude do surgimento de novas variantes, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo Público, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

6. Obrigação de apresentação de contas consolidadas

O presente Relatório de Atividades e Contas Consolidadas, será sujeito a apreciação em Conselho Geral a realizar no dia 25 de junho de 2021, em consonância com o disposto no n.º 1 do art.º 4.º da Lei 1-A/2020, com a segunda parte do n.º 4, do art.º 52.º da LOPTC.

7. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas pelo Conselho de Gestão para emissão em 11 de junho de 2021.

Universidade do Minho, 11 de junho de 2021

O Conselho de Gestão



8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

8.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Entidade: Grupo Público UMinho Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental				Unidade Monetária: Euro			
Rubrica	RECEBIMENTOS	2020 Consolidado	2019 Consolidado	Rubrica	PAGAMENTOS	2020 Consolidado	2019 Consolidado
	Saldo da gerência anterior	16 908 327,79	17 120 629,28				
	Operações orçamentais (1)	16 717 099,58	17 006 071,67				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	14 933 057,56	15 338 499,19				
	Operações de tesouraria (A)	191 228,21	114 557,61				
	Receita corrente	138 388 381,50	126 205 220,47		Despesa Corrente	144 048 336,89	138 599 426,10
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	99 419 733,02	93 555 923,88
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	79 389 562,36	74 309 805,45
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 289 608,74	1 745 700,73
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e	0,00	0,00	D13	Segurança Social	18 740 561,92	17 500 417,70
R3	Taxas, multas e outras penalidades	22 037 144,28	24 765 797,20	D2	Aquisição de bens e serviços	23 995 232,49	29 392 304,87
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	277,88	D3	Juros e outros encargos	159 501,21	348,80
R5	Transferências Correntes	110 133 951,58	90 602 756,53	D4	Transferências correntes	19 210 803,82	15 338 348,00
R51	Administrações Públicas	69 865 535,06	71 657 359,42	D41	Administrações Públicas	2 292 937,03	1 143 634,25
R511	Administração Central - Estado	66 817 249,00	63 305 312,00	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	3 041 959,14	8 329 297,42	D412	Administração Central - Outras Entidades	2 292 937,03	1 143 634,25
R513	Segurança Social	6 326,92	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	22 750,00	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	36 823 585,68	16 125 159,80	D42	Instituições sem fins lucrativos	2 121 039,32	1 118 133,11
R53	Outras	3 444 830,84	2 820 237,32	D43	Famílias	9 647 118,62	10 661 490,72
R6	Venda de bens e serviços	6 214 218,93	10 833 345,26	D44	Outras	5 149 708,85	2 415 089,92
R7	Outras receitas correntes	3 066,71	3 043,60	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	12 926 749,23	16 764 312,69	D6	Outras despesas correntes	1 263 066,35	312 500,56
R8	Venda de bens de investimento	58,45	2 960,00		Despesas de Capital	8 034 238,75	5 533 937,51
R9	Transferências de Capital	12 921 085,40	16 755 403,92	D7	Investimento	8 034 238,75	5 533 937,51
R91	Administrações Públicas	12 893 732,25	15 577 674,25	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	12 893 732,25	15 577 674,25	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	4 264,54	18 304,39	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	23 088,61	1 159 425,28			0,00	
R10	Outras receitas de capital	5 605,38	5 948,77	D82	Outras	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	47 927,41	793 876,86	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	151 363 058,14	143 763 410,02		Despesa efetiva (5)	152 082 575,64	144 133 363,60
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	62 000,00	95 500,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	62 000,00	95 500,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	168 080 157,72	160 769 481,69		Soma (7)=(5)+(6)	152 144 575,64	144 228 863,60
	Operações de tesouraria (B)	131 683,61	129 257,11		Operações de tesouraria (C)	174 780,01	56 861,16
					Saldo para a gerência seguinte	16 083 713,89	16 727 571,65
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	15 935 582,08	16 540 618,09
					Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	148 131,81	186 953,56
					Saldo global	-719 517,50	-369 953,58
					Despesa primária	151 923 074,43	144 133 014,80
					Saldo corrente	-5 659 955,39	-12 394 205,63
					Saldo de capital	4 892 510,48	11 230 375,19
					Saldo primário	-560 016,29	-369 604,78
					Receita total (1) + (2) + (3)	168 080 157,72	160 769 481,69
					Despesa total (5) + (6)	152 144 575,64	144 228 863,60



8.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza							
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2020 Consolidado	2019 Consolidado	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2020 Consolidado	2019 Consolidado
R1	Receita corrente	137 930 133,49	123 685 177,28	D1	Despesa Corrente	149 303 927,38	145 649 784,58
R11	Receita Fiscal	0,00	0,00	D11	Despesas com o pessoal	102 613 341,76	96 806 147,47
R12	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	81 328 065,75	76 279 290,51
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 293 232,97	1 752 343,53
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	19 992 043,04	18 774 513,43
R3	Taxas, multas e outras penalidades	20 726 117,40	22 077 136,10	D2	Aquisição de bens e serviços	26 004 648,74	32 719 228,09
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	277,88	D3	Juros e outros encargos	160 065,35	348,80
R5	Transferências Correntes	110 108 901,13	90 589 314,07	D4	Transferências correntes	19 223 893,65	15 750 549,73
R51	Administrações Públicas	69 865 535,06	71 674 109,42	D41	Administrações Públicas	2 294 795,58	1 404 589,72
R511	Administração Central - Estado	66 817 249,00	63 305 312,00	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	3 041 959,14	8 329 297,42	D412	Administração Central - Outras Entidades	2 294 795,58	1 404 589,72
R513	Segurança Social	6 326,92	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	39 500,00	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	36 836 096,05	16 227 726,87	D42	Instituições sem fins lucrativos	2 121 083,74	1 231 743,32
R53	Outras	3 407 270,02	2 687 477,79	D43	Famílias	9 658 305,48	10 687 106,44
R6	Venda de bens e serviços	7 092 048,25	11 015 405,63	D44	Outras	5 149 708,85	2 427 110,25
R7	Outras receitas correntes	3 066,71	3 043,60	D5	Subsídios	0,00	0,00
R8	Receita de capital	12 926 690,78	16 121 393,14	D6	Outras despesas correntes	1 301 977,88	373 510,50
R8	Venda de bens de investimento	0,00	3 018,45	D6	Despesas de Capital	9 681 028,79	6 122 279,97
R9	Transferências de Capital	12 921 085,40	16 112 425,92	D7	Investimento	9 681 028,79	6 122 279,97
R91	Administrações Públicas	12 893 732,25	15 577 674,25	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	12 893 732,25	15 577 674,25	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	4 264,54	18 304,39	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	23 088,61	516 447,28	D82	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	5 605,38	5 948,77	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	48 810,19	801 184,22				
Receita efetiva (1)		150 905 634,46	140 607 754,64	Despesa efetiva (5)		158 984 956,17	151 772 064,55
Receita não efetiva (2)		0,25	0,00	Despesa não efetiva (6)		62 000,00	98 500,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,25	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	62 000,00	98 500,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
Receita Total (3)=(1)+(2)		150 905 634,71	140 607 754,64	Despesa Total (7)=(5)+(6)		159 046 956,17	151 870 564,55



8.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação das Administrações Públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o OE. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Público UMinho compreende a UMinho (como entidade mãe) e os SASUM. Relativamente aos SASUM importa referir que em consonância com os Estatutos da UMinho, estes gozam de autonomia administrativa e financeira, e prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações, para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Assim, na UMinho aplicou-se o método da consolidação simples aos SASUM, pois são controlados a 100% pela entidade-mãe, sendo que a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades.

Por fim, tendo em consideração que a NCP 26 do normativo vigente não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.



9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020			
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2020	SNC-AP 31/12/2019 (Reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	138 633 719,01	137 490 055,41
Propriedades de investimento	8	928 657,37	949 091,16
Ativos intangíveis	3	785 386,75	356 571,27
Investimentos financeiros - MEP	9;18;20;22	5 714 589,26	4 404 119,40
Investimentos financeiros - Custo	9;18;20;22	316 015,88	90 636,98
Outros ativos financeiros	18	0,00	85 869,00
Ativos por impostos diferidos	18	2 183,34	1 959,32
		146 380 551,61	143 378 302,54
Ativo corrente			
Inventários	10	226 419,76	239 403,75
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	10 697 790,80	9 797 580,09
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	21 879 924,35	24 069 023,48
Estado e outros entes públicos	18	2 793,31	5 828,91
Acionistas/sócios/associados	18	2 500,00	0,00
Outras contas a receber	18	604 141,60	779 534,79
Diferimentos	23	28 348,85	400 082,52
Caixa e depósitos	1;18	16 990 811,77	17 194 091,02
		50 432 730,44	52 485 544,56
Total do Ativo		196 813 282,05	195 863 847,10
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados transitados	18	-68 279 641,64	-68 736 475,84
Ajustamentos em ativos financeiros	18	5 154 061,43	3 144 224,36
Excedentes de revalorização	18	3 975,46	98 569,09
Outras variações no património líquido	18	68 531 723,96	70 142 597,11
Resultado líquido do período	18	-1 129 971,21	1 134 221,44
Interesses que não controlam	18	906 502,74	977 966,88
		145 808 115,13	147 382 567,43
Total do Património Líquido		145 808 115,13	147 382 567,43
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	777 248,96	582 820,21
Financiamentos obtidos	18	38 645,66	142 059,01
Outras contas a pagar		100 994,60	137 433,16
		916 889,22	862 312,38
Passivo corrente			
Fornecedores	18	2 098 315,93	3 709 657,14
Estado e outros entes públicos	18	3 841 282,72	3 546 067,96
Financiamentos obtidos	18	292 405,41	120 713,30
Fornecedores de investimentos	18	1 669 106,37	831 739,16
Outras contas a pagar	18	21 797 671,68	20 554 102,56
Diferimentos	23	20 385 698,68	18 856 687,17
Outros passivos financeiros	18	3 796,91	0,00
		50 088 277,70	47 618 967,29
Total do passivo		51 005 166,92	48 481 279,67
Total do património líquido e passivo		196 813 282,05	195 863 847,10



9.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Grupo Público UMinho			
Demonstração dos resultados por natureza consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade Monetária: Euro	
		SNC-AP 31/12/2020	SNC-AP 31/12/2019 (Reexpresso)
Impostos e taxas	13	23 520 650,85	26 079 486,53
Vendas	13	733 938,58	1 992 378,43
Prestações de serviços	13	8 206 422,81	10 498 843,18
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	116 640 623,21	113 682 164,53
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22	207 028,11	229 342,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-810 874,88	-2 114 534,83
Fornecimentos e serviços externos	23	-23 321 171,67	-30 208 807,82
Gastos com pessoal	19	-101 267 359,70	-96 783 245,29
Transferências e subsídios concedidos	23	-19 069 479,08	-15 611 004,19
Prestações sociais	23	-5 883,68	-9 842,90
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-1 609 070,43	77 934,57
Provisões (aumentos/reduções)	15	-194 428,75	-90 003,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9;13;22	-30 510,00	-4 987,97
Aumentos/reduções de justo valor		73,49	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13;14	7 740 467,64	5 971 753,44
Outros gastos e perdas		-3 199 568,63	-4 525 645,16
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7 540 857,87	9 183 832,28
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-8 523 312,53	-8 047 258,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-982 454,66	1 136 573,55
Juros e rendimentos similares obtidos	13	324,12	304,34
Juros e gastos similares suportados	23	-174 946,31	-8 496,44
Resultado antes de impostos		-1 157 076,85	1 128 381,45
Imposto sobre o rendimento		-51 530,40	-15 378,16
Resultado líquido do período		-1 208 607,25	1 113 003,29
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-1 129 971,21	1 134 221,44
Interesses que não controlam		-78 636,04	-21 218,15
		-1 208 607,25	1 113 003,29



9.3. Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos Resultados por Funções do Período findo 31 de dezembro de 2020				
Unidade Monetária: Euro				
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total
Rendimentos diretos	91 039 191,72	50 014 382,93	14 724 369,10	155 777 943,75
Gastos diretos	82 972 103,90	48 254 356,83	15 489 350,90	146 715 811,63
Margem de contribuição direta	8 067 087,82	1 760 026,10	-764 981,80	9 062 132,12
Rendimentos indiretos	821 088,75	477 523,26	57 471,50	1 356 083,52
Gastos indiretos	6 706 827,71	3 900 511,67	469 439,48	11 076 778,85
Resultado bruto do período	2 181 348,86	-1 662 962,30	-1 176 949,77	-658 563,21
Rendimentos gerais				88 029,73
Gastos não incorporados				586 543,36
Gastos ambientais				26 422,83
Gastos administrativos				354 337,97
Gastos financeiros				10 000,74
Outros gastos				195 781,82
Resultado antes de imposto				-1 157 076,84
Imposto sobre o rendimento				-51 530,40
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				-1 129 971,21
Interesses que não controlam				-78 636,04
				-1 208 607,25



9.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Grupo Público UMinho										
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-68 736 475,84	3 144 224,36	98 569,09	70 142 597,11	1 134 221,44	146 404 600,55	977 966,88	147 382 567,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18		94 593,63		-94 593,63			0,00		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18		362 240,57	2 009 837,07		-1 610 873,15	-1 134 221,44	-373 016,95	7 171,90	-365 845,05
	(2)	0,00	456 834,20	2 009 837,07	-94 593,63	-1 610 873,15	-1 134 221,44	-373 016,95	7 171,90	-365 845,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						-1 129 971,21	-1 129 971,21	-78 636,04	-1 208 607,25
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						-1 129 971,21	-1 129 971,21	906 502,74	-223 468,47
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-68 279 641,64	5 154 061,43	3 975,46	68 531 723,96	-1 129 971,21	144 901 612,39	906 502,74	145 808 115,13

Entidade: Grupo Público UMinho										
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2019										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-67 821 028,63	3 075 294,82	100 071,08	74 124 779,99	-1 778 498,90	148 322 082,75	1 049 169,19	149 371 251,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações			1 501,99		-1 501,99			0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-916 949,20	68 929,54		-3 982 182,88	1 778 498,90	-3 051 703,64	-49 984,16	-3 101 687,80
	(2)	0,00	-915 447,21	68 929,54	-1 501,99	-3 982 182,88	1 778 498,90	-3 051 703,64	-49 984,16	-3 101 687,80
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						1 134 221,44	1 134 221,44	-21 218,15	1 113 003,29
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						1 134 221,44	1 134 221,44	977 966,88	2 112 188,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-68 736 475,84	3 144 224,36	98 569,09	70 142 597,11	1 134 221,44	146 404 600,55	977 966,88	147 382 567,43



9.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2020

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2020			
RUBRICAS	NOTAS	Período	
		SNC-AP 2020	SNC-AP 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 924 704,87	55 715 249,09
Recebimentos de utentes		22 037 144,28	24 764 238,12
Pagamentos a fornecedores		25 207 078,72	36 033 578,37
Pagamentos ao pessoal		83 580 294,11	79 186 782,79
Caixa gerada pelas operações		-77 825 523,68	-34 740 873,95
Outros recebimentos/pagamentos		72 722 805,01	40 071 927,40
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-5 102 718,67	5 331 053,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		7 736 511,28	5 521 761,03
Ativos intangíveis		466 549,31	236 688,72
Investimentos financeiros		35 554,33	7 507,43
Outros activos		0,00	4 815,39
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 663,83	8 908,77
Subsídios ao investimento		34 548,52	15 599,94
Transferência de capital		12 921 085,40	0,00
Juros e rendimentos similares		19,95	304,34
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		4 722 702,78	-5 745 959,52
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		180 283,74	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		2 500,00	101 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		1 843,65	6 545,99
Juros e gastos similares		2 415,21	531,12
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		1 788,24	28 376,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		176 736,64	65 546,62
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	1	16 990 811,77	17 194 091,02



9.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2020

As notas às demonstrações financeiras consolidadas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, e cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo omissas as notas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Os membros do Conselho de Gestão que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Público.

Os valores encontram-se expressos em Euros.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas identificadas na figura infra.

Grupo Público UMinho									
<table border="1"> <tr> <td colspan="5" style="text-align: center;">UMinho Entidade-Mãe</td> </tr> </table>					UMinho Entidade-Mãe				
UMinho Entidade-Mãe									
SASUM 100%	ACMP5 90%	B'ACIS 90%	APSI 80%	CVR 1,18%					
TecMinho 12,50%	BLCS 50%	IC 50%	CCAB 50,00%	CCG 49,42%					
Inst. Design 34,09%	CCVG 33,33%	Casa Sarmento 33,33%	PIEP 31,39%	IDITE Minho 25,45%					
CEJUR 25,00%	CENTI 19,05%	SPINPARK 14,29%	BLC3 14,29%	AVEPARK 10,61%					
IGAP 9,09%	TECMEAT 8,33%	B2E 7,69%	Lab. Paisagem 8,33%	DTX 7,58%					
CECoLab 7,14%	ProChild Colab 6,67%	AFTEBI 6,35%	INESC TEC 5,26%	Colab 4Food 4,62%					
BIOREF 5,00%	BUILT CoLAB 5,00%	Fund. CEER 3,57%	ISPG 3,34%	APCTP 2,94%					
AEDOAVE 2,00%	INTEGRALAR 0,86%	TICE.PT 1,19%	Ofic. Inovação 1,00%	OPEN 0,98%					
POOL-NET 0,98%	VARD 2015 0,57%	ADRAVE 0,44%	CITEVE 0,15%	Fund. Bienal C. 0,08%					
Fund. Port. Afr. 0,06%	ADVID <20								

Figura 8 - Grupo Público UMinho

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas na Figura 8, apenas pelas participadas nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).



Nos termos do exigido pela NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, e de modo a cumprir o objetivo de relato transparente, procede-se à divulgação das informações referentes aos interesses nas entidades participadas, bem como a outra informação de cariz voluntário, que se entendeu relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho corresponde ao ano civil de 2020 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2021.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

a) Referencial contabilístico

Em 2020 e em coerência com o verificado no ano transato, o Grupo Público UMinho adotou como referencial contabilístico o SNC-AP, que tem permitido dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro eficiente e convergente com os sistemas adotados a nível internacional.

O SNC-AP foi preparado pelo Comité de Normalização Contabilística Público da Comissão de Normalização Contabilística, com o objetivo de proporcionar informação mais completa sobre o desempenho, a eficácia e a eficiência das Administrações Públicas, aumentando assim a transparência, a credibilidade e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional. Além disso, e conforme exposto no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP, este Sistema veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das Administrações Públicas, articulando-a com a base de caixa modificada, estabelecendo assim os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo. O SNC-AP promove a harmonização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa norma relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

De acordo com o preceituado no art.º 13º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) *As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;*
- b) *O SNC;*
- c) *As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;*
- d) *As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.*

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-AP.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo a 31 de dezembro de 2020, são comparáveis com as do período anterior. Em prol da imagem verdadeira e apropriada que deve presidir à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e por forma a garantir a comparabilidade, as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram reexpressas.

NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

A FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”, emitida pela CNC, em 22 de dezembro de 2020, vem esclarecer que “A mera aprovação ou homologação da candidatura dificilmente cumpre com a definição de ativo da Estrutura Concetual, enquanto recurso controlado decorrente de acontecimentos passados, uma vez que a capacidade para utilizar os benefícios económicos provenientes do recurso em causa (§93) está condicionada ao cumprimento dos critérios que lhe permitem a constituição do direito ao efetivo financiamento (v.g. regras de elegibilidade).”

Assim, o reconhecimento dos direitos a receber relativos aos contratos de financiamento referentes a projetos de I&D, não são efetuados pela assinatura do contrato, mas pela submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho entende que se encontram cumpridas as condições para o reconhecimento do ativo. Nesta conformidade foram reexpressas as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019, nas seguintes rubricas:



Tabela 41 – Aplicação da FAQ 42, em euros

Variação das rubricas das demonstrações financeiras	2019 reexpresso	Efeito em 2019	2019
Diminuição do ativo (Dev. por transferências e subsídios não reemb.)	9 797 580,09	94 583 439,84	104 381 019,93
Diminuição do passivo (Diferimentos)	18 856 687,17	95 367 798,86	114 224 486,03
Aumento do passivo (Outras contas a pagar)	20 554 102,56	2 851 248,19	17 702 854,37
Diminuição no património líquido (Resultados transitados)	68 736 475,84	2 066 889,17	66 669 586,67

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários do Grupo Público UMinho. Importa referir que, de acordo com o previsto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 5 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115.º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, no art.º 160.º da Lei do OE/2020, Lei n.º 2/2020, de 31 de dezembro, e no art.º 115, Decreto-Lei n.º 39/2020, de 16 de setembro, o Grupo Público UMinho está obrigado a manter um limite mínimo de saldo na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), tendo para o efeito, a 31 de dezembro de 2020, um saldo à ordem no Tesouro, no montante de cerca 6,2 M€.

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Tabela 42 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Conta	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5 926,77	4 343,22
Depósitos à Ordem	16 557 294,62	16 736 261,38
Depósitos bancários à ordem	10 343 238,10	8 763 123,31
Depósitos à ordem no Tesouro	6 214 056,52	7 973 138,07
Depósitos a prazo	200 190,63	203 503,75
Depósitos consignados	79 293,03	63 029,11
Depósitos de garantias e cauções	148 106,72	186 953,56
Total caixa e depósitos	16 990 811,77	17 194 091,02

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das participadas que compõem o Grupo Público UMinho, tendo em consideração as disposições do SNC-AP, mais concretamente, a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, a qual é a moeda funcional.

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 43 - Vida útil do ativo fixo tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, é definido, atendendo aos seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, o qual depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo; e
- Limites de natureza legal ou outra, sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).



Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, encontram-se reconhecidos pelo seu valor de aquisição, ou pelo valor das grandes reparações neles efetuadas. Contudo, em virtude de não ser possível mensurar o seu valor com fiabilidade, estes não se encontram a ser depreciados, situação que causaria uma distorção ainda maior nas demonstrações financeiras.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2, decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. As vidas úteis diferentes das recomendadas pelo CC2 necessitam de ser aprovadas em sede de Conselho de Gestão.

O ganho ou a perda do desreconhecimento de ativos fixos tangíveis, que resulte de alienação ou abate, deve ser determinado pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de outros gastos e perdas ou outros rendimentos e ganhos, consoante o Grupo Público UMinho, decorrente deste tipo de transações, tenha obtido uma mais-valia ou uma menos-valia.

os investimentos em curso são ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida, pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito (doações), é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o custo do bem recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 44 - Vida útil das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

O período de vida útil das propriedades de investimento é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores anteriormente referidos, para os ativos fixos tangíveis.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 45 - Vida útil do ativo intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

O período de vida útil dos ativos intangíveis é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores referidos para os ativos fixos tangíveis.

d) Investimentos Financeiros

Os investimentos em associadas estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais a entidade exerce influência significativa, geralmente investimentos representando uma percentagem de controlo entre 20% e 50% do capital de uma entidade, e não são Empreendimentos Conjuntos.

Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.



De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das entidades associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas e outras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados, sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo, enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, reconhecendo nesses casos uma provisão na rubrica do passivo Provisões, para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da entidade nas mesmas, por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente percentagens de controlo inferiores a 20% do capital social, onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

e) Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Assim, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira. Caso contrário, a locação é classificada como operacional.

Decorrente do exposto, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos adquiridos, através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos fixos tangíveis com contratos de locação são depreciados durante o prazo de locação ou durante a sua vida útil, dependendo do critério que apresentar o período mais curto (§30 e 31 NCP 6).

f) Imparidade de Ativos

Em cada data de relato o Grupo Público UMinho analisa se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fielmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indício de os mesmos poderem estar em imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida em gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando se conclui que tais perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido, sendo reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados por naturezas do período. Contudo, tal reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Público UMinho reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.



Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado e apresentados no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Rendimentos e Gastos

O Grupo Público UMinho aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações tendo em conta o prescrito na NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e na NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias, ao regime de acréscimo.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra forem transferidos para o comprador;
- A entidade não mantenha qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento possa ser fiavelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- Os gastos sejam mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Impostos e taxas

Na contabilidade da entidade-mãe, UMinho, o valor total das propinas referente ao ano letivo é reconhecido como dívida do estudante (crédito da UMinho) no momento da sua inscrição, sendo que, 4/12 (setembro a dezembro) são reconhecidos como rendimentos do período (ano de inscrição) e, os restantes 8/12, são diferidos e reconhecidos como rendimento do ano seguinte, em consonância com o ano letivo e de acordo com o regime de acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo Público UMinho cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do OE é atribuída anualmente e reconhecida numa base mensal como rendimento do Grupo Público.

As transferências e subsídios obtidos no âmbito de projetos de I&D, de acordo com o exposto na FAQ 42, emitida a 22 de dezembro de 2020, são reconhecidas no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida.



Ainda, tendo em consideração a FAQ 42, as transferências e subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são reconhecidos no património líquido aquando da aquisição destes ativos, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) na proporção das respetivas depreciações e amortizações, durante a vida útil dos respetivos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências e subsídios reembolsáveis são contabilizados no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas à data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Público UMinho não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, caso considere como prováveis os benefícios económicos que daí possam resultar. Quando a sua realização for praticamente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados, classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

k) Partes relacionadas

O Grupo Público UMinho identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho;
- O Conselho de Gestão da UMinho;
- O Fiscal Único da UMinho; e
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Grupo Público UMinho, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a Comissão de Normalização Contabilística.

l) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a entidade-mãe, UMinho, e os SASUM, gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. Consequentemente, estas entidades não estão obrigadas a entregar a declaração anual de rendimentos, modelo 22 do IRC.



2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram consideradas as demonstrações financeiras separadas de cada entidade controlada, nas quais foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos pelo seu Órgão de Gestão que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o Órgão de Gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público UMinho;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes; e
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes; e
- Especializações diversas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos livros e registos das entidades que integram o Grupo Público UMinho, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

O Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia, através dos órgãos competentes, seguindo as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como de outras entidades com responsabilidade para o efeito. Todavia, face ao atual cenário de incerteza e à rápida evolução da pandemia, em virtude do surgimento de novas variantes, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis do Grupo Público UMinho compreendem, essencialmente, programas de computador e sistemas de informação.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.



a) Vida útil e métodos de amortização

Nos termos do referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos intangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta informação relativa à sua vida útil ou taxa de amortização, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

b) Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Variação das amortizações

Durante o período económico de 2020, a decomposição da quantia escriturada e das amortizações dos ativos intangíveis é apresentada na Tabela 46.

Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Proj. de desenvolvimento	175 967,91	175 967,91	0,00	175 967,91	175 967,91	0,00
Prog. comp. e sist. inf.	4 692 563,74	4 409 761,18	282 802,56	5 090 491,59	4 639 347,96	451 143,63
Ativos intang. em curso	73 768,71	0,00	73 768,71	334 243,12	0,00	334 243,12
Total	4 942 300,36	4 585 729,09	356 571,27	5 600 702,62	4 815 315,87	785 386,75

d) Gastos/Reversões de amortizações

Os gastos referentes às amortizações dos ativos intangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, totalizando um montante de 229.586,78 € em 2020, conforme identificado no ponto seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

A variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis verificada no período económico de 2020 do Grupo Público UMinho, justifica-se pelas aquisições, no montante de 658.402,26 €, e amortizações do período, no montante de 229.586,78 €, conforme evidenciado na Tabela 47.

Tabela 47 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas computador e sistemas de informação	282 802,56 €	397 927,85 €	-229 586,78 €	451 143,63 €
Ativos intangíveis em curso	73 768,71 €	260 474,41 €	0,00 €	334 243,12 €
Total	356 571,27 €	658 402,26 €	-229 586,78 €	785 386,75 €

De referir que as adições respeitante a ativos intangíveis, efetuadas pelo Grupo Público UMinho em 2020, referem-se a compras ocorridas no período, bem como a ativos intangíveis em curso.

3.5. Outras divulgações de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho utilizava na sua atividade programas de computador, no montante de cerca de 4,2 M€, apesar de se encontrarem totalmente amortizados.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. De referir que o custo de aquisição compreende o custo de compra e quaisquer outros custos necessários e diretamente atribuíveis para colocar o ativo a funcionar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão, podendo ainda incluir custos necessários para proceder ao seu desmantelamento e remoção, no final da vida útil.



Relativamente aos gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis, em consonância com o exposto na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estes poderão ser reconhecidos no ativo, ou diretamente nos resultados do período, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço, que o Grupo Público UMinho irá obter com os mesmos.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Tal como referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo fixo tangível, consta a informação relativa à sua vida útil ou taxa de depreciação, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações

Na Tabela 48 apresenta-se a variação da quantia escriturada respeitantes aos ativos fixos tangíveis, observada no período económico de 2020.

Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, pat. histórico, art. e cultural						
Edif. e outras construções	431 091,97	0,00	431 091,97	448 105,34	0,00	448 105,34
Pat. Hist., artist. e cultural	320 201,35	0,00	320 201,35	320 201,35	0,00	320 201,35
	751 293,32	0,00	751 293,32	768 306,69	0,00	768 306,69
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e rec. naturais	10 374 029,27	0,00	10 374 029,27	10 374 029,27	0,00	10 584 029,27
Edif. e outras construções	164 522 621,98	50 362 368,34	114 160 253,64	165 152 938,69	53 864 271,77	111 078 666,92
Equip. básico	67 939 147,96	57 869 285,76	10 069 862,20	73 789 113,75	61 900 337,97	11 888 775,78
Equip. de transporte	510 218,24	496 668,23	13 550,01	531 108,24	507 621,23	23 487,01
Equip. administrativo	26 858 211,10	25 876 823,17	981 387,93	27 049 384,35	26 438 400,80	610 983,55
Outros	10 830 888,44	9 969 174,62	861 713,82	10 927 356,07	10 136 980,31	790 375,76
AFT em curso	277 965,22	0,00	277 965,22	2 889 094,03	0,00	2 889 094,03
	281 313 082,21	144 574 320,12	136 738 762,09	290 713 024,40	152 847 612,08	137 865 412,32
Total	282 064 375,53	144 574 320,12	137 490 055,41	291 481 331,09	152 847 612,08	138 633 719,01

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações ocorridas na quantia escriturada do ativo fixo tangível do Grupo Público UMinho no período de 2020, estão evidenciadas na Tabela 49.

Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo custo)			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Edifícios e outras construções	431 091,97	17 013,37	0,00	0,00	448 105,34
Pat. histórico, artístico e cultural	320 201,35	0,00	0,00	0,00	320 201,35
	751 293,32	17 013,37	0,00	0,00	768 306,69
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	10 374 029,27	0,00	0,00	0,00	10 374 029,27
Edifícios e outras construções	114 160 253,64	630 316,71	-3 501 903,43	0,00	111 288 666,92
Equipamento básico	10 069 862,20	5 849 965,79	-4 030 457,20	0,00	11 889 370,79
Equipamento de transporte	13 550,01	45 640,00	-10 953,00	-24 750,00	23 487,01
Equipamento administrativo	981 387,93	191 173,25	-562 172,64	0,00	610 388,54
Outros	861 713,82	96 467,63	-167 805,69	0,00	790 375,76
AFT em curso	277 965,22	2 611 128,81	0,00	0,00	2 889 094,03
	136 738 762,09	9 424 692,19	-8 273 291,96	-24 750,00	137 865 412,32
Total	137 490 055,41	9 441 705,56	-8 273 291,96	-24 750,00	138 633 719,01



Conforme evidenciado na Tabela 50, as adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público UMinho, no período económico de 2020, totalizaram 9.441.705,56 €, não se verificando qualquer aquisição de ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira.

Tabela 50 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros

Rubricas	Adições			
	Compra	Locação financeira	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	17 013,37	0,00	0,00	17 013,37
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	630 316,71	0,00	0,00	630 316,71
Equipamento básico	5 849 965,79	0,00	0,00	5 849 965,79
Equipamento de transporte	45 640,00	0,00	0,00	45 640,00
Equipamento administrativo	191 173,25	0,00	0,00	191 173,25
Outros	96 467,63	0,00	0,00	96 467,63
Ativos fixos tangíveis em curso	2 611 128,81	0,00	0,00	2 611 128,81
	9 424 692,19	0,00	0,00	9 424 692,19
Total	9 441 705,56	0,00	0,00	9 441 705,56

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

No período de 2020, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público UMinho, ascenderam ao montante de 8 273 291,96€, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidadas.

5.6. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

No período de 2020, o Grupo Público UMinho utilizou na sua atividade os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados constantes na Tabela 51.

Tabela 51 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros

Ativos Fixos Tangíveis Totalmente Depreciados Ainda em Uso	2020	2019
Equipamento Informático e de telecomunicações	4 628 308,01	4 548 564,58
Equip. para invest. e form. de medida e de utilização técnica especial	25 390 230,40	23 401 538,61
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	607,87	607,87
Outro equipamento básico	14 586 211,00	13 911 583,50
Transportes rodoviários	263 895,66	263 895,66
Equipamento informático e de telecomunicações	20 902 032,45	20 191 357,92
Equipamento escritório e de reprografia	1 383 959,21	1 359 356,69
Outro equipamento administrativo	1 211 864,37	1 220 171,67
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 042 266,13	8 045 116,59
Total Geral	76 409 375,10	72 942 193,09

6. Locações

6.1. Locações financeiras – locatários

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho dispunha dos bens presentes na tabela seguinte, classificados em regime de locação financeira, em virtude de estes transferirem de forma substancial, os riscos e vantagens da posse do ativo para o locatário.

Tabela 52 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros

Rubricas	Quantia escriturada líquida		Pagamentos efetuados pelo locatário (2020)			
			Período		Acumulado	
	2019	2020	Capital	Juro	Capital	Juro
Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	62 726,58	36 271,93	26 454,65	3 353,95	48 089,43	4 075,62
Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	58 001,36	33 477,94	24 523,43	3 692,41	44 885,42	4 492,30
Chiller, Ed, 7 Gualtar	133 654,74	74 471,48	59 183,26	3 546,74	100 377,79	4 172,20
Total	254 382,68	144 221,35	110 161,34	10 593,10	193 352,64	12 740,12



Tabela 53 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros

Rubricas	Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	32 292,65	11 654,22	0,00	43 946,87	42 861,13
Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	30 567,16	11 284,36	0,00	41 851,52	40 813,98
Chiller, Ed. 7 Gualtar	62 730,00	21 094,50	0,00	83 824,50	81 775,37
Total	125 589,81	44 033,08	0,00	169 622,89	165 450,49

Apresentam-se na Tabela 54 os contratos de locação financeira do Grupo Público UMinho que se encontram em vigor, à data de 31 de dezembro de 2020.

Tabela 54 - Descrição dos contratos de locação financeira

N.º Contrato	Locadora	Bem Locado	Data Início	Data Fim	Termos de renovação	Opções compra	Cláusula de escalonamento	Rest.
201800029137	Politérmica Eng., LDA	Chillers	01/01/2018	31/12/2021	não	sim	4	não tem
201900007923	JPSR, LDA	Chillers	17/04/2019	17/04/2022	não	sim	4	não tem

6.2. Locações operacionais - locatários

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho classificou os bens presentes na Tabela 55 em regime de locação operacional, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

Tabela 55 - Locações operacionais – locatários, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados			Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Pagamentos mínimos período	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
Viaturas UMinho	190 665,21	74 363,56	0,00	136 247,97	44 736,52	9 680,72	54 417,24	53 158,83
Viaturas SASUM	24 464,52	7 500,93	0,00	21 038,87	3 425,65	0,00	3 425,65	3 425,65
Total	215 129,73	81 864,49	0,00	157 286,84	48 162,17	9 680,72	57 842,89	56 584,48

6.4. Locações operacionais – locadores

À data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, dispõem dos bens presentes na Tabela 56, como locação operacional (presentes nas divulgações da entidade mãe).

Tabela 56 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros

Locatários – propriedades de investimento							
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados		Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos				
1º Andar Elias Garcia	58 404,22	9 914,29	56 751,14	1 653,08	0,00	1 653,08	1 620,67
1º Direito	54 860,86	11 131,90	51 143,98	3 716,88	0,00	3 716,88	3 644,00
1º Esquerdo	58 617,40	11 723,32	12 700,28	11 723,52	34 193,60	45 917,12	11 518,65
2º Andar	46 112,20	24 040,80	32 040,80	14 071,40	0,00	14 071,40	13 795,49
2º Direito	44 598,95	10 942,76	25 384,16	10 979,88	8 234,91	19 214,79	10 789,59
2º Esquerdo	54 147,73	10 492,84	25 194,52	10 528,44	18 424,77	28 953,21	10 347,00
3º Esquerdo	48 482,26	9 735,60	29 822,36	18 659,90	0,00	18 659,90	18 294,02
4º Andar	135 287,60	15 440,54	75 847,78	15 506,04	43 933,78	59 439,82	15 227,00
4º Direito	9 592,20	872,92	9 592,20	0,00	0,00	0,00	0,00
4º Direito FR. Melo	29 900,00	7 800,00	7 800,00	22 100,00	0,00	22 100,00	21 666,67
4º Esquerdo	19 497,48	9 352,44	12 461,28	7 036,20	0,00	7 036,20	6 898,24
5º Andar	72 970,96	14 839,96	72 970,96	0,00	0,00	0,00	0,00
5º Esquerdo	46 644,80	6 804,00	46 644,80	0,00	0,00	0,00	0,00
6º Andar	40 339,10	19 336,20	24 164,10	16 175,00	0,00	16 175,00	15 857,84
Cave Direita	48 952,22	8 825,14	45 613,54	3 338,68	0,00	3 338,68	3 273,22
Cave Esquerda	24 343,94	15 394,16	24 343,94	0,00	0,00	0,00	0,00
Loja A	38 665,68	18 573,36	30 913,68	7 752,00	0,00	7 752,00	7 600,00
Loja BM	5 305,66	2 549,04	5 093,24	212,42	0,00	212,42	208,25
Loja D	11 217,30	3 641,40	6 969,00	4 248,30	0,00	4 248,30	4 165,00



Locatários – propriedades de investimento							
Loja E	4 956,42	4 248,36	4 956,42	0,00	0,00	0,00	0,00
R/C Esquerdo	23 057,32	11 083,04	19 356,72	3 700,60	0,00	3 700,60	3 628,04
Total	875 954,30	226 742,07	619 764,90	151 402,34	104 787,06	256 189,40	148 533,67

8. Propriedades de investimento

8.1. Divulgações relativas às propriedades de investimento

As divulgações da presente nota são um complemento às informações da nota 6 – locações, onde se encontram identificados todos os contratos de locação celebrados relativamente às propriedades de investimento que o Grupo Público UMinho tinha reconhecidas no seu ativo.

O Grupo Público UMinho possui propriedades de investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

8.2. Modelo aplicado

No reconhecimento das propriedades de investimento, o Grupo Público UMinho utiliza o modelo do custo. Ou seja, estes ativos são inicialmente mensurados pelo seu custo de aquisição, sendo reconhecidos no balanço consolidado, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade.

8.6. Propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo

a) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado pelo Grupo Público UMinho nas propriedades de investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

A vida útil das propriedades de investimento encontra-se em conformidade com a definida pelo CC2 do SNC-AP. De referir que todas as propriedades de investimento são identificadas por uma ficha de cadastro, a qual se encontra permanentemente atualizada e de onde consta informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, ao valor de aquisição, à depreciação acumulada, ao valor líquido, de entre outro tipo de informação.

c) Propriedades de investimento – Variação das depreciações

Durante o período económico de 2020, a quantia escriturada das propriedades de investimento e depreciações acumuladas do Grupo Público UMinho registaram a variação presente, na Tabela 57.

Tabela 57 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciaç. acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciaç. acumuladas	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	286 449,07	286 449,07	0,00	286 449,07
Edifícios e outras construções	930 336,67	267 694,58	662 642,09	930 336,67	288 128,37	642 208,30
Total	1 216 785,74	267 694,58	949 091,16	1 216 785,74	288 128,37	928 657,37

d) Propriedades de investimento – Quantia escriturada e variações do período

Na Tabela 58 identificam-se as variações registadas na quantia escriturada das propriedades de investimento do Grupo Público UMinho, durante o período económico de 2020.

Tabela 58 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Depreciações do período	Quantia escriturada final	Rendas
Propriedades de Investimento				
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	286 449,07	0,00
Edifícios e outras construções	662 642,09	-20 433,79	642 208,30	225 510,39
Total	949 091,16	-20 433,79	928 657,37	225 510,39

e) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Público UMinho encontram-se mensuradas ao modelo do custo, uma vez que não foi determinado o seu justo valor com recurso a avaliação efetuada por um perito avaliador qualificado e independente. No entanto, atendendo ao disposto no ponto 1.3.13 da 2.ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”.



Assim, uma vez que o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho considera o VPT como um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor, divulga-se na Tabela 59, o VPT das propriedades de investimento:

Tabela 59 - VPT das propriedades de investimento, em euros

Propriedades de Investimento	VPT em 2020	VPT em 2019
Fração CDE Ed. Navegador	111 642,10	111 642,10
Fração DB Ed. Navegador	237 650,95	237 650,95
Fração HBA Ed. Navegador	154 158,20	154 158,20
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	7 105,00	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	7 105,00	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	1 976 306,50	1 976 306,50
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 207 283,40	1 207 283,40
Fração D - Lordelo do Ouro	54 786,17	54 786,17
Fração E - Lordelo do Ouro	49 800,87	49 800,87
Fração BM - Cedofeita	43 532,73	43 532,73
Total	3 849 370,92	3 849 370,92

10. Inventários

Relativamente aos inventários reconhecidos no Balanço Consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas Tabelas 60 e 61 a sua desagregação e movimentos dos períodos de 2019 e 2020.

Tabela 60 - Inventários, em euros

Rubricas	Quantia bruta 2020	Imparidade Acumulada a 31/12/2020	Quantia Escriturada 2020	Quantia Escriturada 2019
Mercadorias	59 706,29	0,00	59 706,29	66 538,90
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166 713,47	0,00	166 713,47	172 864,85
Total	226 419,76	0,00	226 419,76	239 403,75

Tabela 61 - Movimentos do período, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções de inventários	Quantia escriturada final
Ano 2020					
Mercadorias	66 538,90	304 672,26	-296 707,15	-14 709,22	59 794,79
Matérias-primas, subs. e de consumo	172 864,85	566 581,76	-514 167,73	-58 653,91	166 624,97
Total	239 403,75	-871 254,02	-810 874,88	-73 363,13	226 419,76
Ano 2019					
Mercadorias	62 185,42	887 641,12	-879 811,07	-3 476,57	66 538,90
Matérias-primas, subs. e de consumo	163 352,37	1 302 452,46	-1 234 723,76	-58 216,22	172 864,85
Total	225 537,79	2 190 093,58	-2 114 534,83	-61 692,79	239 403,75

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

Apresenta-se na Tabela 62 a quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2020, pelo Grupo Público UMinho.

Tabela 62 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros

Rubricas	2020	2019 (reexpresso)
Vendas	733 938,58	1 992 378,43
Prestações de serviços e concessões	8 206 422,81	10 498 843,18
Outros rendimentos e ganhos	932 713,70	1 123 291,17
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	324,12	304,34
Total	9 873 399,21	13 614 817,12

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Na Tabela 63, apresenta-se o montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos pelo Grupo Público UMinho, durante os períodos de 2019 e 2020, por classes principais de rendimentos.



Tabela 63 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período reconhecido em		Rendimento de 2019 (reexpresso) reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Taxas, multas e outras penalidades	23 520 650,85		26 079 486,53	0,00
Transferências sem condição	66 666 913,31		63 937 842,60	0,00
Subsídios sem condição	4 314 400,14	67 906 998,68	3 269 770,64	69 517 871,83
Subsídios com condição	48 204 215,85		48 858 872,51	14 284,02
Outros	4 642 477,64		3 222 070,42	633,09
Total	147 348 657,79	67 906 998,68	145 368 042,70	69 532 788,94

As taxas, multas e outras penalidades são reconhecidas em rendimentos no ano económico em que o serviço é prestado ou que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condição corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado, enquanto a rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes.

O montante presente na rubrica de subsídios com condição reflete os subsídios à exploração que estão relacionados com projetos de I&D. Estes são reconhecidos no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida, tendo em consideração a FAQ 42, emitida pela CNC a 22 de dezembro de 2020, conforme referido na nota 2.

Reforça-se, ainda, o exposto na nota mencionada no parágrafo anterior, pois se os pedidos de pagamento não foram submetidos no mesmo exercício económico em que foram incorridas as despesas, existirá um desfazamento entre o reconhecimento do gasto e do rendimento, associado ao projeto de I&D.

A rubrica de outros rendimentos compreende, sobretudo, rendimentos que não se enquadram nas outras rubricas, assim como, rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

Em consonância com o exposto na nota 2.1., o Grupo Público UMinho apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfluxo futuro de meios líquidos (caixa). Pelo exposto, no período de 2020 foram constituídas provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante de 194.428,75 €, conforme evidenciado na Tabela 64:

Tabela 64 - Provisões, em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2019)	Aumentos	Quantia Escriturada Final (31/12/2020)
Processos judiciais em curso	582 820,21	194 428,75	777 248,96
Total	582 820,21	194 428,75	777 248,96

15.2. Identificação das provisões

Da tabela constante do ponto anterior conclui-se que o Grupo Público UMinho tem constituídas provisões num total de 777.248,96 €, as quais estão identificadas na Tabela 65:

Tabela 65 - Identificação das provisões, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	60 002,00
Direitos contratuais	1 828,00
Direitos laborais	594 785,50
Impugnação de sanção disciplinar	60 002,00
Inimpugnabilidade do ato administrativo	30 000,01
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	15 667,51
Reconhecimento de habilitações	14 963,94
Total	777 248,96

15.3. Passivos contingentes

Na Tabela 66 apresentam-se os passivos contingentes do Grupo Público UMinho, referentes a processos judiciais em curso, os quais, não cumprindo os requisitos para o reconhecimento como provisões, devido ao baixo risco de perda das ações em tribunal, foram apenas alvo de divulgação.



Tabela 66 - Passivos contingentes, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	150 005,00
Direitos contratuais	357 848,00
Direitos Laborais	120 004,00
Impugnação do ato da deliberação final do Júri do concurso	60 002,00
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	98 340,39
Pretensão decisão bolsa de estudo por mérito	2 900,00
Total	789 099,39

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2020, o Grupo Público UMinho contabilizou diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 11 de junho de 2021, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que as mesmas serão apreciadas em Conselho Geral no dia 25 de junho de 2021, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Público UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Neste âmbito, e à data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2020.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.4. "Principais pressupostos relativos ao futuro", importa salientar que o Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes, procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia da Covid-19. Assim, apesar de este facto não ter qualquer reconhecimento nas presentes demonstrações financeiras, importa divulgar na presente nota que não é possível mensurar com fiabilidade o(s) impacto(s) desta pandemia no período económico de 2021.

Por fim, e apesar de todos os constrangimentos que esta pandemia possa provocar no ano económico de 2021 e seguintes, o Grupo Público tem perspetivado a continuidade da sua atividade, ainda que adaptada a todas as medidas já decretadas e a decretar pela Tutela, pela Direção-Geral da Saúde e por outras instituições públicas, tendo em vista a mitigação da pandemia, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

18. Instrumentos financeiros

A) Investimentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2020, os investimentos financeiros do Grupo Público UMinho apresentavam uma quantia escriturada de 6.030.605,14€ (4.494.756,38€ em 31 de dezembro de 2019).

Tabela 67 - Investimentos financeiros, em euros

Descrição	31/12/2020			31/12/2019 Reexpresso		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Investimentos financeiros - MEP	5 820 116,94	105 527,68	5 714 589,26	4 509 647,08	105 527,68	4 404 119,40
Investimentos financeiros - Custo	528 382,85	212 366,97	316 015,88	302 493,95	211 856,97	90 636,98
Total	6 348 499,79	317 894,65	6 030 605,14	4 812 141,03	317 384,65	4 494 756,38

A Tabela 68 apresenta informação sobre a aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho, divulgando-se, ainda, a quantia escriturada em 31 de dezembro de 2019 e 2020 e o valor das participadas, desagregando o Resultado Líquido do Período (RLP) dos fundos patrimoniais.

Tabela 68 – Aplicação do MEP, em euros

Componentes Grupo Público UMinho	Participação %	Quantia escriturada investimento financeiro		Valores das participadas em 2020		Aplicação MEP em 2020	
		31.12.2020	31.12.2019	Total Fundos patrimoniais (exceto RLP)	RLP	Impacto Fundos patrimoniais	Impacto no RLP
2CA-Braga	40,00	239 274,54	225 880,50	598 186,34	33 485,08	239 274,54	13 394,03
BLCS	50,00	54 438,63	45 462,59	108 877,25	17 952,08	54 438,63	8 976,04



Componentes Grupo Público UMinho	Participação %	Quantia escriturada investimento financeiro		Valores das participadas em 2020		Aplicação MEP em 2020	
		31.12.2020	31.12.2019	Total Fundos patrimoniais (exceto RLP)	RLP	Impacto Fundos patrimoniais	Impacto no RLP
CCG	35,96	3 359 980,36	2 523 624,62	9 343 660,61	138 791,79	3 359 980,36	49 909,53
CCVG	7,14	3 844,26	5 873,53	53 841,22	(28 421,12)	3 844,26	(2 029,27)
CEJUR	78,99	97 924,65	58 573,17	123 970,95	49 818,31	97 924,65	39 351,48
CeNTI	19,05	1 137 779,48	998 482,44	5 972 595,68	210 847,65	1 137 779,48	40 166,48
CS	33,33	24 071,83	23 856,78	72 222,70	645,21	24 071,83	215,05
IC	50,00	75 873,22	64 130,08	151 746,44	23 486,29	75 873,22	11 743,15
IDEGUI	0,72	81,12	(236,12)	11 266,07	44 060,38	81,12	317,23
PIEP	31,39	696 050,65	518 004,37	2 217 428,00	143 308,00	696 050,65	44 984,38
Total		5 689 318,72	4 463 651,95	18 653 795,26	633 973,67	5 689 318,72	207 028,10

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No período de 2020 a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público UMinho registou uma variação positiva no montante de 900 210,71 € resultante, essencialmente, do aumento do reconhecimento no período, do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis.

Tabela 69 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019 Reexpresso
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	10 697 790,80	9 797 580,09
Total	10 697 790,80	9 797 580,09

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2020 o montante de 21.879.924,35 €, evidenciando uma diminuição de 2.189.099,13 € face ao período de 2019, essencialmente decorrente do reconhecimento de perdas por imparidade, da cobrança de propinas aos alunos, mas também da diminuição do valor da propina estabelecida para o ano letivo de 2020/2021, cujo reconhecimento do direito a receber ocorre no momento da emissão da fatura, ou seja, aquando da respetiva inscrição do aluno, sendo o fluxo económico periodizado de acordo com o regime de acréscimo.

Tabela 70 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada
Cientes, contrib. e utentes	27 070 276,81	5 190 352,46	21 879 924,35	27 650 305,51	3 581 282,03	24 069 023,48
Total	27 070 276,81	5 190 352,46	21 879 924,35	27 650 305,51	3 581 282,03	24 069 023,48

A Tabela 71 divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões das mesmas do Grupo Público UMinho, tendo em consideração as rubricas de clientes, contribuintes e utentes.

Tabela 71 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2019	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2020	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade			
Cientes	883 927,47	350 513,27	15 095,21	1 219 345,53	3 919 697,13	2 700 351,60
Utentes	2 697 354,56	1 425 266,24	151 613,87	3 971 006,93	23 150 579,68	19 179 572,75
Total	3 581 282,03	1 775 779,51	166 709,08	5 190 352,46	27 070 276,81	21 879 924,35

D) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica evidenciava o saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 465 644,48 €, outros devedores no valor de 136 449,62 € e cauções entregues a terceiros no montante de 2 047,50€.

Tabela 72 - Outras contas a receber, em euros

Outras contas a receber	31/12/2020	31/12/2019
Acréscimos de rendimentos	465 644,48	707 079,06
Outros devedores	136 449,62	72 455,73
Cauções entregues a terceiros	2 047,50	0,00
Total	604 141,60	779 534,79



E) Caixa e depósitos

Conforme evidenciado na alínea e) da nota 1.2. “Referencial contabilístico e demonstrações financeiras”, a 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa e depósitos do Grupo Público UMinho apresenta, o montante de 16.990.811,77 € (17.194.091,02 € em 31 de dezembro de 2019), sendo desagregados conforme Tabela 73.

Tabela 73 - Caixa e depósitos, em euros

Caixa e depósitos	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5 926,77	4 343,22
Depósitos à ordem	16 557 294,62	16 736 261,38
Depósitos a prazo	200 190,63	203 503,75
Depósitos consignados	79 293,03	63 029,11
Depósitos de garantias e cauções	148 106,72	186 953,56
Total	16 990 811,77	17 194 091,02

F) Património líquido

Apresenta-se na Tabela 74 o património líquido do Grupo Público UMinho, à data de 31 de dezembro de 2020, o qual evidencia uma diminuição no montante de 1.574.452,30 € face ao ano de 2019. O Grupo Público UMinho apresentou em 2020 um resultado líquido negativo de 1.129.971,21 €, refletindo uma diminuição de 2.264.192,64 € relativamente a 2019, bem como uma diminuição nas rubricas outras variações no património líquido, excedentes de revalorização e interesses que não controlam. A diminuição verificada nestas duas rubricas não foi compensada pelo aumento ocorrido nas rubricas de ajustamentos em ativos financeiros no montante de 2.009.837,07 €.

De referir que as variações no património líquido decorrem da agregação das rubricas de capital próprio das entidades controladas, assim como da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações detidas nas entidades associadas.

Tabela 74 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019 (reexpresso)
Património/Capital	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados Transitados	-68 279 641,64	-68 736 475,84
Ajustamentos em Ativos Financeiros	5 154 061,43	3 144 224,36
Excedentes de Revalorização	3 975,46	98 569,09
Outras Variações no Património Líquido	68 531 723,96	70 142 597,11
Resultado Líquido do Período	-1 129 971,21	1 134 221,44
Interesses que não controlam	906 502,74	977 966,88
Total	145 808 115,13	147 382 567,43

G) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos do Grupo Público UMinho apresentam em 31 de dezembro de 2020, um total agregado de 331.051,07 € (262 772,31 € em 31 dezembro de 2019), os quais são essencialmente referentes a locações financeiras nos termos da NPC 9 - Locações. A rubrica de financiamentos obtidos é desagregada no balanço consolidado conforme tabela seguinte.

Tabela 75 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos obtidos correntes	292 405,41	120 713,30
Financiamentos obtidos não correntes	38 645,66	142 059,01
Total	331 051,07	262 772,31

H) Fornecedores e fornecedores de investimentos

A rubrica de fornecedores do Grupo Público UMinho evidenciou em 31 de dezembro de 2020, uma diminuição no montante de 1.611.341,21 €, comparativamente ao ano de 2019, e a rubrica de fornecedores de investimentos registou um aumento relativo à data de relato do ano transato, no valor de 837.367,21 €.

Tabela 76 - Fornecedores, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores c/c	2 098 315,93	3 709 657,14
Fornecedores de investimento	1 669 106,37	831 739,16
Total	3 767 422,30	4 541 396,30

Importa referir que as dívidas de fornecedores que transitaram de ano, à data de emissão do presente relatório, já se encontram totalmente liquidadas.



I) Estado e outros entes públicos

O saldo refletido na rubrica estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação.

Tabela 77 - Estado e outros entes públicos, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Estado e outros entes públicos - Ativo	2 793,31	5 828,91
Estado e outros entes públicos - Passivo	3 841 282,72	3 546 067,96

J) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de outras contas a pagar do Grupo Público UMinho registou um aumento, no montante de 1.207.130,56 € face ao período homólogo, tal como evidenciado na tabela infra.

Tabela 78 - Outras contas a pagar, em euros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outras contas a pagar – corrente	21 797 671,68	20 554 102,56
Remunerações a pagar ao pessoal	342 768,85	915 765,64
Credores por acréscimos de gastos	17 089 599,86	16 099 258,10
Cauções recebidas de terceiros	164 476,38	204 123,16
Outros credores	4 200 826,59	3 334 955,66
Outras contas a pagar - não corrente	100 994,60	137 433,16
Total	21 898 666,28	20 691 535,72

K) Outros ativos financeiros

A rubrica de outros ativos financeiros do balanço do Grupo Público UMinho não evidenciou qualquer valor em 2020, em virtude dos mesmos se encontrarem reconhecidos em investimentos financeiros ao custo.

L) Ativos por imposto diferidos

Os ativos por impostos diferidos resultam da diferença temporal entre os créditos de cobrança duvidosa constituídos e aqueles que são aceites fiscalmente. De referir que estes ativos em 2020 ascenderam a 2.183,34€, verificando-se uma variação positiva de 224,02 €, relativamente a 31 de dezembro de 2019 (1.959,32€).

M) Acionistas/sócios/associados

O montante de 2.500,00 € reconhecido na rubrica de acionistas/sócios/associados, deve-se a capital subscrito mas ainda não realizado, na entidade CVR.

N) Outros passivos financeiros

O montante de 3.796,91€ encontra-se reconhecido numa das entidades consolidantes do Grupo Público UMinho e respeita a outras dívidas de curto prazo, não enquadráveis noutras rubricas.

19. Benefícios dos Empregados

O Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos. Na tabela seguinte apresenta-se a agregação dos valores auferidos pelos trabalhadores do Grupo Público UMinho. Da sua análise observa-se um aumento das remunerações e dos encargos sobre remunerações dos trabalhadores do Grupo Público, decorrente, fundamentalmente, da contratação de investigadores, bem como de PTAG's.

Tabela 79 - Benefícios dos empregados, em euros

Descrição	2020	2019
Remunerações	82 197 020,93	78 693 000,83
Indemnizações	262 367,78	126 403,45
Encargos sobre remunerações	18 525 850,52	17 679 743,99
Outros encargos sociais	282 120,47	284 097,02
Total	101 267 359,70	96 783 245,29

De referir que os gastos com o pessoal reportados, respeitam aos 2.696 trabalhadores do Grupo Público UMinho (2.655 em 2019).

20. Divulgações de Partes Relacionadas

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas Tabelas 80, 81, 82, 83 e 84, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.



Tabela 80 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
ACPM5	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	90,00		90,00
B'ACIS	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	90,00		90,00
APsi	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	80,00		80,00
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	1,18		1,18
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	12,50		12,50

No que respeita às entidades CVR e TecMinho, apesar dos direitos de voto da UMinho serem inferiores a 50%, a Universidade detém o controlo das mesmas, por via dos seus órgãos sociais.

Tabela 81 - Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
2CA-Braga	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	50,00		50,00
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 14, 4800-058 Guimarães	49,42		49,42
IDEGUI	R. da Ramada, 4810-531 Guimarães	34,09		34,09
CCVG	R. da Ramada, 4810-445 Guimarães	33,33		33,33
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	31,39		31,39
IDITE MINHO	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga	25,45		25,45
CEJUR	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	25,00		25,00
CeNTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	19,05		19,05

Relativamente à entidade CeNTI, a presença da UMinho nos seus Órgão Sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

Tabela 82 - Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SPINPARK	Zona Indust. da Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
BLC3	R. Nossa Senhora da Conceição, 3405-155 Oliveira do Hospital	14,29		14,29
AVEPARK	Lugar Da Gandra,, 4805-017 Barco	10,61		10,61
IGAP	R. de Belos Ares n.º 160, 4100-108 Porto	9,09		9,09
TECMEAT	R. Fernando Mesquita, n.º 2785, 4760-034	8,33		8,33
Lab2Pt	R. da Ponte Romana, Guimarães	8,33		8,33
B2E	Av. da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira	7,69		7,69
DTX	Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	7,58		7,58
CECoLab	R. Nossa Senhora da Conceição, 3405-155 Oliveira do Hospital	7,14		7,14
ProChild Colab	Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães	6,67		6,67
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	6,35		6,35
INESC TEC	R. Doutor Roberto Frias, 4200-465 Porto	5,26		5,26
Colab4Food	R. de Lagidos polo de Vairão, 4485-655 - Vila Conde	4,62		4,62
BIOREF – Lab. Col. Biorrefinarias	Rua Amieira Apartado 1089, 4466-901 - S. Mamede	5,00		5,00
BUILT CoLAB	R. Álvares Cabral, 4050-040 Porto	5,00		5,00
Fundação CEER	Praza do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	R. Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
APCTP	R. Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	2,94		2,94
AEDOAVE	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Ed. Amave 4800-019 GMR	2,00		2,00
INTEGRALAR - Portugal Foods	R. Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	0,86		0,86
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	1,19		1,19
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1º Andar, 4715-035 Braga	1,00		1,00
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,98		0,98
POOL-NET	Zona Industrial da Marinha Grande	0,98		0,98
VARD 2015	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º1 - Edifício Amave	0,57		0,57
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,15		0,15
Fundação Bienal de Cerveira	Av. Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova Cerveira	0,08		0,08
Fundação Portugal África	R. do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,06		0,06
ADVID	Parque de Ciência e Tecnologia, 5000-033, Vila Real	<20,00		<20,00

Tabela 83 - Listagem de serviços e fundos autónomos

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100,00		100,00



Tabela 84 - Listagem das unidades diferenciadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
BLCS	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50,00		50,00
IC	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50,00		50,00
CS	Largo Martins Sarmiento, 51, 4800-432 Guimarães	33,33		33,33

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações, entre partes relacionadas com a entidade mãe.

Tabela 85 - Transações entre partes relacionadas, em euros

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
2CA-Braga	Associada	Prest. Serv.	10 000,00	0,26%	0,00	Recebimentos a 30 dias
2CA-Braga	Associada	FSE	-215 478,84	1,01%	-49 850,00	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	Taxas	11 000,00	0,05%	16 948,62	Recebimentos a 30 dias
CCG	Associada	FSE	-45 266,46	0,21%	-22 730,40	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	Transf. - Concedidas	-242 842,69	1,26%	-6 501,77	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	Transf. - Concedidas	-6 501,77	0,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCVG	Associada	Outros - Despesa	-2 500,00	0,09%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCVG	Associada	Aq. Part.	-7 500,00	12,10%	-7 500,00	Pagamento a 60 dias
CEJUR	Associada	FSE	-275,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
CeNTI	Associada	FSE	-6 054,74	0,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
CeNTI	Associada	Taxas	2 776,00	0,01%	0,00	Recebimentos a 30 dias
PIEP	Associada	Outros - Despesa	-150,00	0,01%	-150,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Prest. Serv.	14 526,73	0,37%	0,00	Recebimentos a 30 dias
PIEP	Associada	FSE	-74 828,66	0,35%	-1 094,70	Pagamento a 60 dias
AFTEBI	Outras Entidades	Prest. Serv.	4 982,70	0,13%	159,50	Recebimentos a 30 dias
APCTP	Outras Entidades	FSE	-177 338,43	0,83%	-7 844,50	Pagamento a 60 dias
Associação CECOLab	Outras Entidades	Aq. Part.	-5 250,00	8,47%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação Integralar	Outras Entidades	Outros - Despesa	-1 500,00	0,05%	0,00	Pagamento a 60 dias
BUILT CoLAB	Outras Entidades	Aq. Part.	-12 500,00	20,16%	0,00	Pagamento a 60 dias
DTx	Outras Entidades	Outros - Despesa	-4 500,00	0,16%	-9 000,00	Pagamento a 60 dias
IGAP	Outras Entidades	FSE	-1 130,00	0,01%	-160,00	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Outros - Receita	37 587,90	0,52%	11 102,42	Recebimentos a 30 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Prest. Serv.	195,00	0,01%	0,00	Recebimentos a 30 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. Obtidas	47 054,12	0,04%	0,00	Recebimentos a 30 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. - Concedidas	-5 346,22	0,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. - Concedidas	-10 253,39	0,05%	-7 240,85	Pagamento a 60 dias
Laboratório Colaborativo B2E	Outras Entidades	Outros - Despesa	-500,00	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
Laboratório Colaborativo B2E	Outras Entidades	Aq. Part.	-1 500,00	2,42%	0,00	Pagamento a 60 dias
Prochild - Prochild	Outras Entidades	Prest. Serv.	3 202,95	0,08%	3 202,95	Recebimentos a 30 dias
Prochild - Prochild	Outras Entidades	Taxas	8 250,00	0,04%	0,00	Recebimentos a 30 dias
Prochild - Prochild	Outras Entidades	Aq. Part.	-2 500,00	4,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
Prochild - Prochild	Outras Entidades	Aq. Part.	-12 500,00	20,16%	0,00	Pagamento a 60 dias
POOL-NET	Outras Entidades	Outros - Despesa	-500,00	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
SPINPARK	Outras Entidades	Suprimento	-30 000,00	48,39%	-1 250,00	Pagamento a 60 dias
TECMEAT	Outras Entidades	Outros - Despesa	-200,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
TECMEAT	Outras Entidades	Aq. Part.	-500,00	0,81%	0,00	Pagamento a 60 dias
TICE.PT	Outras Entidades	Outros - Despesa	-2 500,00	0,09%	0,00	Pagamento a 60 dias
Casa de Sarmiento	SFAutónomos	Transf. - Concedidas	-30 000,00	0,16%	0,00	Pagamento a 60 dias
Casa de Sarmiento	SFAutónomos	Transf. - Concedidas	-20 105,82	0,10%	0,00	Pagamento a 60 dias
Instituto Confúcio	SFAutónomos	FSE	-10,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
Instituto Confúcio	SFAutónomos	Transf. - Concedidas	-50 250,00	0,26%	0,00	Pagamento a 60 dias



Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
Instituto Confúcio	SFAutónomos	Prest. Serv.	300,00	0,01%	558,18	Recebimentos a 30 dias
SASUM	SFAutónomos	Outros - Receita	33,20	0,00%	0,00	Recebimentos a 30 dias
SASUM	SFAutónomos	Prest. Serv.	1 326,00	0,03%	335,60	Recebimentos a 30 dias
SASUM	SFAutónomos	Transf. Obtidas	18 780,24	0,02%	0,00	Recebimentos a 30 dias
SASUM	SFAutónomos	FSE	-120 334,87	0,56%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	SFAutónomos	Transf. - Concedidas	-604 067,02	3,14%	-199 999,50	Pagamento a 60 dias
Totais			-1 534 669,07	—	-281 014,45	

21. Relato por segmentos

O Grupo Público UMinho proporciona uma grande variedade de serviços aos utentes e clientes em diferentes regiões geográficas. Desde logo, a entidade mãe executa os seus serviços através de três *campi*: o *campus* de Gualtar, em Braga e os *campi* de Azurém e de Couros, ambos em Guimarães. Refira-se ainda, que neste concelho localiza-se também o I3Bs, o IDEGUI e a CS.

O *campus* de Gualtar representa o pólo de maior dimensão do Grupo Público UMinho, sendo que nele estão situadas as Escolas de Ciências, de Direito, de Economia e Gestão, de Psicologia, de Enfermagem, de Medicina, os Institutos de Ciências Sociais, de Educação e de Letras e Ciências Humanas, assim como, parte da Escola de Engenharia. Neste *campus* encontram-se ainda localizadas as seguintes entidades filhas: os SASUM, a ACMP5, a B'ACIS, a APsi e o IC.

A BLCS e o 2CA-Braga também estão sediados na cidade de Braga.

O *campus* de Azurém está sediado na cidade de Guimarães, onde se encontram quase todos os cursos da Escola de Engenharia, da Escola de Arquitetura e alguns cursos da Escola de Ciências e do Instituto de Ciências Sociais. Neste *campus* estão também sediadas as seguintes entidades filhas: CVR, TecMinho, CCG, PIEP e parte do departamento alimentar e alojamentos dos SASUM.

Ainda em Guimarães está localizado o *campus* de Couros, o qual tem em funcionamento o Centro Avançado de Formação Pós-graduada, a Licenciatura em Teatro do Instituto de Letras e Ciências Humanas, a Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas e o Instituto de Design de Guimarães. Este é o *campus* da criatividade, aberto à interação entre a UMinho e a sociedade.

Por fim, em Vila Nova de Famalicão está localizado o CeNTI.

Apesar das áreas geográficas distintas do Grupo Público UMinho, são definidas como atividades, em conformidade com o art.º 13.º dos Estatutos da UMinho, o Ensino, a Investigação e a Interação com a Sociedade, procedendo-se em seguida ao apuramento dos resultados pelas mesmas.

Tabela 86- Resultado da atividade de ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EA	2 458 252,99	2 369 583,19	88 669,80
EC	13 707 602,82	13 362 392,73	345 210,09
ED	4 194 536,81	3 924 313,34	270 223,47
EE	29 153 558,68	27 896 099,16	1 257 459,52
EEG	9 097 164,45	8 642 547,69	454 616,76
EM	9 695 443,24	10 916 647,79	-1 221 204,55
EP	2 996 619,80	2 841 404,43	155 215,37
ESE	4 034 523,08	4 035 393,23	-870,15
ICS	5 206 137,05	5 051 087,42	155 049,63
IE	5 586 479,60	4 874 687,31	711 792,29
ILCH	5 464 319,85	5 281 867,97	182 451,88
i3Bs	265 642,11	482 907,34	-217 265,23
Total UMinho	91 860 280,47	89 678 931,61	2 181 348,86



Tabela 87- Resultado da atividade de investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EA	118 548,93	0,00	118 548,93
EC	5 052 180,71	5 384 395,86	-332 215,16
ED	156 595,08	91 406,46	65 188,61
EE	21 691 659,03	22 467 555,05	-775 896,02
EEG	470 928,51	619 465,18	-148 536,66
EM	4 444 937,20	4 631 159,93	-186 222,72
EP	472 158,06	805 871,03	-333 712,97
ESE	69 411,98	21 866,07	47 545,91
ICS	483 386,96	1 194 822,65	-711 435,69
IE	321 563,71	430 330,96	-108 767,24
ILCH	145 695,61	182 830,28	-37 134,67
i3Bs	3 623 864,32	5 685 619,79	-2 061 755,46
Rt+US+UCI+UD	13 440 976,08	10 639 545,23	2 801 430,85
Total UMinho	50 491 906,19	52 154 868,48	-1 662 962,28

Tabela 88- Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EA	12 412,72	52 649,61	-40 236,89
EC	68 870,67	106 514,59	-37 643,92
ED	39 642,30	24 227,52	15 414,78
EE	164 149,46	484 576,88	-320 427,42
EEG	223 132,52	397 468,35	-174 335,83
EM	556 256,27	1 243 728,18	-687 471,91
EP	351 097,65	425 103,20	-74 005,55
ESE	7 389,34	21 825,42	-14 436,08
ICS	77 453,29	113 947,29	-36 493,99
IE	35 097,55	86 889,02	-51 791,46
ILCH	235 901,09	268 873,58	-32 972,48
i3Bs	40 158,47	30 753,94	9 404,54
Rt+US+UCI+UD	4 496 125,68	3 020 453,36	1 475 672,32
SASUM	5 241 530,40	6 442 984,85	-1 201 454,45
ACMP5	29 088,18	10 731,56	18 356,62
B'ACIS	-19 220,98	-42 361,54	23 140,57
APsi	135 698,68	135 746,35	-47,67
CVR	856 232,34	805 106,48	51 125,86
TECMINHO	2 209 890,73	2 329 571,76	-119 681,03
Instituto Confúcio	11 743,15	0,00	11 743,15
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	8 976,04	0,00	8 976,04
Casa Sarmento	215,05	0,00	215,05
Total UMinho	14 781 840,61	15 958 790,38	-1 176 949,77

As fontes de financiamento, conforme prescrito no parágrafo 12 da NCP 25, constituem outro segmento da UMinho, sendo agrupadas em receitas gerais, receitas próprias, fundos europeus e outros fundos.

Em síntese, na tabela infra apresenta-se, resumidamente, a execução do orçamento do Grupo Público UMinho, relativo ao ano de 2020, por grupo de fonte de financiamento.

Informa-se que o Grupo Público UMinho, no que diz respeito à consolidação orçamental, é apenas constituído pela UMinho e pelos SASUM, já que de acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) são as únicas entidades que integram o OE.

Tabela 89- Execução do orçamento por grupo de fonte de financiamento, em euros

Fonte de Financiamento	Receita cobrada (€)	Despesa paga (€)
Receitas gerais	85 816 386,82	77 410 025,95
Receitas da União Europeia	42 512 094,93	40 074 279,29
Receitas próprias	39 751 675,97	34 660 270,40
Outros fundos	322 911,82	174 780,01
Total UMinho	168 403 069,54	152 319 355,65



22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- Como **entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis, decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- Como **entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa, ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação, através da aplicação do **método da equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

A UMinho, enquanto entidade-mãe, cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

- **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:
 - **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo Reitor da UMinho.
 - **Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5)** - É uma organização sem fins lucrativos, que resulta de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM), e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Tem como objetivo principal a promoção das melhores práticas de saúde preventiva e a melhor monitorização e gestão de doença crónica, bem como o apoio especializado aos cuidados de saúde primários, numa abordagem holística, suportada por tecnologias digitais que promovam o envolvimento e a centralidade das pessoas/doentes.



- **Associação Ciências, Inovação e Saúde - Braga (B'ACIS)** - É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado da parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e a *Alumni Medicina* – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho, tendo por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação, através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.
- **Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.
- **Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)** - É uma instituição privada sem fins lucrativos, em atividade desde 2002, prestando serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente. Independentemente da área da atividade industrial, o CVR tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Tem as suas instalações no *Campus* de Azurém da UMinho, em Guimarães
- **TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento** - É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave (AMAVE). Enquanto interface da Universidade do Minho, a TecMinho tem como missão a valorização e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e demais atores económicos e sociais, contribuindo para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria de competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de atividades de educação e formação (presencial e *e-learning*), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os *spin-offs* académicos.
- **Entidades associadas**, nas quais se aplicou o **método de equivalência patrimonial (MEP)**:
 - **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - É uma biblioteca pública que surgiu de uma parceria entre a UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública. Está vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais, sendo o seu objetivo principal a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como a criação de estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga.
 - **Instituto Confúcio (IC)** - O IC é uma unidade diferenciada da UMinho, criado em associação com o Hanban, com o objetivo de difundir a língua e cultura chinesa, através da promoção de uma série de atividades didáticas e culturais, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006, tendo as suas instalações no Campus de Gualtar, em Braga.
 - **Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga)** - É uma associação sem fins lucrativos que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto. Encontra-se sediado no Hospital de Braga, tendo como objetivo o desenvolvimento de investigação clínica, a nível nacional e internacional, bem como, a promoção e a produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.
 - **Centro de Computação Gráfica (CCG)** - Fundado em 1993, o CCG, sediado desde 2001 no Campus da UMinho, em Azurém, Guimarães, é uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedicada à sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.
 - **Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI)** - Constituído em 2012, o IDEGUI é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto *Campurbis* – cujos promotores foram a UMinho e o Município de Guimarães. Este instituto promove as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.



- **Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG)** – Esta é uma associação técnico-científica, sem fins lucrativos, fundada em 2019, instalada na cidade de Guimarães. A associação tem como objetivo a promoção da cultura científica e tecnológica, designadamente ao nível da educação e fomenta a motivação para a aprendizagem científica que decorre no contacto precoce com conhecimento científico, seus agentes e processos.
- **Casa de Sarmento (CS)** - É uma unidade diferenciada da UMinho, instituída com base num protocolo de cooperação que a UMinho celebrou com o Município de Guimarães e a SMS. As suas principais finalidades são estabelecer a ligação mais estreita entre a UMinho e Guimarães; tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS ou de outros, bem como a valorização destes acervos, através do desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação.
- **Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)** – O PIEP é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes, através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001, em colaboração com a UMinho, através do Departamento de Engenharia de Polímeros e do IAPMEI. A sua interação tem sido extensível a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial, tendo em consideração a multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP participa.
- **Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR)** – É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1993 e encontra-se situada na cidade de Braga. O CEJUR tem como objetivo o desenvolvimento dos estudos jurídicos, realização de trabalhos de investigação, conferências e seminários, mantendo ligações com outras instituições congéneres nacionais e estrangeiras promovendo ações de intercâmbio.
- **Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI)** - É um instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, resultado de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e um instituto de novas tecnologias. O CeNTI tem como objetivo o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor acrescentado e/ou a incorporação novas tecnologias em produtos e mercados tradicionais, por isso aposta na inovação e atividades de I&D, participando em diversos projetos que evidenciam o seu compromisso e missão no apoio e dinamização da infraestrutura tecnológica, industrial e empresarial nacional.
- **Interesses de propriedade não quantificáveis**, as quais não integraram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (os interesses encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo):
 - **Associação SPINPARK – Centro de Incubação de Base Tecnológica (SPINPARK)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, criada em 2006 por iniciativa da UMinho, do AVEPARK e da APCTP. É um centro de incubação de base tecnológica que promove e apoia atividades de tecnologia avançada, intensivas em conhecimento, servindo simultaneamente de plataforma ao lançamento e difusão da inovação no contexto da economia do conhecimento. Esta associação atualmente encontra-se em processo de insolvência.
 - **Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3)** – É uma associação sem fins lucrativos, fundada em maio de 2010, com um novo modelo de desenvolvimento de atividades de investigação e intensificação tecnológica de excelência, incubação de ideias e empresas e apoio ao tecido económico em regiões interiores e rurais. A associação desenvolve as suas atividades de biotecnologia industrial numa dimensão nacional e internacional. Desenvolve, ainda, atividades locais e regionais de implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento ligadas à fixação de massa crítica e valorização dos recursos endógenos e património genético do território.
 - **Parque de Ciência e Tecnologia, S.A (AVEPARK)** - Inaugurado em 2008, o AVEPARK constitui uma infraestrutura de excelência funcional para a instalação de empresas de grande intensidade em conhecimento científico e tecnológico, com posicionamento estratégico nas áreas geográficas do Ave e confinantes.
 - **Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP)** – É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com sede no Porto. Os seus objetivos são a conceção, promoção, organização e realização de projetos formativos, colóquios, seminários e sessões de informação técnica tendo em vista a sensibilização, atualização, aperfeiçoamento ou especialização dos trabalhadores da Administração Pública Central Desconcentrada e Autárquica, bem como dos Eleitos Locais.
 - **TECMEAT – Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes** - É uma associação criada em novembro de 2018, por iniciativa do Município de Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de implementar esta estrutura, considerada estratégica para o concelho e que congrega 16 instituições da região e do país.
 - **Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E)** – É um laboratório colaborativo, constituído em 2019, e sediado no Porto. Tem como objetivo promover a Bioeconomia Azul, contribuir para novos usos



- e valorização dos recursos vivos naturais marinhos, assim como estimular a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social em Portugal – nos setores da Biotecnologia e Aquacultura.
- **Associação Laboratório da Paisagem** - É uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.
 - **Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital (DTX)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2018, sediada em Guimarães, tendo laboratórios em Braga, Matosinhos e Évora. O seu objetivo principal consiste em abordar os novos paradigmas em produtos, nos serviços e na interface homem-máquina, assim como, na criação de emprego qualificado e científico em Portugal.
 - **Collaborative Laboratory Towards Circular Economy (CECoLab)** - A associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em 2020, sediada em Oliveira do Hospital. Tem na sua essência o processo de reconhecimento de excelência da iniciativa nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denominada por CoLAB. Esta iniciativa tem como objetivo contribuir para a criação de emprego científico qualificado, orientado para a investigação e inovação com criação de valor ambiental, económico e social.
 - **ProChild Colab** - É uma associação, criada em dezembro de 2018, que reúne 17 associados, dos quais se destacam Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação. Está organizado em torno de 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um dos quais com projetos específicos: (1) Saúde e bem-estar; (2) Desenvolvimento e educação; (3) Participação social, cidadania e igualdade de género; (4) Proteção contra a violência, exploração, abuso e negligência. Estes eixos articulam-se com uma área estratégica transversal de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, nas áreas do Digital e da Nanotecnologia.
 - **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** - É uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, a qual iniciou a sua atividade na Covilhã, onde está situada a sua sede social, desenvolvendo a sua intervenção formativa em vários pólos, nomeadamente em Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e Vila Nova de Famalicão. Constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tem como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.
 - **INESC TEC** - É uma instituição privada de investigação sem fins lucrativos, sediada no Porto. A sua atividade está vocacionada para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, consultoria e formação avançada e pré-incubação de novas empresas de base tecnológica. A instituição opera na interface do mundo académico e empresarial, aproximando a academia, as empresas, a administração pública e a sociedade.
 - **Colab4Food - Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Agroalimentar** - É uma associação, criada em abril de 2019, que tem como missão ser um catalisador da inovação centrada nas necessidades do consumidor e da indústria agroalimentar, através da investigação colaborativa.
 - **BIOREF - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em abril de 2019, que junta nove entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e onze empresas interessadas em procurar novos processos e tecnologias avançadas que utilizem a biomassa como matéria-prima e a transformem em produtos comercializáveis. O CoLAB BIOREF pretende contribuir para uma economia de baixo carbono e/ou carbono zero para Portugal (Horizonte 2030), gerando novas cadeias de valor, criação de emprego qualificado e impulsionando a bioeconomia nacional.
 - **BUILT CoLAB** - É um laboratório colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, fundado em 2020, e sediado no Porto. Os seus objetivos baseiam-se no desenvolvimento de atividades de investigação, inovação e transferência de conhecimento, tendo em vista o aumento da produtividade, competitividade e crescimento sustentável do ecossistema do setor AEC - Arquitetura, Engenharia e Construção, promovendo a transição digital e climática dos edifícios e infraestruturas, tornando-os adaptáveis, inteligentes, resilientes e sustentáveis.
 - **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza - Norte de Portugal (CEER)** - É uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementaridades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.
 - **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** - É uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadra a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências



diferenciadoras no setor do petróleo e gás, bem como contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.

- **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** - É uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários pólos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional, na medida em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.
- **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** - É uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de assessoria técnica aos Municípios do Vale do Ave, tendo por missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.
- **Associação INTEGRALAR - Portugal Foods** - É uma associação criada em 2008 por entidades que compõem o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.
- **Associação TICE.PT** - Constituído em 2008, com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.
- **Oficina Inovação - BIC Minho** - É uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de PME's.
- **Associação OPEN** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.
- **Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOL-NET)** - É uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do cluster de competitividade *engineering & tooling*, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva, criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.
- **Vale do Ave Região Digital (VARD 2015)** - É uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos Municípios do Vale do Ave.
- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. (ADRAVE)** - Criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os setores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, a Agência intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.
- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** - É uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Posiciona-se entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor têxtil e do vestuário (maioritariamente PME's), disponibilizando às mesmas, um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e *design*.
- **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** - Tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificado como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A fundação tem como missão "Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo".
- **Fundação Portugal África** - Constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países



Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.

- **Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1982, sediada em Vila Real. O seu principal objetivo é contribuir para a modernização da viticultura da região demarcada do Douro e de Portugal, contribuindo para a melhoria da qualidade e rentabilidade dos vinhos e das vinhas nacionais.

22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

Tabela 90 – Perímetro de consolidação

Entidade	Natureza do interesse	% de participação	% de controlo	Tipo de controlo
CVR	Entidade Controlada	56,25	1,18	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
TecMinho	Entidade Controlada	56,30	12,50	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
APsi	Entidade Controlada	80,00	80,00	Entidade controlada
B'ACIS	Entidade Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
ACMP5	Entidade Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
SASUM	Entidade Controlada	-	100,00	Entidade controlada
CCG	Associada	35,96	49,42	Influência significativa
PIEP	Associada	31,39	31,39	Influência significativa
2CA-Braga	Associada	40,00	50,00	Influência significativa
CeNTI	Associada	19,05	19,05	Tem influência significativa, pois a UMinho está representada nos órgãos sociais, mas sem capacidade de controlo
IDEGUI	Associada	0,72	34,09	Influência significativa
BLCS	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
IC	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
CS	Associada	33,33	33,33	Acordo conjunto
CCVG	Associada	7,14	33,33	Influência significativa
IDITE-Minho	Associada	25,45	25,45	Influência significativa
CEJUR	Associada	78,99	25,00	Influência significativa

Apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nos SASUM, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, uma vez que a UMinho obtém o seu controlo através da presença de membros da Universidade nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Em sintonia com o anteriormente exposto, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de definir e orientar as suas políticas financeiras e operacionais.

Relativamente à BLCS, ao IC e à CS, foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas, tal como no ano de 2019, devido a existir controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente:

- O Município de Braga, no caso da BLCS;
- A *Hanban*, no que respeita ao IC; e
- O Município de Guimarães e a SMS, relativamente à CS.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho e de 14,29% na SPINPARK, estas participadas não foram incluídas no perímetro de consolidação, uma vez que foram constituídas perdas por imparidade, correspondentes à totalidade do valor das participações, em virtude de ambas as entidades se encontrarem em situação de insolvência com um plano especial de revitalização.

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, a UMinho não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e



- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.6. Interesses em entidades controladas

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- CVR;
- TecMinho;
- APsi;
- B'ACIS;
- ACMP5; e
- SASUM.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público UMinho.

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho, nas suas entidades controladas.

Tabela 91 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
CVR	TecMinho	5,21
	Ferespe - Fundação Ferro e Aço, Lda.	2,66
	Funfrap - Fundação Portuguesa, SA	0,06
	Continental Mabor – Indústria de Pneus, SA.	0,06
	Quimitécnica Ambiente, SA	0,59
	CIN - Corporação Industrial do Norte, SA.	0,30
	Resen - Resíduos Industriais, SA.	0,59
	Cerâmica Salvadorinho	0,06
	Mabera Acabamentos Têxteis, SA.	0,12
	Kupper & Schmidt, Lda.	0,30
	Portucel Viana, SA.	0,59
	Fusag - Fundação e Serralharia, SA.	0,06
	Alumínios Navarra	0,06
	Fucoli - Somepal Fundação de Ferro, SA.	0,30
	Metalsa - Ref. Portug. Alumínio, SA	0,59
	FDO-S.G.P.S., SA	0,59
	Infineon Technologies, SA	0,59
	Cruz, Giovani & Lima, Lda.	0,06
	Semural - Soc. Emp. Urbanos, Lda.	0,06
	Polo Produtos Ópticos, SA	0,59
	Ricarsil-Ribeiro C. & Silva, Lda.	0,06
	Industrias Pachancho, S.G.P.S., SA	0,06
	Agua do Douro e Paiva, SA	0,06
	Granitos Urbanos, SA	0,12
	Nogueira & Monteiro, Lda.	0,06
	Fabricas Jerónimo Pereira & Filhos, SA	0,59
	GRE-Exportação de Granito, SA	0,06
	Fundilusa-Fund. Portuguesas, Lda.	0,24
	C. F. Duarte & C ^a , Lda.	0,06
	Fundação de Mounquim, Lda.	0,24
	Alumínios Ibérica, Lda.	1,18
	Comp. de Cartões do Cávado, SA	0,06
	ISQ - Instituto da Soldadura e Qualidade	0,59
	Resulima, SA	0,12
	Associação Portuguesa Fundação	0,06
	AIM – Associação Industrial do Minho	0,59
	Intrabol-Ind.Trans Borrachas, Lda.	0,06
	Greentrading-Com. Internacional	0,06
	GRIN, SA	0,24
	Braval, SA	0,12
Maquiceram, SA	0,12	
Godilac, Lda.	0,06	



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Ambipombal, Lda.	0,30
	Recauchutagem Nortenha, SA	0,30
	Fapricela - Ind.de Trefilaria, Lda.	0,06
	REFER-Rede Ferroviária Nacional EP	0,59
	Manuel Marques Herdeiros, SA	0,06
	Câmara Municipal de Guimarães	4,38
	Nogueira & Martins, Lda.	3,55
	CJR - Cândido José Rodrigues, Lda.	0,06
	CCG-Centro de Computação Gráfica	0,59
	ENDUTEX - Revestimentos Têxteis, SA	2,25
	CUPRUM-Comércio de Metais, Lda.	0,24
	Sardalla Espanola, SA	1,78
	PIZARRO-Energias Renováveis, SA	0,12
	DST-Domingos da Silva Teixeira, SA	0,59
	Construções Gabriel A. S. Couto, SA	0,06
	Sensu, Lda.	1,18
	Vimasol - Energias Renováveis, Lda.	0,59
	Superinertes de Lopes & Filhos, Lda.	0,41
	Casais - Eng ^a e Construção, SA	0,59
	J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda.	0,06
	Delta - Soc. Técnica Eletricidade	1,18
	Guimaweb-Serviços de Internet, Lda.	0,06
	José Augusto Marques Unipessoal, Lda.	0,47
	SORGAL-Soc.de Óleos e Rações, SA	0,59
	AVICASAL-Sociedade Avícola, SA	0,59
	ZX Consultores, SA	0,41
	Metalvalor-Gestão Valor T. Tipo Res	0,18
	Tempo Magnético, Unipessoal, Lda.	0,06
	W2V, SA	1,78
	Supermatéria Biocombustíveis e Rec	0,36
	Representações Júlia Rocha, Lda.	0,47
	Tequimaq - Máq. Ind. Quím Corticeira, Lda.	0,41
	Criolab - Equip. Criogénico e de Lab.	0,06
	M.J. Amaral - Equipamentos Industriais	0,18
	Carmona, SA	0,12
	Euro Separadora-Gestão Resíduos, Lda.	0,12
	MJD-Metais Jaime Dias, SA	0,52
	MYSOFT-Business Software Solutions	0,12
	Lena Ambiente –Gestão de Resíduos, SA	0,06
TecMinho	AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave	6,24
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	6,24
	Freitas & Fernandes, Lda.	6,24
	Companhia de Seguros Bonança	6,24
	Têxteis A. M. Sousa Lusaustrí, Lda.	6,24
	Têxteis Somelos, Lda.	6,24
	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guimarães	6,24
APsi	Câmara Municipal de Braga	10
	Câmara Municipal de Guimarães	10
B'ACIS	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10
ACMP5	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato, ou seja, de 01/01/2020 a 31/12/2020.

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP 1 no Grupo Público UMinho, os interesses não controlados em cada entidade controlada do Grupo Público UMinho, são detidos por outras entidades, as quais não exercem influência significativa nas mesmas.

Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.4, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.



Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

Tabela 92 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros

Rubricas do Balanço	Unidade Monetária: Euro					
	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	SASUM
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	835 564,94	300 603,71	4 411,38	3 370,64	5 788,15	16 044 573,43
Ativos intangíveis	76 804,12	4 399,99	2 092,50	0,00	0,00	3 797,54
Investimentos financeiros	7 274,50	75 772,63	356,78	25 778,31	1 067,17	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	2 183,34	0,00	0,00	0,00	0,00
	919 643,56	382 959,67	6 860,66	29 148,95	6 855,32	16 048 370,97
Ativo Corrente						
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226 419,76
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 494 441,71	1 053 477,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	87 377,14	793 125,59	29 494,52	46 778,13	54 231,00	158 198,62
Estado e outros entes públicos	0,00	2 793,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	722,01	103 637,75	0,00	31 262,69	23 716,32	411 628,93
Diferimentos	7 132,14	3 571,69	238,91	1 121,98	463,90	15 820,23
Caixa e depósitos	558 690,25	80 734,37	63 376,21	97 599,88	106 697,17	1 005 524,97
	2 150 863,25	2 037 340,29	93 109,64	176 762,68	185 108,39	1 817 592,51
	3 070 506,81	2 420 299,96	99 970,30	205 911,63	191 963,71	17 865 963,48
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património/Capital	848 000,00	39 951,92	25 000,00	50 000,00	50 000,00	2 301 872,93
Reservas	300 049,56	928 821,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-123 988,22	-162 133,74	27 766,09	9 846,18	-36 637,92	5 574 860,44
Ajustamentos em ativos financeiros	381 111,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 975,46
Outras variações no património líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 454 009,62
Resultado líquido do período	77 582,91	-291 440,82	-238,33	71 726,15	76 561,23	-1 228 848,71
	1 482 755,95	515 198,84	52 527,76	131 572,33	89 923,31	17 105 869,74
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Outras contas a pagar	100 994,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	100 994,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente						
Fornecedores	60 607,96	301 967,33	1 309,06	12 177,77	36 495,62	26 334,29
Estado e outros entes públicos	48 545,71	222 248,68	2 680,07	36 408,87	22 722,86	12 610,56
Financiamentos obtidos	0,00	186 829,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	83 953,22	401 742,96	0,00	13 575,69	19 378,57	691 407,99
Diferimentos	1 293 649,37	792 312,43	39 656,50	12 176,97	23 443,35	29 740,90
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	3 796,91	0,00	0,00	0,00
	1 486 756,26	1 905 101,12	47 442,54	74 339,30	102 040,40	760 093,74
Total do Passivo	1 587 750,86	1 905 101,12	47 442,54	74 339,30	102 040,40	760 093,74
Total do Património Líquido e Passivo	3 070 506,81	2 420 299,96	99 970,30	205 911,63	191 963,71	17 865 963,48



Tabela 93 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros

Unidade Monetária: Euro						
RENDIMENTOS E GASTOS	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	SASUM
Vendas	0,00	169,38	0,00	0,00	0,00	716 854,53
Prestações de serviços	484 934,99	2 040 842,92	139 886,34	176 224,51	348 883,06	1 887 902,56
Transf. correntes e subsídios correntes obtidos	384 824,37	300 719,98	13 313,97	0,00	38 443,35	2 792 933,73
Custo das merc. Vend. e das mat. consumidas	-4 166,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-806 708,43
Fornecimentos e serviços externos	-281 965,21	-995 469,61	-101 933,63	-51 518,46	-135 446,07	-1 123 411,24
Gastos com pessoal	-446 702,97	-1 055 022,61	-44 775,45	-93 155,84	-160 675,64	-4 130 818,51
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-259 479,09
Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 883,68
Imp. de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 875,70	-15 830,82	0,00	0,00	0,00	-17 222,10
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,49
Outros rendimentos e ganhos	40 484,99	3 654,89	0,00	57 863,80	17,69	441 445,96
Outros gastos e perdas	-5 311,27	-391 351,53	-894,96	-1,33	-1 263,67	-24 467,66
Result. antes de dep. e gastos de financ.	165 222,75	-112 287,40	5 596,27	89 412,68	89 958,72	-528 780,44
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-70 760,67	-169 963,01	-5 826,56	-1 718,58	-2 696,99	-700 063,97
R. Operac. (antes de gastos de financ)	94 462,08	-282 250,41	-230,29	87 694,10	87 261,73	-1 228 844,41
Juros e rendimentos similares obtidos	304,17	19,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	-1 531,75	-8,04	0,00	0,00	-4,30
Resultado antes de impostos	94 766,25	-283 762,21	-238,33	87 694,10	87 261,73	-1 228 848,71
Imposto sobre o rendimento	-17 183,34	-7 678,61	0,00	-15 967,95	-10 700,50	0,00
Resultado líquido do período	77 582,91	-291 440,82	-238,33	71 726,15	76 561,23	-1 228 848,71

22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2020, a UMinho tinha interesse nas associadas identificadas na Tabela 94.

Tabela 94 – Entidades associadas

Associada	Natureza do relacionamento	Domicílio	Forma jurídica da associada	País	Proporção de interesses de propriedade	Proporção de direitos de voto detidos
CCG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	35,96%	49,42%
PIEP	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	31,39%	31,39%
2CA-Braga	Associada	Braga	Associação	Portugal	40,00%	50,00%
CeNTI	Associada	Vila Nova de Famalicão	Associação	Portugal	19,05%	19,05%
IDEGUI	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	0,72%	39,04%
BLCS	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	50,00%	50,00%
IC	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	50,00%	50,00%
CS	Associada	Guimarães	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	33,33%	33,33%
CCVG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	7,14%	33,33%
CEJUR	Associada	Braga	Associação	Portugal	78,99%	25,00%

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:



Tabela 95 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros

Unidade Monetária: Euro							
Associada	% Participação	Valor de Aquisição	Ativo (2020)	Passivo (2020)	Património Líquido (2020)	Resultado Líquido do Período (2020)	Valor da participação ao MEP (2020)
CCG	35,96	682 356,79	10 618 057,63	1 274 397,02	9 343 660,61	138 791,79	3 359 980,36
PIEP	31,39	580 000,00	6 555 112,00	4 337 684,00	2 217 428,00	143 308,00	696 050,65
2CA-Braga	40,00	35 000,00	2 058 456,30	1 460 269,96	598 186,34	33 485,08	239 274,54
CeNTI	19,05	100 000,00	21 619 270,15	15 646 674,47	5 972 595,68	210 847,65	1 137 779,48
IDEGUI	0,72	1 000,00	57 138,60	45 872,53	11 266,07	44 060,38	81,12
CCVG	7,14	5 000,00	85 803,13	31 961,91	53 841,22	-28 421,12	3 844,26
CEJUR	78,99	24 939,89	144 398,05	20 427,10	123 970,95	49 818,31	97 924,65
BLCS	50,00	0,00	108 877,25	0,00	108 877,25	17 952,08	54 438,63
IC	50,00	0,00	151 746,44	0,00	151 746,44	23 486,29	75 873,22
CS	33,33	0,00	75 188,05	2 965,35	72 222,70	645,21	24 071,83

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2020 a 31/12/2020).

Na continuidade do verificado em 2019, e como anteriormente referido, as contas consolidadas do Grupo Público UMinho em 2020, não refletem as variações patrimoniais da associada IDITE Minho, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade, referente à totalidade da participação detida pela entidade-mãe.

22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2020 a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa na Tabela 96.

Tabela 96 – Percentagem de interesse em outras entidades

Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
SPINPARK	14,29
BLC3	14,29
AVEPARK	10,61
IGAP	9,09
TECMEAT	8,33
Lab2Pt	8,33
B2E	7,69
DTX	7,58
CECoLab	7,14
ProChild Colab	6,67
AFTEBI	6,35
INESC TEC	5,26
Colab4Food	4,62
BIOREF – Lab. Col. Biorrefinarias	5,00
BUILT CoLAB	5,00
Fundação CEER	3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	3,34
APCTP	2,94
AEDOAVE	2,00
INTEGRALAR - Portugal Foods	0,86
TICE.PT	1,19
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00
OPEN	0,98
POOL-NET	0,98
VARD 2015	0,57
ADRAVE	0,44
CITEVE	0,15
Fundação Bienal de Cerveira	0,08
Fundação Portugal África	0,06



Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
ADVID	<20,00

Os investimentos financeiros detidos nas entidades e identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Informação complementar

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no CIBE (para os bens adquiridos até 31/12/2017, com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público UMinho e pelos SASUM, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/SNC-ESNL, dispensou-se qualquer necessidade de se proceder a alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, como é disso exemplo o caso da IDITE Minho, AVEPARK, SPINPARK e VARD 2015, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, não existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: 209 057,37€ (CCG, PIEP, 2CA-Braga, CeNTI, IDEGUI, CEJUR, BLCS, IC e CS);
- Gastos: 2 029,27€ (CCVG).

23. Outras divulgações

A) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica agrega custos de natureza diversa relacionados com a aquisição de bens e prestação de serviços do Grupo Público UMinho, nomeadamente, energia, comunicações, trabalhos especializados e combustíveis. Em 2020 apurou-se um total de gastos desta natureza de 23.321.171,67€, verificando-se um decréscimo de 6.887.636,15 € em relação ao período homólogo (30.208.807,82 €).

B) Diferimentos

A conta de rendimentos a reconhecer expressa na rubrica de diferimentos no passivo, evidenciou um aumento no montante de 1.529.011,51 €, o qual se justifica, essencialmente, pelo reconhecimento de transferências a efetuar para parceiros no âmbito da atividade de I&D.

Tabela 97 – Diferimentos, em euros

Descrição	2020	2019 (reexpresso)
Diferimentos - Ativo	28 348,85	400 082,52
Diferimentos - Passivo	20 385 698,68	18 856 687,17
Total	20 414 047,53	19 256 769,69

C) Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Grupo Público UMinho aumentaram em 3.458.474,89 €, tendo atingido em 2020 o montante de 19.069.079,08 €, quando em 2019 estes gastos se haviam fixado em 15.611.004,19 €. Esta variação é justificada, principalmente, pelas transferências para a Administração Central e União Europeia.



D) Prestações Sociais

As prestações sociais do Grupo Público UMinho corresponderam em 2020 ao montante de 5.883,68€, sendo que no período homólogo haviam totalizado 9.842,90€.

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportado, respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, tendo registado em 2020 o valor de 174.946,31 €, traduzindo-se num aumento no montante de 166.449,87 €, face ao ano de 2019 (8.496,44 €).

F) Imposto sobre o rendimento

A rubrica do imposto sobre rendimento apresentou em 2020 o montante de 51.530,40 €, registando-se uma variação positiva de 36.152,24 €, quando comparada com o período homólogo (15.378,16 €).

G) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos gastos, dos rendimentos e dos resultados das atividades, conforme Tabela 98.

Acresce informar que, na entidade-mãe, são considerados como rendimentos e gastos diretos às Unidades, aqueles que são efetuados através dos centros de responsabilidade das UO, Reitoria, Unidades Culturais (UC), Unidades Diferenciadas (UD) e Unidades de Serviços (US), os quais podem não ser imputados diretamente a uma atividade.

Neste sentido, são considerados como objetos de custeio de primeira linha, os rendimentos e gastos realizados nas dimensões que são imputadas diretamente às atividades, nomeadamente:

- Na atividade ensino são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de:
 - Pós-Graduações (PG);
 - Ações de Formação (AF);
 - Funcionamento das Unidades Orgânicas de Ensino; e
 - Unidades de serviços que prestam apoio direto ao ensino (USAAE, USGA e GPA).

É ainda considerado rendimento da atividade de ensino a dotação do OE, a qual é imputado às diversas Unidade de Ensino através do peso do aluno equivalente.

- Na atividade de investigação são imputados diretamente os rendimentos e gastos das dimensões carregados no módulo de gestão de projetos, e ainda da Unidade de Serviço de Apoio a Projetos de Investigação (USAPI);
- Na atividade de interação com a sociedade são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de prestações de serviços especializados à comunidade (PSEC), prestações serviços técnicos especializados (PSET) e unidades de serviço que prestam apoio diretamente à comunidade (tais como: USDB, BPB, ADB, BLCS, UA, CC). Nesta atividade ainda se incluem os rendimentos e gastos relativos a parques, a aluguer de espaços, da Loja UMinho e entidades participadas.

Para os rendimentos e gastos não imputados diretamente a uma atividade, procedeu-se à definição das seguintes bases de rateio:

- GG 0001 – Eletricidade: KWh;
- GG 0002 - Gás: área;
- GG 0003 - Água: área;
- GG 0004 - Licenças: n° trabalhadores;
- GG 0005 - Comunicação: n° trabalhadores;
- GG 0006 - Limpeza e higiene: área;
- GG 0007 - Vigilância e segurança: área;
- GG 0008 - Segurança e saúde: n° trabalhadores;
- GG 0009 - Contratos de manutenção: área;
- GG 0010 - Manutenção dos *campi*: área;
- GG 0011 - Requalificação *campi*: área;
- GG 0018 - Complexos pedagógicos: área;
- GG 0012 - Manutenção dos *campi*: área;
- GG 0015 - HSST (Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho): n° trabalhadores;
- GG 0016 - Manutenção espaços verdes: área;
- GG 0017 - Empreitadas DCM: área;
- GG 0018 - Complexos pedagógicos: área;
- RP0042 - Frota UM: peso dos gastos diretos;
- RP0046 - Processos Judiciais: peso dos gastos diretos;



- RP0055 - Seguros UMinho: peso dos gastos diretos;
- RP0043 - Comunicações dirigentes: peso dos gastos diretos;
- RP0054 - RT - Investimentos *campi*: peso dos gastos diretos;
- Depreciações Rt+US+UCI+UD dimensões de funcionamento: peso dos gastos diretos;

Tabela 98 - Resultados atividades, em euros

Atividades	Rendimentos	Gastos	Total
Ensino	91 860 280,47	89 678 931,61	2 181 348,86
Investigação	50 491 906,19	52 154 868,50	-1 662 962,30
Interação com a Sociedade	14 781 840,61	15 958 790,38	-1 176 949,77
Subtotal	157 134 027,27	157 792 590,49	-658 563,21
Rendimentos Gerais	88 029,73	0,00	88 029,73
Gastos não incorporados	0,00	586 543,36	-586 543,36
Resultado antes de impostos	157 222 057,00	158 379 133,85	-1 157 076,84
Imposto sobre o rendimento			-51 530,40
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			-1 129 971,21
Interesses que não controlam			-78 636,04
			-1 208 607,25

Da análise da Tabela 98, o Grupo Público UMinho, obteve em 2020 um montante total de rendimentos de 157,2 M€ e um total de gastos na ordem dos 158,4 M€, perfazendo um resultado antes de impostos negativo de 1,2 M€. De referir que, a atividade de ensino contribui positivamente para o resultado em 2,2 M€, bem como os rendimentos gerais em 88 k€. Por outro lado, as atividades de investigação e de interação com a sociedade pesam negativamente para o resultado do Grupo Público UMinho, no montante de 1,7 M€ e 1,2 M€, respetivamente, assim como, os Gastos não incorporados (587 k€).

Por fim, não foi imputado às atividades o imposto sobre o rendimento das entidades filhas, no montante de 51,5 k€.

H) Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:

Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Entidades	Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas
Controladas	
TecMinho	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
CVR	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
APsi	Não tem auditor externo.
B'ACIS	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
ACMP5	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
SASUM	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
Associadas	
CCG	Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC Lda.
PIEP	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
2CA-Braga	G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
CeNTI	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
IDEGUI	Não tem auditor externo.
IC	Não tem auditor externo.
BLCS	Não tem auditor externo.
CS	Não tem auditor externo.

I) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único do Grupo Público UMinho é atualmente a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representado por Mário da Cunha Guimarães, conforme Despacho n.º 6399/2019, de 16 de julho. Os honorários faturados durante o período de 2020, referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 18.081,00€ (IVA incluído).



IV – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



10. Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex.^{mas/mos} Sr.^s(Srs.) membros do Conselho Geral da Universidade do Minho:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar o relatório e parecer sobre o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** (o Grupo Público) apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho (entidade consolidante), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.
2. Durante o período acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Universidade do Minho e das suas principais participadas, verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte de acordo com o normativo contabilístico aplicável e vigiámos pela observância da lei e dos estatutos.
3. No âmbito da consolidação de contas do Grupo Público:
 - 3.1. Examinámos o processo de consolidação de contas, tendo verificado que os procedimentos de consolidação e o perímetro de consolidação definidos pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho estão em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
 - 3.2. Relativamente às entidades integradas no perímetro de consolidação, apreciamos os respetivos documentos de prestação de contas do período de 2020 e verificámos a sua conformidade com as disposições legais e estatutárias; e
 - 3.3. Verificámos que as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o SNC-AP.
4. Na sequência do exercício da revisão legal de contas do Grupo Público, emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas em 11 de junho de 2021, com opinião modificada (com uma reserva), com uma ênfase e uma exceção quanto a divulgações no âmbito da contabilidade de gestão constante do capítulo "Sobre o relatório de atividades consolidado", cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido, remetendo-se para a sua leitura. No entanto, entendemos apresentar o seguinte resumo:
 - 4.1. A reserva por limitação de âmbito no trabalho respeita aos ativos fixos tangíveis do balanço consolidado, em virtude de, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, os mesmos não se encontrarem devidamente identificados no inventário de bens. A quantia escriturada desses ativos no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 ascende a cerca de 6.800.000 euros. Nesta conformidade, não foi emitida opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência àquela data;

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUMARÃES, SROC

Registo na CRC n.º 148 | Registo na GVM n.º 20161428
NIPC 503 561 843 | Capital Social 8.000 euros
Membro de ABC S. Associação - SROC, ACE
jmm@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João I, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 253 520 F(+351) 253 253 521

www.jmm.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, P/C
4715-062 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 738



4.2. A ênfase respeita à reexpressão as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019, em virtude do cumprimento do disposto na FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos” da Comissão de Normalização Contabilística; e

4.3. No que concerne ao relatório de atividades consolidado, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no ponto 4.1 supra, o mesmo foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não foram suficientes para dar cumprimento ao exigido na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.

5. Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que o Conselho Geral Aprove o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, tal como foram apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho.

6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Gestão e aos colaboradores da Universidade do Minho com quem contactámos, pela valiosa colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 11 de junho de 2021.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 505 961 843 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
jgmm@jmmroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios da Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escondito 47
4715-275 Braga - Portugal
T: (+351) 253 203 520 F: (+351) 253 203 521

www.jmmroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T: (+351) 253 213 061 F: (+351) 253 213 759



11. Certificação Legal das Contas Consolidadas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 196.813.282,05 euros e um total de património líquido de 145.808.115,13 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 1.129.971,21 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Apesar de iniciado o processo de inventariação dos bens do Grupo Público em anos anteriores, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, os mesmos não se encontram devidamente identificados no inventário de bens. A quantia escriturada desses ativos no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 ascende a cerca de 6.800.000 euros. Nesta conformidade, não estamos em condições de emitir, nem emitimos, uma opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência a 31 de dezembro de 2020.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

De acordo com o disposto na nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em virtude do cumprimento do disposto na FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos” da Comissão de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019 foram reexpressas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHERO e MÁRIO GUMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na OVM n.º 20161458
NIPC 503 951 940 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROCC, ADE
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 424, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 020 F(+351) 253 203 021

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 001 F(+351) 253 213 799

www.jmm.sroc.pt



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Público;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

Joaquim Guimarães, Manuela Machado e Mário Guimarães, SROC

Registo na ORDC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161409
NIPC 503 951 843 | Capital Social 5 000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmmesroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 4T
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 325 F(+351) 253 203 821

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-002 Braga - Portugal
T(+351) 253 210 061 F(+351) 253 213 758



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Público que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, o relatório de atividades consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não são suficientes para dar cumprimento ao exigido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.

Braga, 11 de junho de 2021.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, RDC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 381 043 | Capital Social 5 000 euros
 Membro do ABC & Associações - SROC, ACE
 geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Polo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João I, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 001 F(+351) 253 213 021

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 001 F(+351) 253 213 750

www.jmm.sroc.pt